cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 1.000,00 - Ano VII - Nº 63

A PARANÓIA NUCLEAR

Revista do Terceiro Mundo - Alameda
Bos Vitor, Macapá, Para. Velho - Cr\$ 1.500,00

Angola, terra da liberdade.

TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

“A quarta guerra mundial seria com paus e pedras”

Inúmeros pedidos de leitores fizeram com que nós nos debruçássemos sobre o tema da corrida armamentista e os perigos de ela nos arrastar a uma guerra nuclear. Somos conscientes de que um problema tão complexo não se esgota nas análises e nos dados que apresentamos na nossa matéria de capa. Porém, o posicionamento de “cadernos” reflete a análise que os países do Terceiro Mundo fazem desse tema e isso já justifica este dossiê, pois o leitor encontrará uma abordagem diferente da que tem sido apresentada em outros meios de comunicação.

Alguns dados comparativos nas matérias a seguir permitem imaginar como o mundo seria diferente se esses multibilionários recursos fossem destinados ao desenvolvimento e não à corrida rumo à morte e à destruição. Esse esbanjamento de recursos é um absurdo tão dramático que um bom título para este número seria: “Acredite se quiser...” Só restaria lembrar a magistral definição de Einstein: se me perguntam como será a 3ª guerra mundial, não saberia responder. Mas tenho a certeza de que a quarta seria com paus e pedras.

Acompanha a matéria de capa sobre a *paranóia nuclear*, um documento sobre a fome no mundo. A leitura de ambos dossiês nos obriga a uma reflexão. É como o tratamento desses temas configura uma visão preocupante e desanimadora, que justifica pessimismos, faremos o possível para que os nossos leitores encontrem na edição de março temas que nos devolvam a esperança de um futuro melhor para a tão sofrida espécie do “homo sapiens”.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett+

Revista Mensal nº 63
Fevereiro - 1984
Preço de Capa: Cr\$ 1.000,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna

Composição
Ronaldo Fonseca

**Depto. de Circulação,
Assinaturas e Promoção**
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Clóvis Senna (Brasília)
Paulo Cambrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Josenar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Uruguay, 560/59/55
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui - Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito - João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• **Edições em espanhol**
**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Telephone: 724-712

• **Edições em inglês**
**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pax 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Bookstore, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4738 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edición-Difusión de Libro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidade Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, A. P., nº 2705, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paramaña, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dijornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 364, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMÁNHA:** Con. Median und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A., Ave México Lechoa e Pta. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

LEITOR: Você é indispensável na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS aos amigos e participe desta promoção.

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: ● uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou ○ 3 (três) livros da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Agência Central) no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher o seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo (Cr\$ 9.600,00). Remeto ○ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ○ **vale postal** no valor acima. 63

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo (Cr\$ 9.600,00). Remeto ○ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ○ **vale postal** no valor acima. 63

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo (Cr\$ 9.600,00). Remeto ○ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ○ **vale postal** no valor acima. 63

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 28.800,00 em ○ **cheque nominal** ou ○ **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de cadernos ou () três livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos (), () e (). 63

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 63, válida exclusivamente, para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data / /

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito a desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.

MAQUIAVEL, A POLÍTICA E O ESTADO MODERNO

De Antonio Gramsci
O livro reúne os escritos e as notas de Gramsci sobre política. Proporciona ao leitor o pensamento gramsciano em relação a problemas como o fascismo e a organização corporativa do Estado. Abrange, também, questões como a função do partido político na sociedade de classes e a função do dirigente político como um intelectual capaz de lutar pela criação do novo Estado. (444 pág.)
E-28 Cr\$ 4.300,00

CANGACEIROS E FANÁTICOS

de Rui Facó
Livro imprescindível para quem deseja entender o fenômeno social do cangaço, sua origem e desenvolvimento. Coloca a questão de que cangaço e fanatismo eram formas de reação aguda (embora não conscientizada) contra a injusta estrutura social vigente à época de seu apogeu. Na verdade, é um livro-instrumento para a verdadeira interpretação de nossos problemas sociais, cujas causas materiais continuam, ainda, à espera de soluções. (231 pág.)
E-29 Cr\$ 3.000,00

INTRODUÇÃO À CRÍTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA

De Jean-Pierre Dupuy
O jovem professor francês faz uma análise da reciclagem ecológica dos grandes centros industriais, que vêm transferindo para o Terceiro Mundo aquelas atividades poluidoras do meio-ambiente. Estudo sociológico, filosófico e político que se destina às pessoas que lutam para que o Terceiro Mundo não seja a "máquina de lavar a roupa suja" que o "capitalismo ecológico" não pode ou não quer limpar. (112 pág.)
E-30 Cr\$ 2.260,00

6 Cartas

9 Panorama Tricontinental

13 Editorial – Casa Branca versus Nações Unidas

Matéria de capa – A paranóia nuclear

- 16 A luta pela paz, *Theotônio dos Santos*
21 Os novos mísseis na frente europeia, *Dieter Dellinger*
28 Europa, alvo prioritário, entrevista com o marechal Costa Gomes, *Alice Nicolau*
31 A três minutos do Apocalipse, *Manuel B. Pereira*
32 Pequeno “Dicionário”
42 A lógica das armas nucleares, *Ricardo Arnt*
46 A bomba de nêutrons, uma arma “limpa”, entrevista com o inventor Samuel Cohen
47 O “dia seguinte” do desarmamento
51 Tratados que proíbem o uso de armas nucleares

África

- 55 Nigéria: A crise do poder, *Carlos Castilho*
59 Saara Ocidental: A intransigência marroquina, *Carolina Quina*
61 Guiné-Bissau: Um grupo coeso, *Carlos Pinto Santos*

Oriente Médio

- 64 Novas alianças?, *Mohamed Salem*

Ásia

- 67 Turquia: Fatsa, a cidade-mártir, *Guiomar Belo Marques*

América Latina

- 71 Equador: Dívida externa, o último esforço

Comunicação

- 74 A armadilha das transnacionais, *Fernando Reyes Matta*
78 Notas

Cultura

- 79 Pablo Milanés, voltando a 67, *Laura Avellaneda*
83 Notas

84 Livros do Terceiro Mundo

Especial/Documento

- 87 Fome, alguns dados básicos, *Ladislau Dowbor*

96 Humor

Equador: reunião analisa a dívida externa

A fome no mundo

CARTAS

Clube de Amigos

"Agradeço as cartas recebidas de várias partes do Brasil incentivando a criação do Clube de Amigos do Terceiro Mundo. Avante, companheiros: é isso aí! Informações acerca do assunto, escrever para: Pedro Chupil — Cx. Postal 1169 — Curitiba — PR — CEP.: 80.000".

História em quadrinhos

Embora julgue que não seja essa a proposta dos cadernos, mas não encontrando na imprensa alternativa um órgão que seja capaz de executar trabalho de tanto fôlego e ao mesmo tempo suficientemente sucinto, submeto à apreciação de vocês uma sugestão.

Desde o período de pré e pós 2ª grande guerra (minha geração) foram lançadas no mercado editorial revistas com estórias em quadrinhos de heróis (?), manipulados e manipuladores, norte-americanos, quase sempre pouco inteligentes e grosseiramente musculosos e que resolviam tudo dentro da ótica cultural e alienante da política de interesses dos Estados Unidos. Eram o Cap. América, Cap. Marvel, Cap. Cezar e outros capitães, Tio Patinhas e sua usura e ganância, heróis obcecados pelo poder, ouro, enfim nada a ver com nossas realidades. Manipulando as mentes infantis e juvenis através de títulos como "Gibi", "Globo Juvenil", "Biriba" e no final do ano os caríssimos Almanques, para num futuro habilmente preparado, tornar receptiva e dócil uma geração alienada. Acredito que muitos entusiastas de hoje foram forjados e influenciados por esses métodos subjetivos e em muitos deixaram sequelas irreversíveis.

Mas vamos ao que é o motivo desta carta: haveria possibilidade dos cadernos fazerem uma pesquisa profunda sobre a influência na América Latina dessas publicações? Quanto somaria em remessas de direitos, evasão de divisas, tecnologia, enfim, quanto custa a publicação dessas "tiradas" (digo trapos) na grande imprensa? Quais os meios de pressão usados para manutenção da dependência em publicar? Quanto totaliza em dólares as remessas aos sindicatos?

6 - terceiro mundo

Quanto aos efeitos culturais, são demais nocivos. Fogem, seus temas, totalmente às nossas raízes. É claro que satisfaz uma camada que abomina tudo que é nosso, cujo patriotismo se restringe tão somente a um ufanismo condicionado a torcer pela Seleção (quando em evidência) Fittipaldi, e outras manipulações dos meios de comunicação dominantes. Fica aí minha sugestão. **Geraldo de Oliveira Loureiro — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.**

Achamos muito válida a sua sugestão. Mas por ora, sugerimos a leitura do livro "Como ler o Pato Donald" do chileno Ariel Dorfmann, que trata justamente desta importante questão.

Questão palestina

Venho sugerir que cadernos faça uma ampla matéria sobre o povo palestino, esse povo sem pátria, incluindo na matéria um histórico da OLP até os dias de hoje. **Jaci L. MagNONE, Vitória — ES — Brasil.**

(...) Gostaria que fosse abordado, em trabalhos futuros, o conflito entre palestinos no Líbano, retratando os fatos que eles têm vivido, a partir de suas causas, desde a guerra da Cisjordânia, inclusive com um histórico das facções políticas em conflito, acrescentando-se ainda o problema sionista e a possível intervenção norte-americana, após o ataque ao seu quartel-general. **Aginaldo Baptista, Aracaju — SE — Brasil.**

cadernos já publicou extensas reportagens sobre a história do povo palestino e a luta pela autodeterminação de sua pátria nos nºs 27, 28, 35, 42, 46, 52 e 56.

Socialismo no 3º Mundo

Parabéns pela revista, que está tendo reportagens abrangentes em todos os números. Uma vontade antiga minha, e aliás um dos motivos que me levaram a assinar a revista, é a de conhecer através de relatos fidedignos a estrutura sócio-econômica dos países socialistas. Como a revista trata desses países do 3º Mundo, eu sugeriria reportagens nas quais os seus sistemas de governo, de produção etc., fossem dissecados. Aliás, a reportagem sobre o Alcool esteve ótima, e é nela que eu me baseio para solicitar essa reportagem. **Márcio J. A. Barbosa — Belo Horizonte — MG — Brasil.**

Incentivo à imprensa alternativa

(...) Editamos por um ano o quinzenário "O Repórter do Povo" que, infelizmente, deixou de circular devido à falta de recursos financeiros. Queremos avisar que foi muito grande a colaboração dos cadernos do terceiro mundo para com o jornal "O Repórter do Povo", ajudando e orientando nossa linha editorial e nos mantendo devidamente informados da realidade de nossos países vizinhos e irmãos. Acreditamos que esta ajuda também é dada aos demais órgãos da imprensa independente, principalmente do interior, pois são muito poucas as publicações voltadas para a questão humana e social do Terceiro Mundo. Na chamada grande imprensa, o espaço reservado aos povos oprimidos e às minorias é ínfimo. Nessa imprensa, o conveniente engole o substancial. Felizmente ainda existe uma imprensa com "um gosto a liberdade" e com o cheiro da terra e da gente. Os cadernos são uma precisidade humana e social para todos os povos onde chegam suas valiosas informações.

(...) Gostaríamos de participar da seção "Intercâmbio", trocando informações e publicações sobre cultura popular, em particular sobre a Cultura Negra.

Jornal "O Repórter do Povo"
Silas Nogueira — Redator — Moccoca SP — Brasil.

"cadernos" em Macau

(...) Acabo de encontrar no novo local da Biblioteca Pública de Macau, cidade em que estou a trabalhar, vários exemplares de cadernos, de onde tirei o endereço de vocês. Saudações cordiais para toda a equipe. **Real de Azúa, Colégio do México. México, DF.**

Construção civil

(...) Gostaria de ver uma matéria sobre a mão-de-obra, tecnologia etc, da nossa construção civil — um setor que está parando — abordando a exploração dos operários e sua baixa vontade de produzir. (...) É do interesse dos empresários, patrões, donos do poder, manterem o nosso povo nesse estado. **Antônio J. S. Sobral — Porto Alegre — RS — Brasil.**

no. 63 - fevereiro - 1984

CARTAS

Carta do mês

Esta é a segunda carta que nós, trabalhadores rurais e membros das Comunidades e da Pastoral da Terra dos 10 municípios da diocese de Crateús, fazemos, tentando chamar a atenção de todo o povo brasileiro e das autoridades sobre nossa situação.

Na nossa primeira carta, do dia 20 de março de 1983, relatamos nosso sofrimento e apresentamos nossas reivindicações.

Agora fazemos um balanço da realidade vivida neste duro ano de seca e injustiças, das poucas respostas vindas das autoridades, ao mesmo tempo em que reafirmamos e renovamos nossas denúncias e reivindicações.

De modo geral, nos municípios da região de Crateús, o número de empregados nos "bolsões da seca", subiu, inclusive com significativo número de mulheres, que, às custas de muitas lutas e humilhações, conseguiram entrar no Plano de Emergência. Em Crateús, são mais de quatro mil mulheres empregadas; em Nova Russas, cerca de três mil etc. Mesmo assim, há ainda um grande número de pessoas necessitadas em todos os lugares que não conseguiram se empregar.

O alistamento nos "bolsões" tem sido sempre muito vagaroso, de conta-gotas mesmo, cansando os pobres sofrendores. Ficam jogando o povo de um lugar para o outro. Aí muitos desesperam e vão embora para as grandes cidades onde enfrentam grandes sofrimentos.

Tratamento nos bolsões: Nos bolsões da seca, muitas vezes a gente sente que continua a situação de cativeiro: desde o começo da luta para conseguir emprego e, agora, nos bolsões, as mulheres são, muitas vezes, tratadas com palavras humilhantes e imorais. Em Tauá, um soldado do exército usou expressões indecorosas com as mulheres que buscavam se empregar: "Se vocês querem ganhar dinheiro, vão abrir as pernas..." Outras oportunidades e lugares, são repetidos tais tipos de desrespeito às nossas mulheres. Ainda num bolsão da região de Tauá, uma mulher chegou a abortar, e, em Crateús aconteceu um caso semelhante.

Os trabalhadores, em muitos lugares, têm sofrido humilhações. Somos chamados de "sem-vergonha", "vagabundos", "ladrões". Em Crateús,

quando os chefes do batalhão visitam as obras e não encontram a produção que eles esperam, ameaçam e amedrontam os trabalhadores, inclusive disparando tiros.

Em vários lugares (Independência, Tauá etc.) estão obrigando o povo a trabalhar aos domingos, dizendo que vão dar férias. Que férias são essas que a gente tem que trabalhar aos domingos pra poder ganhar?

Os trabalhadores não podem se organizar para conseguir nada nos bolsões, pois tudo tem que sair das cabeças dos chefes. Se não for assim, eles não aceitam. Não há liberdade da gente falar o que pensa, nem de exigir nossos direitos. As pessoas que são de Comunidades e têm de defender os companheiros são ameaçadas e cortadas. Ex.: uma jovem de Tauá, três senhoras do bolsão da Santa Fé, em Crateús, e três companheiros de Nova Russas que pararam a turma, porque estavam com fome...

Está havendo uma repressão clara e direta ao trabalho pastoral da igreja junto ao povo. Um exemplo é o processo contra a irmã Cleide, Sebastião Barbosa Amorim, Francisco José da Silva e Sebastião Mano, de Nova Russas, baseado em mentiras e falsos testemunhos. Já houve também proibições para celebração de missa nas áreas dos bolsões, até mesmo contra o nosso bispo, d. Antônio Frágoso. Por qualquer motivo cortam o ponto do trabalhador. Muitos têm que trabalhar doentes. Mulheres grávidas precisam estar no ponto para o trabalho. A água que se bebe nos bolsões é suja e quente.

Tudo isso, além do próprio ganho de miséria, Cr\$ 15.300,00 até agora. Este ganho é um desrespeito aos nordestinos pais de família, sobretudo quando as autoridades nada fazem para controlar esta carestia horrorosa que mata os pobres. É verdade que há o "cestão" em vários lugares, mas ainda não resolve, pois é descontado no "salário" e até complica a gente com bodegueiros. As famosas "campanhas de esmolas" podem ter aliviado alguns apertos maiores, mas onde consegue chegar, cria sempre muita confusão. É mais um consolo que engana a gente. Como é que a gente precisa de trabalho e um salário digno e os "grandes" vêm com esmolas?

Denunciamos:

1 - Toda a maneira lenta e discriminatória como os alistamentos têm sido feitos pelos órgãos competentes, sem levarem em conta a urgência da fome do povo. 2 - Todos os desrespeitos cometidos pelas autoridades e responsáveis diretos dos bolsões, contra os trabalhadores e as mulheres. 3 - Toda esta forma como estão querendo acabar com a seca no nordeste: com campanhas assistenciais, cheias de propagandas e interesses políticos. E as obras que ficam para sustentar o poder dos ricos e patrões, sem uma mudança na política que sustenta o poder daqueles que sempre ganharam com a seca e sem haver uma Reforma Agrária verdadeira para que a terra sirva para quem quer trabalhar e produzir, mesmo que haja o Estatuto da Terra completando seus 19 anos! (...)

Voltamos a exigir:

- Emprego imediato a quem ainda está fora dos bolsões, com salário mínimo para todos os alistados.

- Liberação total dos trabalhadores para cuidarem do plantio e da limpeza das roças, sem o corte no ganho.

- Fornecimento gratuito de sementes selecionadas e inseticidas, através das organizações dos trabalhadores, para quem precisa plantar.

- Que seja garantida, através de documentos em cartórios, a utilização pública das obras construídas pelos trabalhadores nos bolsões.

- Tratamento humano a todos os trabalhadores - homens, mulheres e jovens. (...)

Crateús, 27 de novembro de 1983

60 Trabalhadores de: Tauá, Parambu, Independência, Crateús, Novo Oriente, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Ipueiras e Poranga.

Apoiamos:

- Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Crateús.

- Comissão Pastoral da Terra do Ceará/Reg. NE-1

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crateús.

- Sindicato dos Trabalhadores

terceiro mundo - 7

CARTAS

Rurais de Tauá.

- Frente Social Cristã de Crateús.
- União das Mulheres Cearenses
- Núcleo de Crateús.
- Pastoral Familiar (Paróquia de Crateús).
- Equipe Paroquial de Crateús.

Assumo solidariamente a denúncia e as reivindicações dos Trabalhadores Rurais.

Ass.: Antônio Batista Fragozo
- Bispo de Crateús -

Sugestões

Gostei muito da reportagem com um movimento revolucionário das Filipinas e da proposta do companheiro Rogério Ferrari de que seja feita uma matéria especial sobre a esquerda brasileira. Sugeriria entrevistas com Daniel Terra, secretário-geral do MR-8, com Giocondo Dias, secretário-geral do PCB e com João Amazonas, secretário-geral do PC do B. (...) Proponho também que cadernos fizesse uma reportagem sobre a situação do movimento operário e da esquerda nos EUA, no Japão e países capitalistas europeus. Por último, gostaria que fosse publicada uma análise sobre a situação no Paraguai e sobre o processo revolucionário chinês. Luiz C. Duarte - Campos - RJ - Brasil.

A respeito do Paraguai, cadernos publicou uma reportagem especial no nº 54, maio de 83, e sobre a China, no nº 52, fevereiro de 83.

"Guia 84"

Sou um orgulhoso militante do Partido Socialista Popular e sinto uma profunda admiração pelo trabalho que vocês estão realizando. (...) Um amigo meu que esteve visitando a editora, me mostrou alguns exemplares, e me recomendou como um bom material. (...) Gostaria, portanto, de saber qual o preço e a forma de pagamento dos cadernos deste ano, do "Guia 84" e de guias anteriores. Um abraço militante. M. Figueroa - Rosário - Santa Fé - Argentina.

Reembolso postal

(...) Gostaria de saber como adquirir os livros do reembolso postal anunciados nas edições passadas de cadernos. Como também gostaria de saber se o preço marcado destes livros seria o mesmo se eu quisesse

adquiri-los hoje. Marcos A. Lahoz do Prado - Catanduva - SP - Brasil.

As promoções dos livros da "Estante do Terceiro Mundo" só são válidas enquanto estiver circulando o número em que estão anunciadas. Eventualmente, sobra um pequeno estoque de livros da "Estante" anterior, cujos pedidos poderão ser atendidos até o seu término.

"Livro Verde"

Estive revendo alguns exemplares antigos de cadernos e no meio destes, encontrei uma reportagem muito boa sobre um encontro de intelectuais realizado em Caracas (nº 40) e organizado pela Escola de Filo-

sófia da Universidade Central da Venezuela, onde foi debatido o pensamento do líder líbio Muammar Khaddafi, fundado na Terceira Teoria Universal (e sintetizado no "Livro Verde") (...) Gostaria que cadernos publicasse uma reportagem sobre a democracia na Líbia atual - organização econômica, educação, cultura etc., e que me indicassem onde posso obter exemplares do "Livro Verde". Eduardo Gagizi - São Paulo - SP - Brasil.

Sugerimos que você escreva para a embaixada da Líbia, em Brasília: SHI - Sul, QL 10, conj. 1, casa 17, D. F. Lá eles poderão lhe fornecer essa informação.

Intercâmbio

Milton Lucas da Silva

Posse Müller - Victor Graeff - RS - Brasil - CEP.: 99.350

Carlos A. M. Cavalcanti

C. P. 57 - Olinda - PE - Brasil - CEP.: 53.000

Marcos A. Lahoz do Prado

Rua 3 de Maio, 549 - Higienópolis - Catanduva - São Paulo - SP - Brasil - CEP.: 15.800

Simão Gonçalves Augusto

C. P. 458 - Huambo - Rep. Pop. de Angola

Evaristo Mândi

Escola Nacional de Aviação Militar
C. P. 140 - Negage - Uíge - Rep. Pop. de Angola

Sérgio Jank

Av. Rio Branco, 425 - Santa Rosa
RS - Brasil - CEP.: 90.000

Luiz Claudio Duarte

Rua São João, 446 - Parque Aurora
Campos - RJ - Brasil - CEP.: 28.100

Luiz Eduardo Alves

Al. Ministro Rocha Azevedo, 25 - 11º
São Paulo - SP - Brasil
CEP.: 01.410

Manuel Antônio Francisco

Bairro Nelito Soares, Rua da Cela
Bloco 33, apt. B/1º
Luanda - Angola

Renato Vernaschi Lima

Rua dos Bancários, 41 - Bairro Maria
Isabel - Marília - SP - Brasil
CEP.: 17.500

Daisy Peters Richter

Rua Aristarco Ramos, 118/201
Moneró - Dendé - Ilha do Governador - RJ - Brasil
CEP.: 21.920

Manuel Antônio Muafeca

Caixa Postal 668
Malange, Angola

João Manuel Neto

Caixa Postal 387
Huambo, Angola

Feliciano Nascimento Morais

Caixa Postal 16.219
Luanda, Angola

Lopes Nhangá

Bairro Nelito Soares, Rua da Cela,
Bloco 33, apt. B/1º
Luanda, Angola

Ventura de Azevedo

Caixa Postal 85
Luanda, Angola

Carlos Pedro Joaquim

Caixa Postal 16.397
Luanda, Angola

Eliseu da Mata Mendes

Caixa Postal 221
Kuanza Sul, Sumbe, Angola

Brasil: o povo exige eleições diretas

□ Cerca de 400 mil pessoas lotaram a Praça da Sé e ruas adjacentes em São Paulo, no maior comício já realizado naquela capital desde 1964.

A manifestação em favor das eleições diretas foi coordenada por uma comissão interpartidária — PMDB, PDT e PT, com adesão de setores representativos do PTB e também do PDS — e contou com a presença de cinco governadores: Franco Montoro, de São Paulo; Leonel Brizola, do Rio de Janeiro; José Richa, do Paraná; Iris Rezende, de Goiás e Nabor Júnior, do Acre. Além do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, discursaram o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio da Silva (Lula) e o governador Brizola, entre vários outros oradores, num ambiente de extraordinário entusiasmo.

Grandes nomes do meio artístico brasileiro, como Fernanda Montenegro, Chico Buarque, Fafá de Belém, Carlos Vereza, Bruna Lombardi, Cristiane Torloni, Alceu Valença, Gilberto Gil, Regina Duarte, participaram do comício. A coordenação geral do ato foi feita por Jorge Cunha Lima, secretário das Comunicações do governo Montoro e a apresentação dos oradores esteve a cargo do radialista Osmar Santos.

Outros atos de apoio às eleições diretas foram realizados em diferentes capitais brasileiras, todos caracterizados por um grande fervor cívico e a presença de grandes multidões.

1984 - fevereiro - no. 63

laia Cambrava

O palanque do comício (da esq. à dir.): Fernando H. Cardoso, Osmar Santos, Franco Montoro, Leonel Brizola. Na panorâmica (abaixo): a Praça da Sé superlotada

SMC/SPIC-Ferreira Máximo

A "Folha de São Paulo" — que tem mantido uma posição de apoio à escolha democrática do presidente da República, ao contrário dos outros jornais da chamada "grande imprensa" que omitem ou distorcem os fatos — assim se referiu ao espírito da assistência ao ato da Praça da Sé:

"Havia muita alegria, sim, mas sentia-se também um ódio enorme contra o regime, o governo federal, os políticos do PDS e a 'Rede Globo'."

A batalha política pelas diretas une as correntes mais diversas do pensamento ideológico do Brasil, que vão desde os conservadores até os radicais de esquerda. Os sindicatos, as associações profissionais, os estudantes, a igreja, as classes médias e populares, são virtualmente unânimes no apoio à escolha do presidente por eleições diretas. As pesquisas mais representativas apresentam resultados superiores a 90% a favor das diretas, e há um fato expressivo: mesmo as pessoas que do ponto de vista doutrinário consideram as eleições indiretas como democráticas, questionam o "modelo brasileiro" pelos vícios do Colégio Eleitoral — que, em princípio, deve eleger o novo presidente — no qual se incluem os senadores "biônicos", virtualmente nomeados pelo regime.

Vários governadores do PDS, inclusive de Pernambuco, Santa Catarina e Ceará, são favoráveis às eleições diretas. Também dezenas de deputados do PDS e quase todos do PMDB estão nessa linha. A opinião dominante nos meios políticos é a de que a escolha de um presidente por um método denunciado como ilegítimo, num momento de grave crise que o Brasil atravessa, poderá comprometer a estabilidade política e econômica, a paz social e o futuro das instituições democráticas no país.

10 - terceiro mundo

Estados Unidos: a política dos direitos humanos

□ "A política internacional de direitos humanos da administração norte-americana foi um 'fracasso' em 1983, contribuindo mais para prejudicar do que para promover a causa dos direitos humanos."

Na crítica mais corajosa feita contra o enfoque do presidente Reagan sobre os direitos humanos no mundo, o "Comitê de Juristas para os Direitos Humanos", o "Grupo de Helsínque" e o "Grupo da América" acusaram o Departamento de Estado de apoiar as violações aos direitos humanos nos países aliados. O relatório, de 107 páginas, atribui especial responsabilidade ao diretor de Assuntos sobre Direitos Humanos do governo, Elliot Abrams, por "apoiar governos brutalmente repressivos aliados dos Estados Unidos". Contudo sustenta que o presidente Reagan é o responsável direto por esse fracasso.

"Os direitos humanos foram utilizados como um instrumento de guerra" afirmou o presidente do Comitê de Juristas, Marvin Frankel. O governo reagiu com presteza às violações ocorridas na Europa oriental ou Nicarágua "e também não demorou a apoiar ou minimizar" violações em países amigos, acrescentou.

Os três grupos que apresentaram o informe fiscalizam a observância dos direitos humanos no mundo e pressionam o governo dos Estados Unidos para que os promovam através de sua política externa.

O relatório também condena a política em matéria de refugiados e de asilo político, a

qual é dirigida com "rigidez ideológica", favorecendo aos que escapam de regimes comunistas", acrescenta. "Setenta e oito por cento dos pedidos de asilo provenientes da União Soviética foram aceitos durante o ano fiscal de 1983", afirmam, citando estatísticas do serviço de migração. Mas só foram aceitos uns 2% dos pedidos provenientes de El Salvador. Os únicos refugiados latino-americanos aceitos no ano passado foram cubanos.

"A ausência de um enfoque equitativo em matéria de violações aos direitos humanos enfraqueceu qualquer defesa que os Estados Unidos possam fazer das vítimas da União Soviética", afirmam os autores, "porque carece de credibilidade."

Em uma análise de 23 países cita exemplos de como a administração "ignora, redefine, veta ou desafia leis dos Estados Unidos" que pretendem promover o respeito pelos direitos humanos. Os esforços do governo para fornecer assistência em matéria de segurança à Guatemala, seu apoio a empréstimos por parte de instituições multilaterais a países como Coreia do Sul e Uruguai, assim como sua assistência militar às Filipinas figuram entre os exemplos.

O informe destaca de maneira especial a ajuda dos Estados Unidos a El Salvador, condenando a administração por haver garantido em duas ocasiões no ano passado que o governo salvadoreño progredia em seu respeito aos direitos humanos, "apesar da vexatória evidência em sentido contrário".

no. 63 - fevereiro - 1984

Panamá: um mártir da soberania nacional

□ O Conselho Nacional de Legislação (Parlamento) do Panamá declarou "mártir da soberania nacional" o jovem Rolando Pérez que se imolou, em início de janeiro, em frente à embaixada dos Estados Unidos, em protesto pelo não-cumprimento dos tratados firmados a respeito do canal do Panamá.

O governo de Washington foi acusado por autoridades panamenhas, partidos e organizações políticas e sindicais de ignorar os tratados que, entre outras coisas, proibem o uso das bases militares na área para ações armadas contra terceiros países.

Na área do canal do Panamá, o exército norte-americano mantém a sede do Comando Sul das forças armadas desse país, com sete bases militares e por volta de 20 mil efetivos.

Segundo a Federação de Es-

tudantes do Panamá (FEP), o uso dessas bases militares por parte dos Estados Unidos, para apoiar ações bélicas na área, expõe os panamenhos a represálias por parte de terceiros. A imolação de Pérez, ocorrida um dia depois da comemoração do "dia dos mártires" (22 panamenhos mortos por soldados norte-americanos a 9 de janeiro de 1964) provocou a reação da maioria dos meios de comunicação do Panamá, assim como de organizações sindicais e políticas.

Em 1964, os 22 estudantes foram mortos quando encaminhavam-se para colocar uma bandeira panamenha em uma área previamente estabelecida pelas autoridades panamenhas e norte-americanas onde deviam ser hasteadas ambas as bandeiras.

A resolução do Conselho de Legislação afirma que o aconte-

A luta pela soberania nacional e pela recuperação do canal

cimento da morte de Pérez "deve servir de sinal de alerta" para os que acreditam que o povo panamenho "tenha afrouxado a guarda na luta secular pela recuperação da independência nacional". Faz ainda um chamado ao povo panamenho para "estar vigilante no cumprimento dos tratados que envolvem o canal".

Daimler Benz aumenta participação na África do Sul

A empresa automobilística alemã *Daimler Benz* anunciou que aumentará até meados deste ano para 50,1% sua participação na firma sul-africana UCCD, de Pretória, que fabrica veículos com sua licença. Atualmente, o consórcio sul-africano, que trabalha também com licença da empresa japonesa *Honda*, conta com uma participação de 36,7% em ações da firma alemã ocidental.

Durante o ano de 1983, produziram-se na África do Sul 13.600 automóveis *Mercedes Benz*. A empresa sul-africana produz também 4.200 veículos

de carga com licença de *Daimler Benz*. A participação da empresa alemã na África do Sul data do ano de 1976. Ela foi criticada em diversas ocasiões por setores políticos e sindicais por sua cooperação com o regime de Pretória.

Oficialmente, o governo de Bonn somou-se às condenações internacionais contra o sistema do *apartheid* vigente naquele país africano.

Petróleo chinês

A *Esso* norte-americana e a *Shell* britânica firmaram com a China acordos de prospecção e exploração das fontes de petróleo chinesas.

Esses acordos foram concluídos após uma ampla competi-

ção entre 33 companhias petrolíferas de nove países que, no total, haviam apresentado mais de cem ofertas operacionais.

Segundo os acordos com a companhia nacional chinesa para a prospecção e exploração do petróleo e gás nas áreas costeiras da China, a *Esso* e a *Shell* efetuarão prospecções na plataforma submarina que se estende sobre 5.120 quilômetros quadrados, correndo com todos os riscos e gastos.

A China só participará com seus fundos uma vez que se tenha comprovado a justificativa dessa exploração no sentido comercial. Até agora a China firmou, nesse setor, 14 acordos com 16 firmas petrolíferas de oito países.

Contadora: balanço positivo de um ano de atividades

□ O Grupo de Contadora, criado em janeiro de 1983 pelo México, Panamá, Colômbia e Venezuela para buscar saída diplomática que evitasse um conflito entre os países da América Central, completou um ano de atividades com um resultado que seus integrantes consideraram "muito significativo". Em reunião realizada no Panamá entre 7 e 9 de janeiro passado, os chanceleres dos quatro países do Grupo e os da Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua e Honduras assinaram um acordo sobre as normas de execução das medidas de paz na área.

Essas normas referem-se aos dispositivos do Documento de Objetivos, com 21 pontos, elaborado pelo Grupo de Contadora e firmado pelos cinco países centro-americanos em setembro passado. O documento prevê, entre outras medidas, a retirada dos assessores militares estrangeiros da região, redução das forças armadas, fim do tráfico de armas, respeito às fronteiras territoriais e ao direito de autodeterminação dos Estados. Três comissões foram criadas para preparar recomendações e projetos jurídicos nas áreas de Segurança, Política e Problemas Econômicos e Sociais. Elas devem apresentar calendários e programas de trabalho e as suas recomendações serão levadas à reunião do Grupo de Contadora com os ministros das Relações Exteriores dos outros cinco países da região, marcada para o próximo 30 de abril.

Nas questões de segurança, área mais controversa das negociações, os países concordaram com a preparação de um

relatório detalhado das instalações militares, armamentos e efetivos, com base no qual serão fixados os critérios para a política de controle de armas.

Os assessores militares estrangeiros e agentes envolvidos em atividades de segurança serão recenseados em cada país e retirados de acordo com calendário a ser estabelecido. O acordo determina ainda a identificação e erradicação de grupos que, baseados ou apoiados por um país da região, desenvolvem ações de desestabilização em outro país; a localização das rotas de tráfico de armas e criação de mecanismos de comunicação entre os governos para prevenir e resolver problemas.

As propostas na área política são de se promover em cada país a reconciliação nacional com base na justiça, liberdade e democracia; garantia e respeito aos direitos humanos; livre manifestação de todas as correntes políticas e realização de eleições com a participação de todos os partidos em igualdade de condições.

No campo econômico, foi sugerida a intensificação dos programas de ajuda a refugiados e o estímulo à repatriação; a criação de estruturas econômicas que assegurem o direito ao trabalho, educação, saúde e cultura; o incentivo ao comércio regional e a projetos de investimentos conjuntos através do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e Comitê de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central (Cadesca) e

Sistema Econômico Latino-Americano (Sela).

O ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Rodrigo Lloreda, considerou a reunião no Panamá "um avanço significativo" para se alcançarem futuros acordos de paz. Ele ressaltou ainda que a América Central "é a única zona em conflito no mundo em que as partes se reúnem e há diálogo permanente e pelo menos uma esperança de se chegar à paz".

O chanceler de Honduras, Edgardo Paz Barnica, disse que o acordo do último encontro contém medidas "de execução imediata para se obter a paz regional". Seu colega da Nicarágua, Miguel D'Escoto, no entanto, advertiu que o acordo não afasta o perigo de uma intervenção militar norte-americana na área. "É precipitado", acrescentou, "criar expectativas que não sejam realistas. A permanência de bases norte-americanas na região e a realização de manobras militares ameaçam a paz e a segurança na América Central".

CHADE: o fracasso da conferência de pacificação

O chefe do governo chadiano de unidade nacional, Gukuni Ueddei, acusou os governos dos Estados Unidos e da França e a Hissène Habré, que controla Ndjamena, pelo fracasso da Conferência de Reconciliação que se realizou em Addis Ababa (Etiópia) no mês de janeiro passado.

Gukuni Ueddei disse que a administração norte-americana e seus agentes na África estão por trás do fracasso da reunião de Addis Ababa, apesar de todos os esforços realizados para que se constituísse num êxito. Exigiu mais uma vez a retirada das tropas francesas do território do Chade.

Casa Branca versus Nações Unidas

A saída dos Estados Unidos da Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, implica um duro golpe para o sistema da ONU e para as relações entre os Estados tal como foram concebidas e estabelecidas desde o fim da 2ª guerra mundial.

O governo do presidente Ronald Reagan informou, no final de 1983, com um ano de antecedência, segundo exigido pelos estatutos da agência, a decisão de abandonar a Unesco. Isso significa que a desvinculação definitiva da superpotência se tornará efetiva a 1º de janeiro de 1985.

Diversas foram as razões expostas pela Casa Branca para fundamentar sua grave decisão. Entre elas, figuram a politização do organismo, atitudes supostamente adversas ao livre mercado e à liberdade de imprensa, a expansão de seu orçamento e uma burocracia exagerada.

Por outro lado, é notória a irritação do governo e do *establishment* norte-americanos pela orientação assumida pelos países do Terceiro Mundo — que compõem a maioria numérica do organismo — no sistema das Nações Unidas. Em mais de uma ocasião, a unanimidade maciça dos países subdesenvolvidos e socialistas produziu na Unesco e em outras agências das Nações Unidas votações incomodamente majoritárias em prol de resoluções julgadas por Washington como contrárias aos seus interesses. Em outros debates, os Estados Unidos se viram absolutamente isolados, inclusive em relação a seus aliados da área capitalista. Assim sucedeu, por exemplo, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) debateu um código de conduta voluntário em relação aos substitutos do "leite materno", e a delegação norte-americana

foi a única que votou contra.

A série de divergências registradas no âmbito da comunidade internacional foi assinalada pelo *establishment* dos EUA como a consequência de uma aliança Terceiro Mundo-Potências Socialistas, que favorece o comunismo e é antagônica às democracias liberais.

Se abordarmos o problema por um lado mais objetivo, pode-se afirmar que, independente de algumas esferas de coincidência entre aqueles grupos de países, os resultados que tanto irritam a Casa Branca se devem à sua defesa de causas negativas para a maioria dos membros das Nações Unidas. E, como se sabe, na ONU aplica-se o democrático sistema de um voto por cada Estado membro. É, pois, natural que a superpotência fique em minoria e não consiga impor o seus pontos de vista.

Tal como observou uma personalidade insuspeita, o delegado da Alemanha Federal no Conselho Diretor da Unesco, Karl Moersch, "não existe o que os Estados Unidos denunciam como uma aliança entre a área socialista e o Terceiro Mundo. O que existem são diversos interesses e diversas formas de ver as coisas e isso é o que os Estados Unidos ao que parece não querem aceitar". Sobre as supostas tendências esquerdistas ou inclinações para a União Soviética da Unesco, Moersch afirmou que "carecem de todo fundamento, já que em muitas ocasiões a delegação soviética também se encontrou em minoria frente aos países em desenvolvimento".

As demais acusações lançadas por Washington não têm mais solidez do que a que acabamos de examinar. A politização a que se refere não excede

o âmbito normal das atribuições institucionais da agência e demonstra que o motivo do repúdio origina-se no fato de que não se aceitou a direção política que a administração Reagan quis imprimir. Quanto à expansão orçamentária e à burocratização — segundo os conhecedores do sistema da ONU —, podem ser verdadeiras para a generalidade desse sistema e suas agências, mas não é exato que a Unesco incorra em maior grau que outras agências em tais tendências. Portanto, é necessário indagar sobre as reais motivações de Reagan e dos círculos conservadores que o sustentam e, nesse sentido, só resta a explicação do despeito político. Convém recordar que os EUA contribuíram destacadamente para a fundação da ONU e inclusive da Unesco. Imediatamente após a última guerra mundial, essa nação era a única superpotência do planeta e sua influência nos assuntos internacionais era insuperável. É muito provável que, certos de seu poderio, os norte-americanos que contribuíram para a criação do sistema, tenham acreditado que, acima do mecanismo democrático de decisões da ONU e do princípio de um voto por Estado (que só não vigora no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial), a potência norte-americana conservaria no futuro um controle decisivo na ONU.

Assim foi durante os primeiros tempos, quando a Europa Ocidental e a Oriental, assim como o Japão, estavam voltados para a reconstrução do pós-guerra e quando a maior parte dos atuais membros do Terceiro Mundo eram ainda colônias. Nos anos seguintes, a Europa Ocidental e o Japão, por um lado, e os países socialistas por outro, expandiram suas economias a um ritmo veloz. Foi assim que o poder real, econômico, político e militar, se distribuiu de um modo mais igualitário entre os países industrializados do Norte, capitalistas e socialistas.

Nesse horizonte se afirmou outra superpotência — a URSS — frente aos Estados Unidos. E, apesar do maior peso relativo da América do Norte no âmbito capitalista avançado, ali se formou um quadro tripolar cujos eixos de gravitação, além do norte-americano, são a Comunidade Econômica

Européia (CEE) e o Japão.

Paralelamente, desenvolveu-se o processo de descolonização que em nossos dias se acha em suas últimas etapas. Nas Nações Unidas ingressaram numerosos Estados do Terceiro Mundo, alguns pró-socialistas e governados por movimentos de libertação, outros que sem ser esquerdistas adotaram metas nacionalistas, enquanto que o grupo mais numeroso está integrado por governos que, a partir de um enfoque global, podem ser considerados em uma linha de concordância política com a área capitalista.

Porém, todos esses países têm em comum o fato de estarem sujeitos à dominação econômica e à dependência do capitalismo central dominado pelos Estados Unidos. Dessa contradição objetiva derivaram interesses divergentes em vários aspectos, que não podiam deixar de refletir-se no sistema das Nações Unidas.

O fato de sua posição hegemônica no mundo ter se deteriorado, foi vivido como uma frustração nos Estados Unidos, onde sua classe dirigente não quer resignar-se a deixar de ser o "líder mundial", um título que traz consigo a atribuição de ditar aos demais países as características do ordenamento internacional, a intangibilidade da própria esfera de influência tal como foi delineada após a 2ª guerra mundial e, portanto, o emprego da força para impedir a saída do âmbito capitalista e pró-norte-americano e da situação de dependência das nações que optem por um caminho independente de desenvolvimento. (E esses atributos não esgotam o conjunto de pretensões que inclui a aspiração imperialista implícita na liderança mundial do *establishment* norte-americano.)

A redistribuição do poder foi contudo uma realidade que, obviamente, os dirigentes dos Estados Unidos não puderam impedir, mas que experimentaram com frustração e rancor. A derrota no Vietnã foi o mais clamoroso exemplo da nova situação internacional e não fez senão acrescentar ressentimentos aos grupos dominantes da superpotência, desejosos de revanche. Tais são os sentimentos e enfoques que o governo Reagan encarna, convicto na crença de que seus predecessores contemplaram passivamente o

crescimento de forças hostis à liderança norte-americana, que em sua confusa e primária visão de mundo consiste numa vasta coalizão conspirativa entre o Terceiro Mundo e a União Soviética e seus aliados.

Por oposição, Reagan propicia a linha dura, a decisão para o emprego da força militar e o poderio econômico para combater as realidades que considera politicamente hostis. O tremendo impulso da corrida armamentista, a invasão de Granada, a participação bélica em Beirute, o corte da contribuição para as Nações Unidas e a saída da Unesco são portanto ações que se inscrevem dentro de uma mesma política caracterizada pela agressividade, a fim de procurar preservar os interesses próprios e impor as próprias aspirações aos demais.

No caso das Nações Unidas, o instrumento de pressão é o dinheiro. Já que os Estados Unidos são o maior contribuinte do sistema em proporção à sua dimensão econômica, o governo Reagan procura, por intermédio da ameaça orçamentária, reconquistar uma influência que não pôde conseguir por meio da persuasão intelectual ou do prestígio político. "Os que pagam a conta não têm votos, e os que têm votos não pagam a conta", insiste em dizer Jeane Kirkpatrick, a representante permanente do governo norte-americano perante as Nações Unidas.

Pelo visto, os governantes de Washington estão aplicando às relações internacionais não os princípios da democracia que teoricamente lhes corresponderia defender, mas os da plutocracia, negação da primeira. A saída norte-americana significa a perda de 25% do financiamento da Organização, que enfrentará graves dificuldades. Estas se expressarão na redução e anulação de projetos educativos e culturais no quadro da cooperação com os países subdesenvolvidos. O desvinculamento da Unesco é, ao mesmo tempo, uma ameaça ao resto do sistema da ONU, onde o peso orçamentário norte-americano é equivalente ao que tinha nessa agência. É provável que, em alguns casos, o temor de outra retirada que colocaria em crise uma determinada agência, induza a algumas concessões. Porém, isso já havia acontecido no conselho da Unesco quando se

votaram os programas da Organização para o biênio 1984-1985. À mercê da mediação do diretor-geral da agência, Amadou M. M'Bow, as diversas partes — isto é, os países membros que tinham diferentes posturas políticas — realizaram concessões que permitiram um consenso e a aprovação do programa, inclusive o voto norte-americano.

A conclusão paradoxal do governo Reagan foi que, se tudo o que podia obter eram concessões e modificações sobre projetos com os quais não estava de acordo, seria melhor abandonar a Unesco. Como não se trata, portanto, de discutir e de negociar concessões, mas de modificar totalmente a política que a maioria dos Estados membros indica às Nações Unidas, a atitude "reaganiana" ignora a concepção democrática e o princípio de igualdade entre os Estados. A Unesco, por exemplo, havia feito sua a tese da Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), (ver matéria de Comunicação nesta edição), quando reconheceu que os meios de comunicação de massas estão nitidamente controlados pelo Norte capitalista e não permitem aos países do Terceiro Mundo um razoável acesso à informação mundial. Em consequência, a Organização instrumentou uma série de projetos com o intuito de corrigir um desequilíbrio flagrante.

Caberia indagar se o desvinculamento da Unesco será seguido por outros e se é possível que se chegue a uma retirada global dos EUA da ONU. O governo norte-americano não exclui em suas declarações a possibilidade de novas retiradas e, seguramente, diz o que pensa. Em última instância, o abandono da ONU por parte de um de seus fundadores implica a admissão de uma derrota política, assim como a renúncia à Unesco foi a consequência de um fracasso político dos EUA. Porém, é um fato que o governo Reagan introduziu no sistema internacional uma atitude intolerante e plutocrática, que abala os vínculos da convivência e da cooperação entre Estados membros de ideologias e interesses que correspondem à pluralidade política do mundo. Portanto, e enquanto subsistir em Washington essa perigosa orientação, é provável que a comunidade internacional sofra novos reveses. ●

A luta pela paz

O papel do mundo em desenvolvimento no contexto das negociações pelo desarmamento nuclear

Theotônio dos Santos*

Vivemos um momento particularmente angustiante da história da humanidade. Nos últimos 30 anos, o homem desenvolveu a sua capacidade técnica e produtiva a um nível que lhe permite destruir a vida no seu próprio planeta.

A possibilidade de sobrevivência da humanidade deixou de ser um produto do acaso ou das leis naturais para passar a ser uma consequência da liberdade humana. Nos nossos dias, cabe ao homem decidir se prefere a sua sobrevivência como espécie ou o seu extermínio final.

A humanidade não estava ainda preparada para assumir uma responsabilidade tão radical. O sistema jurídico e de relações internacionais era e é extremamente precário. Os Estados nacionais são ainda o marco onde se entrecruzam os interesses das classes sociais e dos vários agrupamentos econômicos e políticos. As diversidades nacionais, regionais, étnicas e culturais se entrelaçam com poderosos interesses econômicos e políticos de explora-

ção, expropriação e dominação.

Mas, sobretudo, a humanidade vive hoje uma fase de transição entre um regime sócio-econômico em decadência baseado na propriedade privada dos meios de produção, nas relações de trabalho assalariadas, no intercâmbio mercantil, no lucro e na acumulação cega do capital e um novo modo de produção ainda emergente baseado na propriedade social dos meios de produção, na planificação e na distribuição direta dos produtos para atender às necessidades humanas.

O choque, em escala mundial, entre esses princípios opostos de organização social e as forças sociais que os sustentam tende a degenerar-se em conflitos ideológicos, políticos e, finalmente, militares. E isto se torna ainda mais dramático quando a luta entre esses regimes sócio-econômicos alternativos se encarna em Estados nacionais, com forças militares próprias e com o apoio de uma estrutura econômica, tecnológica, científica. Dessa forma, os choques tendem a converter-se em guerras entre nações ou grupo de nações.

Essa foi, primeiro, a origem da "guerra fria", em seguida, das modalidades de negociações e intercâmbios que se desenvolveram nos anos 60 e que se converteram na chamada "distensão" dos anos 70.

A "guerra fria" se iniciou após a 2ª guerra mundial quando os Estados Unidos e a Inglaterra detinham o monopólio da bomba atômica. Porém, a partir de 1950, a União Soviética e seus aliados

"O senhor dizia alguma coisa ou estou escutando um leve ruído?"

F. Nehermann

Frankfurter Allgemeine Zeitung

* Presidente da Associação Brasileira de Informação e Pesquisa sobre a Paz (ABIPP), membro do Conselho Latino-Americano de Investigação sobre a Paz (Claiip) e da Associação Internacional de Pesquisa sobre a Paz (Ipra)

Andropov e Reagan, líderes das duas superpotências: o poder de decidir entre a paz ou a guerra

passaram a desenvolver um complexo armamento nuclear e, simultaneamente, iniciavam a conquista do espaço com o lançamento do *Sputnik* em 1958. Essa nova realidade obrigou os países capitalistas a abandonarem a linha de confronto expressa na “guerra fria”. Na década de 60, a União Soviética tinha desenvolvido um aparelho militar capaz de equilibrar-se com o Ocidente e seu poder de “retaliamento” era suficiente para assegurar a “destruição mútua”.

A evolução dessa fantasmagórica terminologia das estratégias nucleares (com seus conceitos de “retaliação”, “destruição mútua”, “sobremorte” etc.) é a prova mais evidente da situação absurda que passamos a viver nos últimos 30 anos. As mentes mais poderosas e os meios econômicos e tecnológicos mais sofisticados foram postos a serviço da destruição da humanidade inteira 50 vezes sucessivas! Como se fosse possível suicidar-se mais de uma vez!

Surgem os acordos tipo Salt

Diante dessa realidade, não havia outro caminho senão a negociação. Era preciso encontrar os mecanismos para disciplinar a corrida armamentista já que não era possível ainda sustá-la totalmente. Surgiram assim os acordos tipo Salt, produto da negociação direta das superpotências nucleares.

Para esse fim era necessário reforçar o sistema jurídico e institucional mundial através das Nações Unidas e outros organismos e instituições internacionais. Era indispensável também evitar que as guerras locais — cujo conteúdo se tornava cada vez mais anticolonialista, antiditatorial e de libertação nacional — evoluíssem para conflitos mais amplos e escalassem na direção de uma guerra nuclear.

A construção desse ambiente de negociação e a evolução da consciência mundial sobre a necessidade de se fortalecer a paz, impediram por exemplo, que a derrota norte-americana no Vietnã se degenerasse numa guerra nuclear; permitiu que a desco-

lonização do império português terminasse na independência daqueles países; tornou possível que um enorme país como o Irã eliminasse uma dinastia aliada dos Estados Unidos sem uma intervenção militar de Washington que poderia iniciar o holocausto nuclear etc. Enfim, a “distensão” funcionou a favor do progresso, da emancipação dos povos do Terceiro Mundo e da justiça social.

Porém, cada avanço dos povos significava de fato um duro golpe na hegemonia dos Estados Unidos. Era a revelação da sua decadência como o império mundial do pós-guerra.

A Organização das Nações Unidas, criada sob a hegemonia norte-americana, foi mudando de orientação e caráter na medida em que avançava a descolonização e a emancipação dos países do Terceiro Mundo que passaram a ser a maioria no seio do organismo máximo internacional. A criação e expansão posterior do Movimento dos Países Não-Alinhados — que representa a esmagadora maioria da humanidade — criou uma nova situação internacional. Gerou-se aquilo que Kissinger caracterizou como a “ditadura da maioria”, à qual a potência norte-americana não estava disposta a se submeter.

As negociações pelo desarmamento nuclear progrediam e punham em xeque os interesses do complexo industrial-militar norte-americano. Cada vez ficava mais claro o absurdo que representam os gastos militares nos nossos dias.

Esse absurdo se torna mais evidente ainda quando se consideram as necessidades do Terceiro Mundo, pois é evidente que o investimento desses recursos na solução dos angustiantes problemas da fome e da miséria mudaria a face da terra. (Ver matéria: Especial/Documento nesta edição.) Mas também nos países desenvolvidos e particularmente nos Estados Unidos, a conversão desses recursos ao setor civil, à recuperação das cidades norte-americanas e da sua infra-estrutura em estradas e meios de comunicação em geral seria um fator de estabilidade social e política. Isso é também vá-

lido para os Estados Unidos, ameaçado por graves conflitos sociais.

Ao mesmo tempo, devemos considerar o que a nova fase da corrida armamentista representa. No estágio tecnológico atual, continuar essa corrida significa o avanço para a guerra espacial, climática e ecológica. O homem passará a usar sua capacidade de atuar sobre o planeta no seu conjunto, adquirida como resultado da conquista do espaço, do aperfeiçoamento da química, da pesquisa oceânica, do avanço da ecologia etc., como um instrumento militar. Isso se torna cada vez mais viável com o avanço da mini-computação, a utilização dos raios laser, a engenharia genética e com os avanços na produção de energia nuclear.

Os grupos de poder nos Estados Unidos

O custo dessa nova fase de tecnologia militar põe em risco o já deficitário orçamento norte-americano. A nova burguesia dos Estados Unidos, que se desenvolveu depois da 2ª guerra mundial em ligação direta com os contratos do Pentágono, está avançando no sentido de se converter no setor principal e hegemônico da economia norte-americana. Essa nova burguesia estabeleceu suas bases na Califórnia e no sul do país (particularmente no Texas) e vem desafiando com êxito crescente a hegemonia das famosas 200 famílias do leste dos Estados Unidos (Washington, Nova Iorque e Boston).

A luta entre os "falcões" belicistas aventureiros e a sabedoria dos conservadores, de posições mais realistas, céticas e ponderadas, passa pela exacerbção dos choques de interesses. De um lado, a nova burguesia, filha direta do Pentágono; do outro, a velha oligarquia de Wall Street e dos setores produtivos tradicionais. Não é pois inexplicável o súbito interesse dos meios de comunicação norte-americanos, tradicionalmente controlados pelas 200 famílias, pela causa da paz. Kennan, McNamara, Kissinger e outros ideólogos dos Rockfellers e da sua hoje superada Trilateral¹ não se insurgiriam contra os gastos militares se eles não estivessem incomodando seus padrões. A NBC não produziria um filme como *The day after* ("O dia seguinte") sem o apoio desses interesses.

As antigas famílias que dominaram por 200 anos a economia norte-americana não poderão competir com os novos aventureiros californianos e sulistas, subsidiados pelo orçamento militar do Pentágono, se este for elevado aos níveis extraor-

¹ A Trilateral revelou-se insuficiente para atender aos planos de domínio dessa fração da burguesia norte-americana. Por essa razão, o mesmo grupo vem reconstituindo sua elite orgânica em torno de Conselhos Regionais que à maneira do *Council of America* formaria um sistema de poderes nacionais e continentais articulados entre si.

dinários que Ronald Reagan pretende.

Fica claro pois que Reagan representa uma estranha mescla do conservadorismo nacionalista e isolacionista da classe média norte-americana e o belicismo aventureiro dos novos conglomerados multinacionais do "complexo industrial militar" em expansão e em renovação tecnológica.

Isso explica também sua política exterior tomada para restabelecer o prestígio norte-americano pela via de uma intervenção militar vitoriosa (ainda que seja por meio da invasão de um pequeno país como Granada, defendido por dois mil homens).

Esses fatos são importantes para determinar as razões que levam o atual governo norte-americano a desafiar a opinião pública mundial impulsionando até as últimas consequências a militarização da Europa com a instalação de mísseis ofensivos contra a URSS; ameaçando com a invasão da Nicarágua e fazendo uma escalada militarista na América Central; apoiando as aventuras expansionistas de Israel no Oriente Médio; abstendo-se diante da condenação mundial ao *apartheid* e das agressões militares da África do Sul; enfrentando solitário a votação quase unânime das Nações Unidas condenando a invasão de Granada.

A gravidade desse isolacionismo agressivo para a paz mundial mostra-se mais dramática com a retirada dos soviéticos das negociações para a limitação de armas nucleares. O governo de Moscou alega a impossibilidade de continuar tal diálogo quando o governo Reagan continua tomando atitudes belicistas e provocativas. Reagan sentiu o golpe e tenta retomar sem êxito as negociações, pois se recusa a fazer concessões nas questões fundamentais.

O momento é pois extremamente grave. E vários interesses se juntam para configurar uma perigosa ameaça à paz mundial: razões maiores ligadas aos interesses econômicos de grupos montados em gigantescos parques militares, cujos contratos deixam lucros fabulosos; razões não menos importantes dos milhões de indivíduos cujo emprego depende da indústria bélica; razões menores ligadas à carreira política de belicistas como Ronald Reagan; e razões de Estado e geopolíticas de um império em decadência.

O caso soviético

Por outro lado, muitas são as desconfianças e diversos níveis sobre a tendência à autoconservação dos interesses militares na União Soviética e sobre a renovação da vocação expansionista do antigo império russo.

Essas apreensões se fundamentam contudo numa visão preconceituosa e irracional da complexa realidade que se oculta no vasto mundo multinacional, multilinguístico, multicultural e em rápido

do processo de mudança que forma a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Infelizmente, a literatura ocidental sobre essa realidade é não somente escassa mas também pobre de conteúdo, de informação e de análise científica. Na maior parte das vezes trata-se de uma propaganda política de muito baixo nível. É perigoso esconder das nossas vistas uma parte tão importante e tão dinâmica da realidade contemporânea. Sobretudo quando vivemos num mundo cada vez mais interconectado e interdependente.

A URSS é ao mesmo tempo uma força nacional em expansão e o laboratório de um novo modo de produção ainda emergente. Nessa dupla condição, é muito complexa a compreensão das leis econômicas e sociais que regem o seu movimento histórico. Enquanto laboratório de um novo modo de produção, não há nesse país a necessidade de estimular a indústria militar como fonte de lucro, poder econômico ou enriquecimento pessoal. Contudo, não se pode desprezar os efeitos negativos da conservação e até expansão constante de uma estrutura militar profissional. Por mais conscientes das vantagens da paz que possam estar os seus membros — sob a pressão de uma ideologia antimilitarista e com as amargas lições da 2ª guerra mundial e seus mais de 20 milhões de mortos no país — os poderes e a natureza da missão que geram os interesses militares são um fator real de comportamento político e ideológico.

Operam também num sentido negativo os fatores geopolíticos ligados à confrontação e ao cerco capitalista contra a experiência socialista daquele país.

A União Soviética é uma nação de dimensão colossal, que se estende da Europa Central aos extremos mais orientais do continente asiático. Sua defesa lhe exige uma concepção geopolítica que abranja desde a Europa e o Atlântico Norte até o oceano Pacífico, do Mediterrâneo ao oceano Índico, do Pólo Norte à Antártica. O confronto com os Estados Unidos, país protegido pelo seu próprio isolamento geográfico, leva a URSS a ampliar a sua zona defensiva, conceito este que nem sempre está de acordo com as aspirações pacifistas de grandes setores da opinião pública mundial, independentemente do sistema político-econômico e do conteúdo de classe do Estado soviético. Como uma das duas grandes superpotências, a URSS tem interesses geopolíticos específicos que não pode evitar.

O papel dos não-alinhados

Por essa razão, o crescimento, o fortalecimento e a presença ativa do Movimento dos Países Não-Alinhados na cena internacional, como uma força hegemônica em torno da qual haja uma rearticulação do mundo contemporâneo, é um caminho —

talvez o único — que pode levar a assegurar a paz.

O conceito de Não-Alinhamento se estende hoje não somente ao Terceiro Mundo e à Iugoslávia, a única nação européia que participou da criação do Movimento. O aumento da concepção neutralista da Europa assim como a adoção explícita da noção de não-alinhamento no movimento pacifista europeu demonstram até que ponto essa nova concepção está avançando. Na mesma direção atua a crescente reivindicação de uma negociação para reunificar as duas Alemanhas, defendida pelos “verdes”, social-democratas e democrata-cristãos alemães e uma velha aspiração da República Democrática Alemã (RDA).

Manifestação pacifista em Lisboa

A idéia da defesa da paz mundial encontra assim nos nossos dias fortes bases sociais, estatais e institucionais. Ela se torna o elo que unifica os militantes pacifistas norte-americanos (que se opõem aos gastos militares e à invasão à Nicarágua e a El Salvador), os pacifistas europeus (que fazem verdadeiras correntes humanas para impedir a instalação dos mísseis nucleares), o movimento pela reunificação e neutralidade da Alemanha, as forças anti-imperialistas e anticolonialistas do Terceiro Mundo e os movimentos pela paz no mundo socialista.

O Movimento Não-Alinhado, para ser protagonista e líder na luta pela paz mundial, tem que trabalhar para obstaculizar o braço agressivo do imperialismo norte-americano, fortalecendo o caminho da negociação e apoiando as forças sociais e políticas favoráveis à paz dentro dos Estados Unidos; tem que ajudar a luta pela autonomia militar da Europa (apoiando medidas concretas como a assinatura de um tratado de paz e cooperação entre as duas Alemanhas e a criação de uma zona militar neutra no centro do continente); tem que trabalhar pela paz justa no Oriente Médio, combater

Declaração sobre desarmamento dos não-alinhados*

Os chefes de Estado ou de governo consideram que o maior perigo que o mundo enfrenta hoje é a ameaça à sobrevivência da humanidade, oriunda de uma guerra nuclear. O desarmamento, particularmente o desarmamento nuclear, deixou de ser uma questão moral: é uma questão de sobrevivência humana. No entanto, a escalada renovada da corrida aos armamentos nucleares, nas suas dimensões tanto quantitativas como qualitativas, assim como a confiança em doutrinas de intimidação nuclear, aumentaram o risco de deflagração de uma guerra nuclear e provocaram maior insegurança e instabilidade nas relações internacionais. As armas nucleares são mais que armas de guerra: são instrumentos de aniquilamento em massa. Os chefes de Estado ou de governo consideram portanto inaceitável que a segurança de todos os Estados e a própria sobrevivência da humanidade sejam penhor dos interesses de segurança de um punhado de Estados possuidores de armas nucleares. As medidas para a prevenção da guerra e o desarmamento nuclear devem ter em conta, de modo idêntico, os interesses de segurança dos Estados possuidores ou não de armas nucleares, de forma a assegurar que a sobrevivência da humanidade não corra perigo. Rejeitam todas as teorias e conceitos relacionados com a posse de armas nucleares e com o seu uso sob quaisquer circunstâncias.(...)

Os chefes de Estado ou de governo reiteraram a sua convicção de que a paz e segurança internacionais apenas poderão ser asseguradas através do desarmamento geral e completo, sob um controle internacional efetivo. Com vistas a prevenir, eficazmente, a proliferação horizontal e vertical das armas nucleares, os Estados possuidores dessas armas devem adotar medidas urgentes, tendentes a fazer parar e inverter a corrida aos armamentos nucleares. Até que seja alcançado o desarmamento nuclear, os chefes de Estado ou de governo, em nome da humanidade, exigiram uma proibição imediata do uso ou da ameaça de uso de armas nucleares, por parte de todos os Estados delas possuidores. Exigiram ainda um congelamento no desenvolvimento, produção, armazenamento e utilização de armas nucleares e a rápida finalização de um vasto tratado banindo a experimentação de armas nucleares. Reiteraram, tam-

* Aprovada na 7ª Conferência de chefes de Estado realizada em Nova Déli, em março de 1983

bém, que os Estados possuidores de armas nucleares têm a obrigação de garantir que os Estados delas não-possuidores não serão ameaçados ou atacados. Os chefes de Estado ou de governo recomendaram que devem prosseguir sem demora negociações com vistas à conclusão de um instrumento de acordo internacional, sobre eficazes medidas capazes de proteger todos os Estados não-possuidores de armas nucleares, contra o uso de armas nucleares.(...)

A Conferência salientou que embora o desarmamento nuclear tenha a maior prioridade, devem envidar-se esforços para concluir, sem mais demora, um tratado banindo as armas químicas. O desarmamento convencional deverá também prosseguir, no contexto do progresso em prol do desarmamento completo e geral. Os chefes de Estado ou de governo declararam uma vez mais que o espaço exterior deve ser usado exclusivamente para fins pacíficos.

Os chefes de Estado ou de governo exprimiram o seu profundo desapontamento quanto ao fracasso da segunda sessão especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas devotada ao desarmamento, na obtenção de resultados significativos. Os esforços envidados para adotar um vasto programa de desarmamento, em particular de desarmamento nuclear, falharam devido às posições inflexíveis adotadas por algumas das grandes potências. Os chefes de Estado ou de governo reafirmaram que os princípios e prioridades contidos no Documento Final da primeira sessão especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas devotada ao desarmamento, continuavam inteiramente válidos e que os objetivos e medidas ali contidos ainda representam uma meta a atingir, pela qual os países não-alinhados continuarão a trabalhar incansavelmente.(...)

Os chefes de Estado ou de governo sublinharam o papel central e a responsabilidade primordial das Nações Unidas no campo do desarmamento. Apelaram para o Comitê de Desarmamento, como organismo negociador, multilateral único nesse terreno, no sentido de cumprir o seu mandato e adotar medidas concretas de desarmamento, particularmente desarmamento nuclear.

Os chefes de Estado ou de governo instaram os mais importantes Estados possuidores de armas nucleares no sentido de prosseguirem com maior vigor as suas negociações sobre limitação de armas e desarmamento. Tendo em mente o interesse vital que o desarmamento representa para todos os Estados, pedem insistentemente aos mesmos que mantenham as Nações Unidas informadas quanto ao progresso alcançado nas negociações acima referidas.

Os novos mísseis na frente europeia

A instalação dos "Pershing" e dos "Cruise" agrava

a situação. Só existe uma certeza: em caso de guerra nuclear, a vitória será a derrota de todos

Dieter Dellinger*

Os *Pershing 2* sobem velozmente a 240 mil metros de altitude para daí caírem sobre os seus alvos a uma velocidade de 20 mil quilómetros horários. Uns cinco minutos após os disparos, explodem as cargas nucleares das ogivas perfurantes, rebentando com toda uma série de silos de mísseis estratégicos, subterrâneos de comando etc., da URSS.

* Ex-deputado do Partido Socialista Português e membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC)

o *apartheid* na África do Sul, preservar a paz na América Central, apoiando o trabalho do Grupo de Contadora.

Simultaneamente a essa ação sistemática de superação dos focos da tensão mundial, o Movimento dos Não-Alinhados — com o apoio da opinião pública mundial e no quadro da Organização das Nações Unidas e tudo em que ela já avançou a respeito — poderia assumir a frente das negociações pelo desarmamento nuclear, propiciando e fortalecendo o diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética, cada vez mais difícil sem a mediação ativa dos amplos interesses do resto do mundo.

Esse protagonismo não impediria, por fim, a continuidade da luta dos não-alinhados pela reestruturação da economia mundial, através da superação do domínio econômico, político e militar dos Estados Unidos. A implantação de uma Nova Ordem Econômica Internacional fortaleceria o processo de emancipação das nações do Terceiro Mundo e reforçaria a sua soberania nacional e a sua democracia interna.

O mundo seria muito diferente se países hoje marginalizados da vida internacional, potências intermédias como o Brasil, unissem suas forças em torno de uma agenda pela paz, no contexto da luta dos não-alinhados.

Os resultados indiretos

Como resultado dessa distensão e paralelamente a essas vitórias diplomáticas, se o Movimento dos Não-Alinhados e os seus eventuais aliados no cenário político mundial conseguissem essa reformulação das relações internacionais, estariam assegurando as condições para a desmilitarização das superpotências.

É quase impossível imaginar quais seriam as consequências dessa vitória das teses pacifistas. A humanidade daria um salto de qualidade e liberaria energias para o seu progresso, hoje insuspeitadas. Os processos de transformação estrutural encontrariam condições propícias e se fortaleceria o exercício da democracia. Os Reagans, os militaristas, os belicistas, os exploradores, os dominadores, os sectários, os conservadores, que hoje aprisionam os passos gigantescos da humanidade nessa direção, teriam perdido o seu imenso poder.

Basta somente inverter as atuais tendências belicistas e o mundo adquiriria uma outra face. A paz não é somente uma estratégia de sobrevivência. Ela representa o único caminho para a emancipação do Homem como espécie universal, na direção de uma sociedade igualitária e justa, em escala planetária. A vocação da humanidade é a liberdade e o progresso infinito a caminho da conquista já iniciada do Cosmos. Esta é a nossa tarefa em vez de deixarmos esmagar, passivos, pela paranóia nuclear. ●

Os Pershing (esq.) e os SS-20: corrida rumo à destruição

Ao mesmo tempo que os *Pershing* abrem uma lacuna na capacidade estratégica da URSS, centenas de mísseis de cruzeiro iniciam um vôo mais lento em direção a 464 alvos previamente escolhidos. Ao contrário dos *Pershing*, que deverão levar cargas nucleares de “fraca” potência relativa (talvez inferiores às de uma bomba do tipo Hiroshima) os *Cruise* podem vir a ser equipados com ogivas mais poderosas para provocarem estragos de superfície mais vastos.

O governo soviético foi, entretanto, avisado de que, na ausência de resposta, as ondas sucessivas de mísseis de cruzeiro seriam autodestruídas antes de atingirem os seus alvos e sem deflagração das respectivas bombas nucleares. Mas, se os SS-20 tivessem sido disparados, o território da URSS receberia uma carga nuclear com uma ordem de grandeza de 5 a 10 mil bombas do tipo Hiroshima, capaz de causar milhões de mortos. A essa primeira avalanche de *Cruise* seguir-se-iam os *Poseidon*, *Tridents* etc., lançados pelos submarinos norte-americanos estacionados no Mediterrâneo e Atlântico Norte e, se os intercontinentais soviéticos tivessem, por sua vez, entrado em ação os *Minutemen* e os *Titan* ainda intactos completavam uma parte da devastação mundial já iniciada.

De acordo com os “pensadores” do Pentágono, na pior das hipóteses, a URSS sofreria cerca de 100 milhões de mortos, enquanto que os EUA não deveriam contar com mais de 40 milhões de vítimas. Numa hipótese mais “plausível”, o governo soviético deveria preferir os reduzidos estragos colaterais provocados pelos 108 *Pershing 2* com pouco mais de uma dezena de milhares de mortos à

destruição total, deixando assim sem resposta o primeiro ataque e assistindo à autodestruição dos *Cruise*.

O “engenhoso” plano norte-americano visaria assim à súbita conquista de uma superioridade militar para atingir uma posição hegemônica mundial ou, apenas, no dizer dos homens do Pentágono, evitar o avanço soviético na Europa ou em outras áreas do globo.

Nesse plano, tanto faz que a URSS tenha mais ou menos SS-20, já que estes não poderiam evitar o primeiro tiro dos *Pershing 2* e dos 464 *Cruise*, para não falar nas ogivas táticas lançadas pelos *Pershing 1*, *Honest John*, *Lance* e aviação de ataque. Tudo isso num esquema de puro primeiro ataque, já que, talvez à exceção dos *Cruise*, todos os mísseis estacionados e a serem estacionados servem para o primeiro ataque ou para a ação tática de curto alcance.

A supremacia do primeiro ataque

A partir da instalação dos *Pershing 2*, ambos os blocos político-militares, Otan e Pacto de Varsóvia, passam a enfrentar-se com armas de primeiro ataque, criando sucessivos níveis de escalada nuclear que impeçam a passagem ao escalão imediatamente superior por meio da respectiva ação dissuasiva. Os *Cruise* dissuadem uma eventual resposta soviética contra a Europa e os *Poseidon* e os *Minutemen* servem de dissuasores da resposta contra o território norte-americano. Imaginou-se pois um esquema de dissuasão em pleno conflito nuclear, diferente do esquema em vigor até agora, que era a dissuasão do próprio conflito.

De acordo com a revista americana *Aviation Week and Space Magazine* um dispositivo de mísseis de cruzeiro poderá também vir a ser instalado na Coreia do Sul e porque não igualmente de *Pershing 2*? Isto, para anular a capacidade bélica da frota soviética no Extremo Oriente.

De escalada em escalada, e enquanto não surgem as armas radiantes no espaço, outras bases de primeiro ataque, poderão ser encontradas em diversas áreas do planeta.

Ao mesmo tempo que se constrói a mecânica da guerra nuclear limitada, os dissuasores do “juízo final”, os submarinos *Trident*, continuam a ser construídos em série. Efetivamente, cada um dos 16 submarinos da classe *Ohio* é portador de 24 mísseis *Trident C-4* com 8 ogivas cada, de 100 quilotoneladas de potencial explosivo, o que dá 192 ogivas por submarino, equivalentes a mais de mil bombas do tipo Hiroshima.

Admitem assim os estrategistas mais modernos que é possível conter os limites de um conflito nuclear, quer num âmbito geográfico — Europa, por exemplo —, quer no que diz respeito ao potencial explosivo das cargas utilizadas. Só que não se fala

nas terríveis consequências holocásticas sentidas nas zonas em que vão acontecer as grandes batalhas.

Para os altos comandos da Otan, a arma nuclear é indispensável, dada a superioridade convencional soviética, e a sua utilização passou a ser possível por meio dos esquemas agora introduzidos no planejamento de operações a todos os níveis de escalada. Acrescentam ainda que os *Pershing 2* destinam-se só à defesa da Europa, pois não são em número suficiente para infligir um dano apreciável nos 1.398 silos de mísseis intercontinentais soviéticos, nem chegando a cobrir a diferença para os 1.050 silos norte-americanos.

Por outro lado, a lentidão dos *Cruise* e a sua relativa vulnerabilidade não permitem encará-los como arma de primeiro ataque, mas apenas como saturador das defesas adversárias ou no esquema atrás descrito de anti-retaliação. Talvez haja algo de verdade nisso, só que ninguém garante que depois dos 108 *Pershing 2* não venham muitos mais; até porque a URSS anunciou instalar mais SS-20, agora na Checoslováquia, RDA etc., obrigando a Otan a fechar mais algumas "janelas de vulnerabilidade".

Um grupo de conhecidos oficiais da Otan, como os generais Gert Sebastian e Nino Pasti, o almirante Lee e até o ex-secretário da Defesa McNamara, tem apontado o caráter quase irrelevante das armas de primeiro ataque, isto é, não-protegidas, para a defesa da Europa. Ao que os belicistas mais radicais respondem que a estratégia soviética exclui o

emprego de armas nucleares no primeiro ataque (ou seja, numa eventual invasão da Europa), preferindo contar com a sua superioridade convencional e dissuadir a Otan de fazer uso de armamento nuclear. Desse modo, as armas nucleares da Otan, estacionadas e a serem estacionadas na Europa, seriam dissuasores de qualquer ataque, convencional ou não, soviético.

A pseudo vulnerabilidade convencional da Europa

De acordo com a recente publicação *Soviet Blitzkrieg Theory* de Peter Vigor, em poucos dias as forças soviéticas poderiam conquistar a Europa, ou apenas o núcleo frontal da Otan — Alemanha Federal, Bélgica, Holanda e Dinamarca —, utilizando para isso uma nova estratégia baseada em pequenas forças extremamente móveis, designadas por "Grupos Operacionais de Manobra". Estes seriam constituídos por um regimento de blindados, um batalhão de infantaria mecanizada, outro de artilharia autopropulsionada e um de defesa antiaérea, além de uma companhia de sapadores de engenharia.

Um apreciável número desses grupos poderia penetrar de surpresa em diversos pontos da Alemanha Federal e, contornando as principais unidades militares aí estacionadas, vir a ocupar posições sólidas à retaguarda das linhas da Otan. Em poucas horas ou dias, ocupariam as bases de mísseis e de

aviação, tornadas inoperacionais pelo efeito dissuasor dos SS-20 e de outros mísseis soviéticos. Para obter o necessário efeito de surpresa, não haveria barragens de artilharia e as forças atacantes seriam só constituídas por unidades já acantonadas junto à fronteira entre os dois blocos. Teoricamente, pouco mais de 100 mil homens deveriam derrotar mais de meio milhão sem fazer uso de linhas de abastecimento, levando consigo combustível e munições para vários dias de combate, o que é inacreditável.

Nessa visão fantasmagórica, os pensadores militares não levam em consideração a organização do dispositivo da Otan, principalmente a infantaria alemã, também ela estruturada na base de pequenos grupos operacionais e equipada com excelentes mísseis portáteis antitanques e antiaéreos, nem as poderosas divisões blindadas com os extraordinários *Leopard*.

Num território densamente urbanizado e cheio de obras de cimento armado, a defesa com o míssil antitanque pode vir a ser devastadora e por isso, admitir o adormecimento do dispositivo da Otan e a

simultânea incapacidade de os satélites de espionagem detectarem qualquer sinal de preparativo é completamente inconcebível.

A ausência de ameaças concretizáveis

Se o poderio do Pacto de Varsóvia é limitado no que diz respeito à possibilidade de uma conquista rápida da Europa sem uso de armas nucleares, o inverso também é verdadeiro. As forças convencionais da Otan não têm meios para invadir os países da Europa do Leste. Cada um dos lados possui, todavia, uma capacidade para infligir danos gravíssimos na parte adversa, desde que utilize armas nucleares, mas com a certeza de uma quase completa reciprocidade, a não ser que se limite de tal maneira o estrago que seja possível admitir como razoável a ausência de resposta do adversário.

Os SS-20 soviéticos surgiram como uma espécie de complexo de defesa bélico-industrial da URSS, que a levou a substituir os antiquados SS-4 de combustível líquido pela versão mais moderna de combustível sólido e, como tal, operacional 24 so-

As falhas humanas

□ A crescente disseminação das cerca de 60 mil ogivas dos arsenais nucleares das duas superpotências, apesar dos complexos sistemas de controle, constituem, por si só, um fator adicional capaz de precipitar uma guerra nuclear.

A consciência pública desse risco, já data do início da década de 60. Com efeito, a publicação nos EUA do livro "Ponto Limite" — *best-seller* que teve as honras de várias edições em poucas semanas e do filme com o mesmo nome — veio mergulhar no terror a população e os governantes daquele país. Fundamentado no conhecimento detalhado dos procedimentos de segurança das esquadrilhas de bombardeiros estratégicos do SAC, o autor centra a ação na única (?) falha suscetível de fazer perder o controle sobre aquelas máquinas de morte, em voo para objetivos "inimigos", 24 horas por dia.

Transmitindo uma dramática verossimilhança, a narrativa situa próximo do "ponto limite" — a partir do qual o piloto já não podia receber ordem de regresso por ser admissível a imitação pelo IN (ver "Dicionário") da voz do presidente dos EUA —, a fatal avaria no sistema de comunicações... Apesar dos esforços combinados dos estados-maiores norte-americano e soviético e do presidente John Kennedy e Nikita Khrushchev — em ligação permanente pelo telefone vermelho — um avião consegue ultrapassar todas as defesas e

aproxima-se de Moscou com as suas bombas nucleares.

Para dar credibilidade ao involuntário acidente e evitar o temível holocausto, o presidente Kennedy dá ordem para o lançamento de uma bomba nuclear sobre Nova Iorque enquanto contempla, no jornal da manhã, a fotografia de sua mulher Jacqueline visitando um museu naquela cidade...

Depois desse pesadelo *made in USA* — que, apesar de ficção, obrigou à total revisão do sistema de segurança norte-americano — três incidentes *Broken Arrow* (nome de código para incidentes que podem provocar uma guerra nuclear), em que mísseis nucleares foram mesmo disparados, já ocorreram e nunca foram desmentidos.

O fator acaso e as falhas do material ou humanas na precipitação de uma guerra nuclear, são riscos cada vez mais reais.

Um último fato que ilustra como é difícil distinguir a realidade da ficção, é a que conta as "vicissitudes" da inauguração da sofisticada rede norte-americana de rastreio e detecção instalada há anos na Groenlândia.

Deveria, no bom senso do "general de dia" do Comando estratégico dos EUA, não ter havido resposta imediata ao primeiro "alarme vermelho" daquele sistema que indicava um ataque maciço de "mísseis soviéticos" ao território dos EUA. Os técnicos descobriram que se tratava da detecção da primeira lua cheia e que o dispositivo de cálculo das distâncias estava limitado, na sua concepção, às distâncias máximas "terrestres"...

bre 24 horas. A "linha Maginot" soviética seria constituída pelos SS-20, cujas três ogivas de dezenas de quilotoneladas não deveriam permitir qualquer ataque às fronteiras soviéticas. Além disso, o SS-20 poderá transformar-se rapidamente num míssil intercontinental pela adição de uma base do SS-16.

Fundamentalmente, o SS-20, no dizer dos técnicos, destina-se a tornar possível a guerra convencional, dissuadindo a utilização de meios nucleares táticos de curto ou médio alcance, enquanto que os *Pershing* destinam-se a tornar possível uma guerra nuclear limitada, reduzindo com sua precisão o potencial explosivo e, como tal, os estragos colaterais.

Novos conceitos estratégicos

A perigosa evolução armamentista aponta para a guerra sem holocausto ou para fortalecer os meios militares como instrumentos de pressão política mundial. De acordo com uma recente publicação do Instituto de Pesquisa Internacional sobre a Paz (Sipri) de Estocolmo, "há hoje motivos muito sérios para temer que o conceito vigente até agora de Destruição Mútua Assegurada (MAD) tenha sido abandonado pelos estrategistas a favor de uma idéia de vitória possível em guerra nuclear ou não".

Assim, o esquema de mísseis de ataque a ser instalado na Europa ocidental está sendo completado com a vinda dos mísseis *Patriot* antiaéreos e, eventualmente, com capacidade antimíssil até uma distância de 60 quilômetros e uma altitude de 24. Esses *Patriot* com os mais antigos *Nike-Zeus*, *Hawk* e *Rolland* tornarão difícil a condução com êxito de operações aéreas contra o dispositivo Otan. O mesmo poderá se dizer dos mísseis antiaéreos soviéticos SA-8, SA-9, SA-4 *Ganef*, SA-5 *Gammon* e SA-6 *Gainful*, todos altamente letais em termos antiaéreos.

Mais de dez mil ogivas nucleares na Europa

No atual estado da técnica e com as forças convencionais postadas na Europa, seria extremamente arriscado o ataque convencional devido a uma certa supremacia dos meios de defesa, nomeadamente dos pequenos mísseis. Assim, só a abertura de clareiras com armas táticas nucleares poderia permitir o avanço das forças convencionais, ao contrário do que afirmam certos propagandistas. Para isso, já existe todo um dispositivo de bombas nucleares destinadas aos objetivos a serem atingidos com muita, pouca ou quase nenhuma radiatividade.

Saliente-se aqui a bomba de nêutrons (BN) com uma fraca potência explosiva, cuja ação é inferior a um raio de 400 metros, e com um poderoso efeito irradiante resultante dos nêutrons rá-

É possível pensar numa vitória nuclear?

pidos com curtíssimo período de vida. A BN pode liquidar a vida humana, mas deixa o material intacto, sendo eficaz num raio de 2.500 metros. (Ver matéria "A bomba de nêutrons, uma arma 'limpa'".) O seu inverso é a poderosa bomba 3R, cujo pavoroso efeito de choque destrói quase tudo num raio de cinco mil metros, mas com uma limitada ação irradiante que pouco mais abrange do que um círculo de 200 metros de raio. Essa bomba permitiria destruir bases e outras instalações militares, bem como tropas no terreno, sem impossibilitar a passagem posterior de forças militares.

Acrescente-se ainda a bomba 3F, uma superbomba de hidrogênio envolta numa carapaça de urânio natural, de modo a que os nêutrons rápidos emitidos pelo núcleo assegurem uma tremenda libertação de energia pela sua desintegração adicional.

Algumas dessas bombas atingem potências da ordem das 50 megatoneladas, podendo a sua explosão a 300 quilômetros de altitude, por exemplo, não provocar destruições diretas em terra, mas danificar toda a aparelhagem elétrica e eletrônica, não devidamente blindada, num raio de mais mil quilômetros. Seria o chamado "Efeito de Impulso Eletromagnético" que em milésimos de segundo faria toda uma civilização industrial passar à era anterior à descoberta da eletricidade.

O armamento nuclear já colocado nos dois lados da fronteira entre a Otan e o Pacto de Varsó-

via ultrapassa a dezena de milhar de ogivas nucleares de todos os tamanhos e feitios.

No lado Ocidental, começam a existir numerosas cargas de demolição nuclear, enterradas ao longo da fronteira entre a RFA e a RDA, destinadas a saltarem como minas nucleares ao primeiro sinal de avanço soviético. Depois, nos batalhões de artilharia, os canhões autopropulsionados de 203mm podem disparar a quase trinta quilômetros de distância pequenas cargas nucleares de 1 quilotonelada (1/13 da bomba de Hiroshima). Para distâncias da ordem dos cem quilômetros, o comando divisionário da Otan dispõe dos mísseis *Lance* e *Honest John*, num total de 324, e para alcances da ordem dos 700 quilômetros o comando da frente de batalha tem às suas ordens 72 mísseis do tipo *Pershing 1*, isto depois de instalados os 108 *Pershing 2*, já que atualmente existem 180 mísseis de primeira das citadas versões. Os 464 mísseis de cruzeiro deverão estar distribuídos por 116 carros lançadores espalhados pela Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica, RFA e Itália, podendo atingir objetivos a 1.800 quilômetros de distância. Estacionada na Grã-Bretanha existe ainda uma frota de bombardeiros de geometria variável do tipo FB-111 e no território francês estão os autopropulsionados *Phaeton*, mísseis capazes de lançar cargas nucleares a cerca de 160 quilômetros de distância, os *Mirage* da *Force de Frappe* e os mísseis estratégicos franceses, protegidos por silos de cimento armado. Entretanto, as forças francesas não estão integradas no dispositivo Otan, se bem que a França seja um

As conversações de guerra

□ O ano de 1983 terminou com uma indefinição nas negociações entre Estados Unidos e União Soviética sobre armas nucleares criada pelo abandono, por parte da delegação soviética, de duas conversações realizadas em Genebra, Suíça. A indefinição gerou tensa expectativa: será esse vácuo nas negociações o momento de outro salto na corrida armamentista, com a produção de novos e ainda mais sofisticados equipamentos ou o aumento da fabricação dos já existentes? Para muitos analistas, a resposta é afirmativa e, por isso, sombria.

A 23 de novembro passado, os soviéticos abandonaram as negociações sobre Forças Nucleares Intermediárias de Maior Alcance (LRINF) em protesto contra o início da instalação, pelos norte-americanos, de 464 mísseis *Cruise* e 108 *Pershing 2* na Europa Ocidental na área da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Duas semanas depois, a delegação soviética se retirou das Conversações sobre Redução de Armas Estratégicas (Start) sem fixar data para a nova etapa dos trabalhos.

Os soviéticos divulgaram declaração explicando que a instalação dos *Cruise* e *Pershing 2* havia "mudado a situação estratégica global, tornando necessário para a URSS reexaminar todos os pontos em questão nas Start". A delegação norte-americana "lamentou a decisão unilateral dos soviéticos com base em acontecimentos externos, fora do âmbito das negociações" e disse esperar o retorno de Moscou ao diálogo.

O desentendimento entre as superpotências quanto às armas nucleares não começou agora. E

em grande parte, decorrem de diferentes concepções sobre o "equilíbrio" que ambas as superpotências dizem pretender atingir. Na verdade, sempre houve o que se chama de "margem de segurança", que garantia a supremacia ocidental. Os acordos "Salt 2" vieram permitir a redução dessa "margem de segurança", para se chegar mais perto do real "equilíbrio". (Ver cadernos do terceiro mundo nº 44, "O risco de uma catástrofe", onde o ex-chefe do estado-maior da marinha de guerra francesa e ex-general da Otan, Antoine Sanguinetti, explica a correlação de forças entre a URSS e a Otan).

Nitze, o delegado norte-americano às conversações

Quando, em 1977, a União Soviética iniciou a substituição dos mísseis SS-4 e SS-5 pelos SS-20, com três ogivas nucleares e alcance de cinco mil quilômetros, a Otan não se conformou. Considerou que a partir daí a "vantagem estratégica" ficava do lado dos soviéticos, e decidiu marcar para 1983 a instalação na Europa dos *Cruise* e os *Pershing 2*.

membro dessa Aliança.

O dispositivo soviético na Europa não é menos impressionante. Seis tipos diferentes de mísseis cobrem alcances de 100 a 5 mil quilômetros de distância. Para os 100 quilômetros, o Pacto de Varsóvia possui 2.520 lança-mísseis autopropulsionados do tipo *Frog* SS-21, segundo o código Otan, integrados na estrutura de comando divisionário. Para atingir com ogivas nucleares alvos a 300 quilômetros de distância, os comandantes de exército soviético, colocados na Europa, têm ao seu dispor 554 lançadores autopropulsionados com 1.108 mísseis do tipo *Scud* SS-23. Por sua vez, o marechal comandante da "Frente Ocidental" comanda 200 mísseis SS-12 e SS-22 para atingir alvos a mil quilômetros de distância.

O comando supremo, ou estado-maior, das forças soviéticas e do Pacto de Varsóvia pode ainda utilizar 40 mísseis SS-5 e os 315 lançadores dos mísseis SS-20 com 1.890 ogivas nucleares; isto de acordo com os números revelados pela informação norte-americana e nunca desmentidos por qualquer fonte soviética.

Saliente-se ainda a existência de uma poderosa aviação frontal soviética (*Frontovaya Aviatsya*) equipada com 5 mil modernos aviões de combate, dos quais cerca de 4 mil destinam-se à frente europeia.

Assim como sucede com os *Phantom*, F-17, F-16, A-7 etc., do Ocidente, também os *Shukoi* 7, 14, 22 e os *Migs* 23, 25 e 27 podem vir a transportar bombas nucleares em missões de ataque ao

shing 2.

Em 1981, os Estados Unidos, em nome da Otan, propuseram à URSS o desmantelamento dos SS-20 em troca da não-instalação dos *Cruise* e dos *Pershing*, e chamaram a proposta de "Opção Zero", intencionalmente designada assim de forma a dar a idéia de que só com essa opção se atingiria o "equilíbrio". Porém, o que a Otan não disse é que o inventário do armamento existente de um lado e do outro feito quando do início das conversações Salt, permitiu provar que os norte-americanos já tinham cerca de duas vezes mais ogivas nucleares que os soviéticos: umas cin-

em geral, medem-se as forças soviéticas contra as forças da Otan, porém nunca se levam em conta os sete-oitavos das forças norte-americanas que não fazem parte da Otan. E aí o desequilíbrio em favor das forças da Otan é ainda mais evidente.

Como era previsível, a "Opção Zero" foi rejeitada por Moscou. Brejnev afirmou, na altura, que fora justamente para se chegar mais perto do equilíbrio, que os soviéticos haviam instalado os SS-20, sugerindo, porém, que eles passassem de 243 para 162 (número equivalente ao dos foguetes da França e da Inglaterra). Condição: que a Otan desistisse de instalar os novos mísseis. O bloco ocidental não aceitou.

Em novembro passado, os EUA propuseram que cada lado ficasse com 420 ogivas. A URSS manteve-se firme na posição de não aceitar mais nenhum míssil norte-americano na Europa Ocidental, ameaçando adotar "contramedidas" e sair das negociações de Genebra se o Parlamento da Alemanha Ocidental aprovasse a instalação dos *Cruise* no país. Como a Otan iniciou a instalação dos *Cruise* e *Pershing*, os soviéticos retiraram-se das conversações de Genebra sobre armas nucleares intermediárias (euromísseis).

Nas negociações Start (armas estratégicas), as posições básicas são as seguintes: os EUA propõem a redução das ogivas em um-terço, cada lado ficando com cinco mil e o compromisso de desativar duas antigas a cada nova instalada (estratégia "mais um menos dois" ou *build down*); a URSS insiste em um teto máximo de 1.800 ogivas para cada bloco, incluindo as de foguetes e as transportadas por bombardeiros.

Diante da nova situação criada pela instalação dos mísseis norte-americanos, ainda não se sabe com certeza se a URSS vai reatar o diálogo em relação a este tipo de armas.

O representante da URSS em Genebra, Kwizinski

co mil soviéticas para 11 mil do lado norte-americano. E que os acordos Salt-2 permitiriam aos soviéticos, até 1985, recuperar uma parte deste atraso.

Há ainda outro dado pouco manejado e bastante significativo, quando se pretende compreender o estágio atual da corrida armamentista:

solo; por isso, não é possível ter uma idéia exata do número de ogivas nucleares existentes na Europa à disposição das forças aéreas de ambos os blocos.

O segundo ramo das forças aéreas soviéticas, a aviação a longa distância (*Dal'naya Aviatsya*) está equipada com os poderosos *Backfire*, capazes de transportar cada um 8 toneladas de bombas nucleares a 5 mil quilômetros em vôo de altitude ou a 2 mil em vôo rasante. Além disso, podem também lançar o míssil AS-6 com carga nuclear, o que lhe aumenta o alcance mortal em mais de uns 800 quilômetros. Essas aeronaves destinam-se principalmente ao ataque nuclear a comboios de navios que reabastecem a frente européia a partir dos EUA, mas podem naturalmente, vir a ter outras missões.

Pode-se pois afirmar que o potencial explosivo de cada um dos blocos militares na Europa deverá totalizar mais de 50 mil bombas do tipo Hiroshima, o que torna impensável admitir a possibilidade de controlar as operações e limitar a amplitude do material a utilizar pela parte adversária.

O álibi dos governos

A existência de todo esse arsenal nuclear na Europa levou a importantes modificações táticas na disposição de tropas no terreno. A densidade de ocupação do espaço, mesmo na ofensiva, já não é mais do que uns oito homens por quilômetro quadrado. Uma divisão de 15 mil homens terá que operar numa frente de 30 quilômetros e a uma profundidade de 120. No fim da última guerra, uma divisão semelhante chegava a concentrar-se num quadrado de três quilômetros de lado. Para tornar invulneráveis as armas nucleares, as colunas de blindados não devem ter mais de cinco carros de assalto e outros tantos de transporte de infantaria, o que torna esse agrupamento extremamente vulnerável às armas guiadas anticarro transportadas por pequenas unidades de infantaria.

O risco de concentração tornou-se demasiado grande, a precisão das armas modernas permite antever uma hecatombe de carros e aviões nas primeiras horas ou dias de combate; por isso, uma guerra na Europa poderá passar rapidamente de uma fase movimentada a uma nova versão das "trincheiras" da 1ª guerra mundial, mas agora guarnecidas de mísseis antiaéreos e anticarros, em que o uso de armas nucleares estaria mutuamente dissuadido. De qualquer forma, nada indica que um dos blocos possa obter vantagens no conflito, e a vitória, seja para quem for, é qualquer coisa de irrealizável. No fundo, a ameaça mútua, a vulnerabilidade e a fraqueza de qualquer dos lados não passam de álibis governamentais para concretizar a decisão de utilizar meios militares para alcançar objetivos políticos. ●

28 - terceiro mundo

A paranóia nuclear

Europa, alvo prioritário

O ex-presidente da República portuguesa analisa a situação criada

no velho continente com a instalação dos euromísseis

Alice Nicolau

“Hoje a guerra já não é a continuação da política, mas provavelmente o fim de todas as políticas” — lê-se no texto que os “generais pela paz” enviaram à Assembléia-Geral da ONU, tornando-se assim porta-vozes do amplo movimento mundial de repúdio contra a loucura armamentista. Um dos subscritores desse documento foi o marechal Costa Gomes, que entrevistamos para cadernos do terceiro mundo. “General pela paz”, como já dissemos, Costa Gomes é vice-presidente do Conselho Mundial para a Paz e Cooperação, e, se mais razões não houvesse para que a sua personalidade garantisse o “encontro com a história”, bastaria o simples fato de este “homem da guerra”, convertido em “militante da paz”, ter sido presidente da República do Portugal de Abril. Como

Costa Gomes, militante da paz

Rui Pacheco

Numa reunião internacional do Conselho Mundial da Paz, Costa Gomes (ao centro) ao lado de Romesh Chandra

chefe do Estado português, subscreveu a Ata Final de Helsínque em 1975, e, como presidente de Abril, pronunciou na ONU um discurso que permanece na memória dos portugueses e de todos os povos amantes da paz e da cooperação.

Como se sabe, o começo de instalação dos mísseis norte-americanos na Europa marcou uma ruptura, no final do ano passado. A URSS rompeu, como sempre havia advertido, com as negociações de desarmamento com os EUA, alegando que toda a situação estratégica da Europa se alterava com a introdução dessas novas armas. Os mísseis "Pershing-2" têm sido considerados o maior fator de risco na situação criada. São realmente perigosos os "Pershing-2"?

— Esses mísseis representam realmente um perigo, porque vieram tornar o ataque à Europa como primeira prioridade. Na Europa já havia armas suficientes para conferirem um poder de retaliação, capaz de evitar uma guerra nuclear. Estas armas não vêm, pois, aumentar o poder defensivo da Europa, mas intensificar a ameaça sobre o continente. Isso está absolutamente de acordo com as novas estratégias nucleares do Pentágono e da administração Reagan — guerra nuclear limitada, primeiro golpe nuclear, guerra nuclear prolongada. As consequências imediatas dos Pershing-2 são as de aumentar as possibilidades de desencadear uma guerra nuclear e o perigo consequente de eclosão de uma guerra nuclear generalizada. Isso porque como esses mísseis levam apenas seis minutos para atingir um alvo situado em território soviético, a sua instalação obriga a URSS a preparar-se para um ataque desses, graças a um sistema automatizado.

E quanto aos mísseis de cruzeiro?

— Os mísseis de cruzeiro, embora sejam muito precisos, são lentos, e é possível que haja nesta altura já meios de os detetar e destruir. Essas armas, de velocidade subsônica, para atingirem determi-

nados objetivos na União Soviética demoram entre duas horas e meia a três horas. Nesse lapso de tempo, já a URSS terá meios para evitar o ataque. Esta é a minha conclusão, a partir não só das informações de que disponho como da minha própria dedução. A União Soviética tem um sistema de detecção aérea muito aperfeiçoado. É possível que possa detetar os mísseis de cruzeiro. Estes voam muito baixo, e embora não sendo detetáveis pelos radares convencionais, decerto o serão por outros sistemas que a URSS muito provavelmente possui. Esta convicção pessoal não se baseia em dados concretos. Mas eu posso deduzir isso pelo fato de a União Soviética sempre ter apontado como grande perigo os Pershing-2, devido ao seu *timing*.

Cada míssil tem os seus objetivos específicos. Os Pershing-2 são sobretudo dirigidos para as bases de mísseis soviéticos que possam atingir os Estados Unidos.

Devo dizer que pessoalmente estou convencido de que os EUA não pretendem desencadear uma guerra nuclear, porque eles sabem que essa guerra poderá ser a última do planeta. Todo o mundo sabe disso. Todo o mundo sabe igualmente que a guerra nuclear é um crime lesa-humanidade porque representa de fato um genocídio em escala incensurável. É evidente, porém, que aquela potência que se mostrar disposta a disparar o primeiro tiro nuclear, o faz na convicção de que ganha uma guerra nuclear.

Se não forem implantadas as medidas de confiança que estão previstas na Ata Final de Helsínque não é possível termos uma situação onde possamos viver sem a ameaça de guerra nuclear. A ansiedade, o pavor nuclear sob o qual hoje vivemos, está causando grandes malefícios, sobretudo entre a juventude europeia, que já manifesta uma descrença na vida.

Qualquer coisa de parecido com o nihilismo dos anos 30?

— Com uma diferença de vulto: nos anos 30 não

havia o perigo do aniquilamento da espécie humana. Agora há.

Uma vitória e um alívio

O sr. esperou alguma vez que a decisão da Otan de 1979 viesse a ser executada, realmente?

— Nunca pensei que essa decisão fosse impossível de se concretizar. Os aliados europeus da Otan estão muito subordinados às decisões da administração dos EUA. E enquanto a implantação dos mísseis representa um aumento da ameaça para a Europa, constitui um alívio para os Estados Unidos.

Com a implantação dos mísseis cria-se uma situação de dependência dos Estados europeus — cujo território abrigará os novos mísseis — em relação a Washington que, em última análise, poderá decidir disparar o “tiro nuclear” sem mesmo necessitar de consulta prévia aos governos dos países em questão...

— A presença de tropas estrangeiras num país diminui imediatamente a soberania desse país. Nesses casos, o problema é muito grave, porque esses países ficam à mercê da decisão dos EUA sem qualquer compensação para essa situação. Há uma abdicação da soberania dos europeus, neste caso, com a agravante de essa abdicação não estar apoiada na vontade majoritária das populações. Em Portugal, 85% dos pesquisados foram contra o trânsito e implantação das armas nucleares. Os governos não podem ignorar essas manifestações das opiniões públicas.

Eu estou convencido de que ainda há muita ignorância nesse assunto. Há um jornalista dos EUA, que escreveu um livro muito bom sobre as consequências da guerra nuclear *The Fate of Earth* (“O destino da Terra”), Jonathan Shell. Segundo diz esse jornalista, realmente há muitos responsáveis governamentais que não têm consciência dos perigos que uma guerra nuclear representa.

E o que o senhor pensa da interrupção das negociações de Genebra (sobre armas nucleares de alcance médio e sobre armas nucleares estratégicas)?

— Foi o acontecimento que maior apreensão causou em todo o mundo e muito especialmente nos europeus.

“Ninguém quer a guerra”

O sr. acredita que os mísseis soviéticos em submarinos serão uma ameaça para os Estados Unidos tão plausível quanto a dos mísseis estacionados em terra pelos EUA contra a URSS?

— Os mísseis em submarinos são uma ameaça real. Mas não constituem uma nova ameaça porque ela já existia. Já havia mísseis baseados em submarinos em condições de poder atingir os Esta-

dos Unidos (e também existem, como é óbvio, do lado norte-americano contra a URSS). Os soviéticos, ao indicarem esta contramedida, fazem-no com certeza porque vão intensificar a construção de submarinos nucleares.

Mas será que a União Soviética pode atingir os EUA com a facilidade com que estes podem atingir a URSS depois de instalados os novos mísseis na Europa?

— É evidente que a União Soviética dispõe de meios para atingir o território dos EUA. Os SS-20 não têm alcance para tanto, mas bastará acrescentar-lhes mais um estágio para que, mesmo com os SS-20, o território norte-americano seja atingido. No caso de uma guerra nuclear, os Estados Unidos também ficarão arrasados. Basta destruir dez ou doze cidades dos EUA para se considerar que o país entre em caos. Na primeira troca de tiros nucleares morrerão, no mínimo, 100 milhões de pessoas em cada um dos países.

Como assegurar uma paz duradoura?

— Na época em que nos encontramos, e, embora o perigo da corrida armamentista seja representado pelas armas de destruição maciça e particularmente pelas atômicas, é claro que se quisermos uma paz durável também temos de reduzir os armamentos convencionais e acabar com eles. É de salientar que, ainda que os países possam comprometer-se por um tratado a não serem os primeiros a empregar a arma nuclear, acabariam por empregá-la sempre no caso de entenderem esse uso necessário para impedir uma derrota. Há uma correlação entre armamentos convencionais e atômicos. Não se pode dizer: “acabem-se as armas atômicas e deixem-se as convencionais”. Estas armas são muito diferentes do que eram na 2ª guerra mundial, porque, aplicadas de determinada maneira, têm efeitos semelhantes aos das armas atômicas.

E a famigerada “guerra do espaço” anunciada por Reagan? Que novos perigos podem daí decorrer?

— Se essa guerra chegar a se concretizar, e se os EUA ou a URSS conseguirem arranjar uma arma capaz de neutralizar os mísseis que sejam dirigidos contra o seu território, isso dará uma vantagem tal ao país possuidor que ele se torna capaz de destruir o inimigo. No que eu não acredito é que os norte-americanos sejam capazes de fazer “uma guerra das estrelas” sem que a URSS também consiga. De resto, há um tratado sobre a não utilização do Cosmos para a implantação de armas de qualquer tipo. Para mim, isso representa a ruptura técnico-científica. O país que conseguir dotar-se de armas no Cosmos para destruir os mísseis inimigos cria condições tais que se sentirá tentado a desen-

cadear uma guerra para destruir o potencial do adversário. Já houve grandes rupturas na técnica (que se registraram sempre do lado norte-americano), e que acabam por ser seguidas pelos soviéticos.

No Ocidente fala-se a toda hora na "ameaça soviética". Será essa "ameaça" tão autêntica que possa justificar tal aventureirismo belicista?

— Não acredito na ameaça soviética. Não há nada que me leve a concluir que a URSS esteja empenhada em desencadear uma guerra. Neste momento eles têm mais com que se preocupar do que com uma guerra, guerra essa que mesmo admitindo a hipótese de ser ganha, causaria tais destruições no próprio território soviético que iria perturbar todos os avanços técnico-econômicos desse país. A "ameaça soviética" é um mito propositadamente criado para manter e continuar a corrida armamentista e o esforço de produção de armamentos que se faz nos países ocidentais.

Como explica o fato dos países europeus aceitarem a idéia da guerra e se exporem a riscos de destruição total?

— Ninguém quer a guerra, é evidente. Nenhum dos dirigentes europeus quer a guerra. Do que eles têm medo é de não estarem em condições de se salvar, caso uma guerra se desencadeie. Daí quererem estar sob o guarda-chuva da América. No começo da década de 70, os Estados Unidos e a URSS reconheceram que o seu potencial estratégico era mais ou menos igual, e por isso parece-me pessoalmente que nessa altura estavam criadas as condições necessárias para se iniciar o desarmamento. Havendo segurança para ambos os lados, não havia perigo de baixar os níveis desta paridade. Ora, o que se passou foi exatamente o contrário. A corrida armamentista, que nunca se deteve, conheceu, a partir de 1977, uma aceleração extraordinária.

E para os países do Terceiro Mundo, quais os efeitos dessa corrida?

— A corrida armamentista tem repercussões terríveis sobre o Terceiro Mundo, porque impede os países com recursos de auxiliarem como deviam os países em desenvolvimento. Indiretamente são todos atingidos, tanto os que estão perto como os que estão longe da Europa. No caso de haver uma guerra nuclear, ela se espalhará por áreas nunca antes imaginadas. É claro que todo o auxílio técnico-científico que (embora em pequena escala) os países desenvolvidos dão ao Terceiro Mundo, se houver guerra, se perde por completo. Uma guerra seria o atraso irremediável no desenvolvimento. Outro aspecto é o das despesas militares que esses países fazem e que implicam um desvio de verbas de que tão urgentemente carecem para a solução dos seus problemas de base. ●

A paranóia nuclear

A três minutos do Apocalipse

O poder de destruição da Humanidade não pode estar entregue a pequenas elites, verdadeiras "donas do mundo"

Manuel B. Pereira

A recente suspensão das Conversações de Genebra — entre EUA e URSS — sobre a redução dos mísseis nucleares de alcance intermédio na Europa (INF), das armas nucleares estratégicas (Start) e das forças convencionais (MBFR), veio fixar o "Relógio do Apocalipse" a três minutos apenas de um eventual conflito nuclear.

Concebido em 1947 pelo *Bulletin of Atomic Scientists*, o macabro relógio agora adiantado mais um minuto, ilustra o desespero e o grito de alerta dos 47 físicos nucleares e demais cientistas que o controlam. Entre eles, figuram 17 prêmios Nobel e alguns dos "aprendizes de feiticeiro" que ajudaram a desencadear as forças que não conseguem agora controlar...

A lógica da guerra

As potências militares, como é evidente, não podem desconhecer as capacidades das armas que possuem. Jogo sério e caro como é a guerra, os arsenais são cientificamente planejados em função da "ameaça" (ver Dicionário). Esta, tanto traduz o risco e a dimensão de um eventual ataque do inimigo provável, como a resistência ou a retaliação desse "inimigo" a ataques "amigos". É tudo o que possa pôr em risco as chamadas forças amigas, se-

Pequeno "dicionário"

Síntese acessível de alguns termos e conceitos militares, por ordem de inserção no texto.

Guerra — De Clausewitz: "Continuação da política por meios violentos". Universal: "É todo conjunto de ações de coação coordenadas, legítimas ou ilegítimas, desencadeadas contra o inimigo, com a única finalidade de conduzi-lo ao estado psicológico de aceitar a capitulação e a imposição das condições políticas desejadas. Essas ações podem ser: políticas, econômicas, diplomáticas, internas, psicológicas e, só em último caso, militares".

Inimigo (IN) — Ameaça concretizada numa nação ou grupo de nações em função da sua capacidade militar e não das suas intenções.

Forças amigas — As nossas forças ou dos nossos aliados integradas num mesmo comando: *combinado*, se de várias nações, *conjunto*, se dos diferentes ramos das forças armadas.

Ataque preventivo — De surpresa, destinado a destruir o potencial ofensivo do IN e "prevenir" um eventual ataque.

Predição dos danos desejados — Cálculo prévio do grau de destruição que se pretende provocar em cada um dos objetivos (alvos) a atacar.

Sistema de armas — Conjunto de equipamentos interdependentes que conferem eficácia às armas modernas que perderam a autonomia tradicional (ex.: avião, piloto, míssil, radar, comunicações, carga explosiva).

Condições reais — Guerras regionais, espontâneas ou provocadas, para testes de armamentos.

Reconhecimento — Operações para obtenção de informações sobre o IN: aviões espíões, satélites, vetores não tripulados, interceptação de comunicações, espionagem etc.

Sistemas de lançamento — Submarino, avião

jam quais forem as circunstâncias. Mesmo em caso de ataque unilateral, designado de "preventivo". É o conceito militar do termo!

O planejamento operacional exige, assim, uma eficiente "predição dos danos desejados". Embora as tropas inimigas sejam para destruir, há instalações e equipamentos que podem ser neutralizados com estragos mínimos, para ulterior utilização. É o caso das pistas de aviação, complexos logísticos, blindados etc. Daí que a escolha das armas ou "sistemas de armas" a empregar, não possam dispensar

bombardeiro, silos baseados em terra ou em navios, artilharia etc.

Sistemas de direcionamento — Processo de guiar o míssil ao alvo após o lançamento: infra-vermelhos (calor do próprio alvo); radar (de terra, do míssil, do lançador, ou do próprio alvo); por comparação, "visível" por computador do trajeto para o alvo.

Arma estratégica — Que produz efeitos fora de um teatro de operações. Que afeta a guerra e não se restringe à batalha, por oposição à arma tática.

Teatro de operações — Área limitada e específica onde se materializa o confronto. O campo de batalha.

Guerra eletrônica — As ações militares eletromagnéticas para determinar, explorar, reduzir ou impedir a utilização pelo IN do espectro eletromagnético (radares, comunicações; direcionamentos, interceptões), que compreende: Medidas (EMS), contra-medidas (CME) e contra-contra-medidas (CCME).

Dissuasão — A exibição de poder militar para desencorajar ataques do IN.

Primeiro ataque (First Strike) — Moderno conceito estratégico norte-americano. Com armas nucleares, de surpresa, capazes de destruir os centros vitais e poder ofensivo do IN a fim de reduzir a retaliação a níveis que não impeçam o prosseguimento de uma guerra vitoriosa.

Fascínio do alvo — Obsessão do piloto pelo objetivo, que chega a levá-lo a não se recuperar da "picada" e esmagar-se no solo com o avião.

Jogos de guerra — Treino rotineiro dos oficiais e países da Otan com vistas à determinação, em condições simuladas apoiadas por computador, da probabilidade de vitória num confronto cujos parâmetros reais, completos e atualizados, estão memorizados.

NBQ — Guerra nuclear, bacteriológica e química.
Segurança nacional — Conceito universal: proteção efetiva da soberania, território e população.

Conceito norte-americano: o mesmo, mais a proteção dos interesses vitais dos EUA em

o conhecimento exato do seu poder de destruição; dos cenários em que podem atuar; da sua capacidade de resposta quando acionadas. São estes dados, laboriosamente coligidos em testes sucessivos, se possível em "condições reais" de ameaça controlável, que permitem selecionar os objetivos e dimensionar os arsenais. Sempre em sintonia com as informações sobre o "inimigo" obtidas em todos os tipos de "reconhecimento". As armas não são separáveis da guerra. E esta só conhece uma lógica. A lógica da vitória!

qualquer parte do mundo.

Exploração do sucesso — Operações militares subsequentes a um ataque, com vistas a consolidar os seus efeitos e ocupar o terreno conquistado.

Raio de danos — Círculo centrado na projeção — no solo — do ponto de uma explosão nuclear ("Ponto Zero" — *Ground Zero* — GZ).

Resposta automática — Procedimento automático de lançamento de mísseis de intecepção ou retaliação, quando os radares indicam mísseis atacantes a curta distância.

Desclassificação — Revogação da classificação de segurança (segredo, muito segredo etc.) atribuída a documentação, pessoal, instalações etc.

Salt (Strategic Armament Limitation Talks) — Conversações para a limitação de armamento estratégico.

Opção Zero — Conceito soviético: desmantelamento de todos os mísseis nucleares da Otan e do Pacto de Varsóvia (PV) estacionados na Europa.

Conceito norte-americano: desmantelamento de 480 mísseis do PV contra a não-instalação de euromísseis pelos EUA/ficando: Otan — 980 e PV — 480 mísseis.

Missil de cruzeiro (Cruise) — Alcance 2.500km, voa a baixa altitude contornando os acidentes do terreno.

Pershing 2 — Missil com alcance 1.600/2.500km, ogivas de 20kt com grande poder perfurante. Difíceis de deslocar e fáceis de localizar. Impróprios para retaliação mas adequados a ataques de surpresa.

SS-20 — Missil equipado com três ogivas de pequena potência mas melhor precisão; tem substituído os SS-4 e SS-5, de grande potência e fraca precisão, na proporção de um SS-20 para três. Produzido a partir de 1971.

Bomba de nêutrons — Bomba "limpa" desenvolvida pelos EUA, concebida para reduzir os efeitos térmicos e de sopro e aumentar a radioatividade. Liquida os seres vivos mas poupa as instalações e material.

Bombardeiro B-1: um avião estratégico nos "jogos de guerra"

As armas nucleares

As armas nucleares não constituem exceção. Apesar do seu incomensurável poder de destruição, a sua seleção obedece, basicamente, aos mesmos requisitos das armas convencionais. A sua potência, precisão e os sistemas de lançamento e direcionamento, continuam condicionados às características conhecidas dos alvos e à dimensão dos danos desejados. Só que o progresso tecnológico dotou-as de um poder de destruição, um tal raio de ação e uma rapidez e probabilidade de atingir o objetivo que já não permitem decisões de última hora, pelos "danos inaceitáveis" que são capazes de provocar. É esta aquisição "estratégica" das armas que sempre haviam sido de emprego tático, que obrigou à pré-seleção dos alvos e ao aperfeiçoamento de sistemas de "resposta automática" acionados por computadores infalíveis.

A capacidade autônoma de alguns sistemas de armas anularem a sua própria detecção — milagres da "guerra eletrônica" e da sofisticação dos sistemas de direcionamento — veio, porém, aumentar a insegurança e agravar, portanto, a ameaça. Teve-se, pois, que garantir, em caso de ataque inimigo, a sobrevivência de armas e de forças para retaliação. Teve-se que descreer, secretamente, da dissuasão, uma vez que o conhecimento das vulnerabilidades momentâneas do inimigo passou a ser uma tentação permanente para o "primeiro ataque". Preventivo!

A corrida aos armamentos

A incerteza sobre as próprias vulnerabilidades face às capacidades ofensivas inimigas adia, contudo, este "fascínio do alvo". Aperfeiçoam-se os "jogos de guerra" dos estados-maiores com a integração instantânea das informações sobre o inimigo fornecidas pelos satélites de observação, pelas redes planetárias de rastreio e deteção, pelos aviões de reconhecimento... Na expectativa que o supercom-

putador, analisando um dia a probabilidade de ataque vitorioso, ordene finalmente: AGORA!

Enquanto esse dia não chega, torna-se necessário reforçar os armamentos defensivos. Melhoram-se os sistemas antimísseis; enterram-se profundamente no terreno as células antinucleares dos comandos operacionais estratégicos; desterram-se para longe de alvos potenciais, as forças e armas necessárias à retaliação; aperfeiçoam-se os complexos sistemas de detecção; aumentam-se os equipamentos e instalações de proteção "NBQ"; investe-se na pesquisa de sistemas ainda mais avançados; fabricam-se bombardeiros estratégicos ainda mais rápidos e com maior autonomia de vôo; instalam-se "dissuasores" próximo do território inimigo... Exigências do conceito adotado de "segurança nacional"!

O efeito de sopro

Os ensaios simulados em laboratório, as experiências subterrâneas, submarinas e na atmosfera e as experiências reais em Hiroshima e Nagasaki, forneceram, durante os últimos 40 anos, um conhecimento profundo dos efeitos de uma explosão nuclear. Manuais militares de circulação restrita descrevem os pormenores necessários ao adequado planejamento das operações e à proteção "possível" das tropas necessárias à "exploração do sucesso".

A libertação instantânea de energia produzida pela explosão gera uma grande bola de fogo composta por gases a pressões e temperaturas muito elevadas. Esses gases se irradiam para o exterior e provocam uma poderosa "onda de sopro" no ar ou uma "onda de choque" na água ou no solo.

Essa onda, que é potenciada, por reflexão, dando origem ao "efeito Mack", é o segundo efeito mais importante sob o ponto de vista militar quer como promotor de baixas no pessoal quer como danificador do material. Nos primeiros microssegundos após a explosão, a bola de fogo expande-se velozmente dando origem, na sua superfície, a uma camada de ar altamente comprimido. Quando atinge cerca de metade do seu volume máximo (2/100 do segundo para 20kt de potência), a velocidade de expansão diminui e a onda de sopro separa-se dela movendo-se a altas velocidades em todas as direções. Depois, à medida que perde energia, diminui de velocidade até estabilizar na velocidade do som (340m/s). No chamado "Raio de Danos" (RD) — zona de vários quilômetros quadrados diretamente atingida pela explosão — a destruição pode considerar-se total em vidas, edifícios e equipamentos.

O efeito térmico

Devido às elevadíssimas temperaturas da bola de fogo (várias centenas de milhares de graus), par-

te da energia da explosão liberta-se sob a forma de calor e luz que se propaga em linha reta à velocidade da luz (300.000km/s). O imenso clarão provoca cegueira imediata e a onda de calor incendia e derrete tudo o que encontra nos quilômetros mais próximos.

Este efeito é designado por "radiação térmica" e tem uma energia total calculada em 330 bilhões de calorias ($\pm 400.000\text{kwh}$) para 1kt de potência. Vaporiza cerca de 400 toneladas de terra à superfície, dando origem a enormes crateras no ponto de impacto. Pode, igualmente, ser agravada, por reflexão nas nuvens e acidentes do terreno.

Os materiais da superfície são violentamente aspirados formando uma densa nuvem fortemente radiativa com o clássico pedúnculo em forma de cogumelo. Durante o primeiro minuto após a explosão, a velocidade de ascensão da nuvem é da ordem dos 400km/h. Os produtos da fissão, poeiras e milhões de detritos radiativos, começam então a cair de acordo com o seu peso, alargando substancialmente a área de alta contaminação.

Radiações e precipitação radiativa ("Fall out")

É a conhecida "precipitação radiativa", em que as partículas mais leves (pelo menos 50%) vêm atingir o solo centenas ou milhares de quilômetros mais longe, sob a forma de poeira esbranquiçada neve ou chuva, por ação dos ventos dos dias ou semanas seguintes.

É o efeito mais devastador tanto sob o ponto de vista civil como militar, pelas baixas causadas nas tropas e população assim como por inviabilizar operações táticas de "exploração do sucesso", por contaminar áreas imprevisíveis e incontrolláveis e pela persistência dos seus efeitos.

Finalmente, os efeitos radiativos das explosões nucleares, completam-se com a "radiação nuclear inicial" emitida durante o primeiro minuto após a explosão e a "radiação residual" que continua a ser emitida após aquele período.

Essa radiação residual resulta dos materiais radiativos da arma não cindidos durante a explosão ou dos isótopos criados pela fissão após o primeiro minuto. Incluem a terra, a água e diversos estilhaços radiativos que se dispersam por uma vasta área. A sua grande nocividade deve-se à lenta degenerescência da radiatividade e à irradiação em múltiplas direções devido à dispersão das fontes. É ainda aumentada pela ação anterior da radiação inicial sobre aqueles elementos e que se designa por "radiação induzida" (Niga).

A "radiação nuclear inicial", que compreende partículas "Alfa" e "Beta", radiações "Gama" e nêutrons, é muito penetrante e invisível e propaga-se em linha reta à velocidade da luz. Pela sua rapidez de propagação, não permite qualquer proteção

Manifestação antinuclear em Nova Iorque, expressando o sentimento coletivo que invade as grandes cidades do mundo capitalista: pôr um fim à corrida armamentista para se evitar o holocausto

eficaz. Provoca lesões muito rápidas e graves no sistema nervoso central, com falta de coordenação muscular, dificuldade de respiração e torpor intermitente. A morte sobrevém em poucas horas.

Em zonas mais afastadas, os severos danos no sistema gastro-intestinal provocam náuseas, vômitos, diarreias, falta de apetite, febre, hemorragias internas, inchaço da garganta e perda de cabelo. A morte pode demorar uma ou duas semanas.

O Holocausto

Centenas de milhares de mortos e destruição total num raio de danos de vários quilômetros à volta do “ponto zero” são, como no caso das bombas de fissão de fraca potência lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, os efeitos comprovados de uma única explosão nuclear em meios urbanos. Se a bomba for de fusão — termonuclear — os efeitos são praticamente os mesmos, só que de maior dimensão.

Não foram referidos outros efeitos tais como os danos parciais de grau variável causados nas áreas circundantes; as alterações, transitórias ou irreversíveis, do meio-ambiente específico da região afetada; as afecções biológicas e genéticas operadas nos sobreviventes; os efeitos sísmicos e o impacto geológico; a inutilização de todos os equipamentos eletromagnéticos; a destruição ou contaminação radiativa de reservas vitais armazenadas ou das fábricas que as produzem; a destruição ou contaminação das fontes de alimentação (colheitas, reservas de água, animais etc.) no caso de a explosão ocorrer em meios rurais.

Não foram quantificados os bilhões de dólares dos prejuízos materiais. Não foram sequer estimados, a dor e sofrimento humanos causados, já que

não foi inventada ainda medida padrão para isso.

Os efeitos de várias explosões nucleares, simultâneas ou próximas entre si no tempo e/ou no espaço, são, como se sabe, experimentalmente desconhecidos.

Os estudos seguramente levados a cabo por especialistas tão previdentes e competentes na “matéria”, não foram objeto de divulgação. Não constam dos manuais militares, pelo menos dos que ainda são acessíveis. O que, aliás, se compreende, face à natureza “estratégica” por excelência, de semelhante acontecimento. Seria, com efeito, contrário à lógica que regula essas questões, se um tal conhecimento extravazasse do fechado círculo dos poucos políticos e gerais que dele “necessitam”. Não faz falta para as “operações táticas” onde se esgota a ação da maioria dos militares restantes. Muito menos à população civil que nem sequer em operações táticas participa.

Algumas das conjeturas que competem, por profissão, aos físicos teóricos, são acessíveis, contudo, ao cidadão comum. Basta raciocinar com bom senso e realismo e lembrar alguns rudimentos da física.

“Homo Sapiens” — uma espécie em vias de extinção?

Quais seriam as consequências de vários impactos nucleares próximos? Sabe-se que o Pólo Norte é a trajetória mais curta para atingir grande número de objetivos em caso de eventual conflito entre as superpotências.

Será que as calotas polares resistiriam ao efeito térmico das explosões provocadas pela “intercepção” e/ou das destinadas aos alvos próximos? Qual o efeito da incorporação súbita nos oceanos de tão

grandes massas adicionais de água, transportadas em ondas crescentes a todos os continentes? Quais as proporções das inundações resultantes? Quais os efeitos na vida das populações e nas culturas dos alimentos?

O deslocamento do centro da gravidade da Terra por força da transferência de semelhantes cargas poderá alterar a direção do seu eixo? Quais os efeitos, a nível planetário, no clima e na ecologia? Poderiam surgir glaciares no Equador?

E quais os efeitos previsíveis das radiações somadas, resultantes do emprego maciço daquelas armas? Que zonas do globo, decorridas algumas semanas, estariam isentas de contaminação? Durante quanto tempo seriam eficazes os abrigos atômicos de que dispõem alguns "privilegiados"? Quem sobreviverá na Terra e com que alimentos?

Uma frase atribuída a Mao Zedong (Mao Tsé-

Tung), avança uma resposta que não é fácil contestar: "Se alguém escapar, será chinês com certeza!"

Finalmente, cabe perguntar: quais os efeitos sísmicos e geológicos de diversos impactos localizados? E a ocorrência mais ou menos simultânea de outros grupos de impactos em outros pontos do globo?

Poderão se excluir perturbações graves no movimento de rotação da Terra, quando as potências alcançadas já se medem por megatoneladas? Qual o grau da escala de Richter dos consequentes terremotos? Será exagero recear fraturas subterrâneas de grandes amplitudes? Como estabilizá-las? Poderão evitar-se vulcões gigantescos e muito disseminados? A atmosfera terrestre seria respirável e deixaria penetrar a luz do sol? Seria possível a vida? Quais as consequências do rompimento do delicado equilíbrio de pressões no interior do planeta? E

As bombas "A", "H" e de nêutrons

□ Há dois tipos de bombas nucleares — a "A" e a "H" — e uma variante da "H": a de nêutrons. Todas elas funcionam com base no princípio da explosão convencional — liberação de grande quantidade de calor e forte onda de choque devido à expansão volumétrica da matéria gaseificada —, só que em ordens de grandeza muito superiores e com um efeito correlato letal: a radiatividade, que causa o câncer e a leucemia, entre outros males.

O que distingue as bombas é a natureza da reação provocada no núcleo do átomo do elemento de que é constituída (daí a denominação correta de bombas nucleares). As bombas "A", erroneamente chamadas atômicas, são artefatos de *fissão* dos núcleos de urânio-235 e plutônio-239. A bomba "H" é um explosivo de *fusão* dos núcleos de hidrogênio, hélio e trítio, elementos de núcleos leves (com um próton).

Para se ter idéia do poder de explosão das armas nucleares, basta compará-las ao explosivo convencional TNT (trinitrotolueno). A unidade de medida da liberação de energia *por átomo* em reações físico-químicas é o elétron/volt (ev). Na explosão de uma bomba "A" de urânio, são liberados 200 milhões de ev. Um quilo do material explosivo de uma bomba "A" tem o poder de explosão equivalente a mil toneladas de TNT (um quiloton).

A bomba lançada pelos Estados Unidos em Hiroshima tinha 12,5 quilotons. As modernas bombas "H" têm o seu poder de explosão medido em

megatons (mil quilotons ou 1 milhão de toneladas de TNT).

Fissão e fusão

Nas bombas de fissão, o átomo é arrebatado com a introdução de mais nêutrons no núcleo, alterando seu equilíbrio. Além da energia liberada pela reação, são emitidas partículas radiativas, cuja durabilidade varia de cerca de 75 anos — caso do cobalto-60 — a 360 mil anos, para o plutônio-239.

A fusão nuclear é um processo inverso à fissão. Fundem-se dois núcleos leves formando um mais pesado. Nas bombas de fusão nuclear é liberada mais energia que nas de fissão.

"E há um agravante", observa o professor de Física da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe), Luiz Pinguelli Rosa. Segundo ele, a moderna teoria física do *Big-bang* atribui a formação do Universo a uma explosão decorrente de fusão nuclear, que ainda ocorre no sol e nas estrelas. Com a bomba "H", o homem está trazendo para a Terra um tipo de explosão até agora só verificado a anos-luz do planeta. Que efeitos terá sobre o mundo a explosão de milhares de megatons, já prevista por instituições científicas?

A bomba de nêutrons é mais radiativa que explosiva: a fração de energia liberada na explosão é menor que a de uma arma nuclear convencional, mas a de energia radiativa é muito maior. Uma bomba de nêutrons de um quiloton mataria por radiação numa área de dez quilômetros quadrados. É a chamada "bomba capitalista" ou "arma perfeita": destrói a vida e preserva a propriedade.

no campo magnético terrestre?

Alguém poderá garantir que a Terra resistirá a uma guerra nuclear?

A fraude da guerra limitada

O estudo do cortejo de guerras que a história nos oferece demonstra que o mecanismo do instinto de sobrevivência também se aplica às nações. Não é plausível, com efeito, que uma nação vítima de um ataque nuclear, sempre devastador, se abstenha de responder com os meios ao seu alcance. Se a sua capacidade de dissuasão falhou, só lhe resta a retaliação e a interceptação possível dos vetores que lhe são dirigidos.

Ninguém aceitará ver as suas armas destruídas nos silos ou que o agressor lhe imponha o teatro de operações que mais lhe convém. Ninguém poderá, pois, evitar que a retaliação vise a provocar danos inaceitáveis ao agressor e assuma assim natureza "estratégica". O sistema de "resposta automática" e os lançamentos para objetivos pré-programados serão, assim, imediatamente acionados sucessivamente por ambos os adversários. Se houver tempo, irão até o esgotamento dos paíóis nucleares visto não haver árbitro possível para decretar um empate.

No entanto, políticos e generais, quais jogadores de *poker*, esforçam-se por fazer crer à opinião pública que uma guerra nuclear pode ser "limitada" no espaço, portanto, nas proporções. A grande maioria dos países europeus, principais vítimas das duas guerras mundiais, não têm ilusões, porém, de que os seus territórios são o engodo para tal "limitação". Estão conscientes da "alergia" do seu poderoso aliado, às guerras em território norte-americano. Sabem que o susto de Pearl Harbour foi vacina duradoura.

Por outro lado, a maioria dos europeus compreende a alergia soviética às aventuras bélicas depois de ter sofrido 20 milhões de mortos na última grande guerra (quase 50% do total de vítimas no conflito). Reconhecem, igualmente, ter sido excessiva a sua participação e apoio ao cerco e invasão daquele país, depauperado pela 1ª guerra mundial e abalado por uma revolução destinada a trazer os seus povos da Idade Média ao limiar do século 20. Especialmente quando constataram que as diferenças de regime político não foram obstáculo ao decisivo auxílio que a URSS lhes trouxe para esmagar o nazi-fascismo que os agrediu e ocupou 20 anos depois.

Estratégias do pós-guerra

A subsequente "guerra fria" e a cessão dos territórios europeus para instalação de armas e redes de detecção que vieram repor o cerco à URSS, des-

de o Irã à Noruega, foi um peso na consciência europeia que o chanceler Willy Brandt tentou atenuar com a *Ostpolitik*.

No entanto, a super-secreta estratégia norte-americana de "ataque preventivo" representava um risco de pesadelo para os líderes europeus que tinham dela conhecimento. (Só recentemente esse risco real se tornou público com a "desclassificação", pelo Pentágono, dos documentos da época). Pesadelo que se agravava à medida que a URSS conseguia recuperar-se do seu atraso tecnológico-militar. E como o conceito político-militar da "ameaça" é deduzido das capacidades militares do inimigo e não das suas intenções aleatórias, a possibilidade de sofrer danos "inaceitáveis" pelos EUA, conduziu à mudança da sua estratégia oficial.

Willy Brandt e sua *Ostpolitik*:
criar uma alternativa ao cerco à URSS

As conversações de Genebra

A "humanitária" limitação à Europa de uma eventual guerra nuclear revelou-se inviável. Foi esta evidência, logo reconhecida pelo presidente Nixon e por Henry Kissinger, que permitiu a assinatura dos acordos Salt 1. A sua inovação fundamental foi a consagração por ambas as superpotências da tese de que a medida mais desencorajadora de uma guerra nuclear era, precisamente, uma deficiente defesa contra ela. Daí a proibição do desenvolvimento de sistemas antimíssil.

Na esteira do seu antecessor, ainda foi possível ao presidente Carter subscrever o tratado Salt 2. No entanto, a recusa do Congresso dos EUA em ratificá-lo, refletindo o surgimento na sociedade norte-americana, de obscuras forças neutralizadas durante o período de desanuiamento, veio modificar radicalmente o clima auspicioso em que se tinham iniciado as conversações de Genebra agora interrompidas.

Carter e Brejnev assinam o Acordo Salt 2: um breve parêntese no clima de guerra fria

É esta a situação atual. Permanecem remotas as possibilidades de reatamento de qualquer uma das conversações projetadas, uma vez que a decisão da Otan de instalar na Europa mais de 500 mísseis de cruzeiro *Cruise* e *Pershing 2* tirou-lhes qualquer sentido. A instalação de armas típicas de “primeiro ataque”, capazes de atingir o território soviético em 5 a 10 minutos com precisão de 30 a 50m prossegue. Em resposta, a URSS está instalando os seus SS-20 na RDA e na Checoslováquia.

À margem dessas fracassadas conversações, permanecem os arsenais de dois países da Otan (França e Inglaterra), num total de 263 vetores. Para onde estarão apontados?

O esgotamento da escalada

A 2ª guerra mundial – classificada como a última das guerras mundiais convencionais – terminou com o triste recorde de perto de 50 milhões de mortos, entre militares e civis. Com a experiência de “Álamo Gordo” e o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, os EUA inauguraram, ainda em 1945, a era das guerras nucleares. Foi o início da moderna corrida armamentista, iniciada ainda antes da guerra terminar. A URSS, a Inglaterra, a França, a China, foram sucessivamente ingressando no chamado “Clube Atômico”.

O sucesso do “Projeto Manhattan” que deu aos EUA a bomba termonuclear, foi a segunda grande etapa da escalada que os outros parceiros do clube não tardaram a alcançar. Seguiu-se a criação do “SAC” (Comando estratégico de bombardeiros nucleares), em 1953; dos ICBM (mísseis balísticos intercontinentais) baseados em território dos EUA (1955); a fabricação dos submarinos nucleares nor-

te-americanos (1959); a adaptação de ogivas múltiplas (MIRV) aos ICBM (1964); a fabricação de mísseis de médio alcance embarcados ou aerotransportados (década de 60); a aquisição pelos EUA da “bomba de nêutrons” (1979), até a recente crise dos “euromísseis”.

O anúncio, entretanto, do presidente Reagan, da atualização dos arsenais dos EUA no campo das armas químicas e bacteriológicas de extermínio maciço e a instalação no espaço exterior de sistemas laser de intercepção de mísseis, aponta para um grau na escalada que, dificilmente, terá oportunidade de conhecer novas etapas.

O dilema do cidadão comum

Numa época em que a humanidade atingiu, pela primeira (?) vez, capacidades tecnológicas para a autodestruição, o cidadão comum vive, entre perplexo e estarecido, um agudo dilema. Sabe que os arsenais nucleares existentes são suficientes para liquidar a vida no planeta mais de uma dezena de vezes. Valerá a pena aguardar a primeira, para, então, evitar as restantes?

O pujante movimento pacifista mundial, o movimento dos Generais para a Paz e o Desarmamento, as tomadas de posição públicas de autoridades como Willy Brandt, Robert McNamara e o Partido Trabalhista inglês parecem, apesar da sua inegável importância, não terem força suficiente para deter a ameaçadora corrida armamentista e as suas terríveis consequências.

A Terra é uma pequena nave que nos transporta no espaço, protegida das radiações cósmicas e outros projéteis pela sua atmosfera. Está integrada num reduzido sistema planetário, na periferia de uma galáxia não muito importante entre o conjunto de milhões de galáxias que o universo “visível” nos oferece.

É, porém, a única que temos e não se afigura possível encontrar alternativa para ela, pelo menos em tempo útil. De qualquer modo, não é fácil aceitar, seja qual for a justificativa, que não há alternativa para a sua destruição.

Quando restam três simbólicos minutos para o Apocalipse, custa a crer que o Homem permita a dissipação de incalculáveis recursos, trabalho e inteligência por parte de uma pequena minoria de dirigentes que adiam indefinidamente a felicidade possível de toda a humanidade.

Custa a crer, na realidade, que não possam ser encontrados mecanismos para que não esteja entregue a essas elites desumanizadas – verdadeiros “senhores do mundo” – a gestão de meios de destruição tão poderosos, capazes de comprometer a sobrevivência do próprio planeta. Evitar o holocausto nuclear é uma tarefa de todos nós, para todos os dias.

Do pesadelo nazista ao pesadelo nuclear

1939
10 de setembro – Entrada das tropas nazistas na Polônia. Início do que viria a ser a 2ª guerra mundial.

1941
7 de dezembro – Ataque japonês à base naval norte-americana de Pearl Harbour. Primeiro ataque em território dos EUA.

Churchill (esq.), Roosevelt (centro) e Stalin (dir.) em Yalta

1945
7/12 de fevereiro – Conferência de Yalta (Crímia) entre os líderes das “Três grandes Nações Unidas”: Churchill (Inglaterra), Roosevelt (EUA) e Stalin (URSS). Assumidos compromissos solenes de:

- Atacar a Alemanha até a rendição incondicional.
- Desarmamento total e destruição do seu complexo militar-industrial.
- Erradicação do nazismo e militarismo de todos os setores da vida alemã.
- Julgamento e punição exemplar dos criminosos de guerra nazistas.
- Convocação para San Francisco (Califórnia) das “Nações Unidas” para aprovação da “Carta”.
- Reunificação da Alemanha, após conclusão efetiva das restantes medidas.

7 de maio – Rendição incondicional dos exércitos alemães.

1984 - fevereiro - no. 63

A entrada das tropas soviéticas em Berlim

26 de julho – Detonação da bomba atômica de experiência, em Álamó Gordo no deserto do Texas (EUA).

6 de agosto – Lançamento pelos EUA, da primeira bomba atômica da História. Destruição da cidade japonesa de Hiroshima: 250 mil vítimas, 130 mil mortos (incluindo vítimas de efeitos a longo prazo).

8 de agosto – Invasão pela URSS, da Manchúria ocupada pelo Japão, para abreviar a Guerra do Pacífico. Solicitada ainda pelo presidente Roosevelt.

9 de agosto – Lançamento da segunda bomba atômica, sobre Nagasaki.

2 de setembro – Rendição incondicional do Japão. Fim da 2ª guerra mundial.

1948

6 de julho – Início, em Washington, das conversações sobre a constituição de uma aliança militar do Atlântico Norte: EUA, Canadá, Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda e Inglaterra.

10 de setembro – Reunião da Assembléia Constituinte de um Estado alemão separado na Alemanha Ocidental com autorização das potências ocupantes: EUA, Inglaterra e França.

10 de dezembro – Início, em Washington, das negociações sobre a redação do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

1949

15 de março – Convite das potências negociadoras, para adesão à Otan da Dinamarca, Islândia, Itália, Noruega e Portugal.

31 de março – Memorando do governo da URSS aos doze futuros signatários apelando à não constituição da Otan por ser contrária à Carta das Nações Unidas.

4 de abril – Assinatura, em Washington, do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Doze países, duração indefinida.

22 de setembro – Primeira explosão atômica experimental soviética, anunciada por comunicado anglo-americano-canadense.

Harry Truman

1950

27 de janeiro – Aprovação pelo presidente Truman, do projeto de defesa integrada da região do Atlântico Norte e abertura de um crédito para ajuda militar de 900 milhões de dólares.

19 de dezembro – 6ª Sessão do Conselho da Otan, em Bruxelas. Nomeado comandante supremo da Otan na Europa, o general Dwight D. Eisenhower (EUA). Consentido o rearmamento da República Federal da Alemanha e negociada a eventual contribuição para a defesa da Europa Ocidental (negociações de Petersberg).

1951

2 de abril – Ativado o Comando Supremo Aliado na Europa (ACE) e o Quartel General Supremo (Shape) através da ordem geral nº 1 do gen. Eisenhower.

1º de setembro – Assinatura do “Pacto de Defesa do Pacífico (Anzus) pelos EUA, Austrália e Nova Zelândia.

1952

30 de janeiro – Nomeação do vice-almirante Lynde McCormick (EUA), comandante supremo do Atlântico (Saclant).

18 de fevereiro – Ingresso na Otan da Grécia e Turquia.

21 de fevereiro – Criação do Comando Naval e Aeronaval da Mancha e nomeado comandante-em-chefe, o almirante Sir Arthur John Power.

25 de maio – Explosão pelos EUA da primeira bomba termonuclear, em Eniwetok.
Ensaio da primeira bomba atômica da Grã-Bretanha.

40 - terceiro mundo

1953

28 de maio – Reconhecimento pela URSS, da República Democrática Alemã.

Entram no serviço ativo os primeiros bombardeiros estratégicos B-52 do EUA. O seu número atingiu os 600.

1954

Ensaio da primeira bomba “H” (hidrogênio) da URSS.

7 de maio – Rejeição pelos EUA, França e Inglaterra do pedido soviético de 31 de março, para ingresso da URSS na Otan.

8 de novembro – Assinatura do Seato (*South East Asian Treaty Organization* – Organização do Tratado do Sudeste Asiático), criado, em moldes semelhantes à Otan entre os EUA, Filipinas, Grã-Bretanha, Tailândia, França, Austrália, Paquistão e Nova Zelândia. Em extinção, após a intervenção dos EUA no Vietnã, com a saída de vários países.

1955

26 de janeiro – A URSS põe fim ao estado de guerra com a Alemanha.

24 de fevereiro – Assinatura do *Pacto de Bagdá* (que deu origem à Organização do Tratado Central, Cento): Turquia, Paquistão, Irã, Iraque e Inglaterra. Os Estados Unidos têm estatuto de membro associado. (Irã, Iraque e Paquistão já saíram do Tratado.)

5 de maio – Ingresso oficial na Otan, da República Federal da Alemanha.

14 de maio – Assinatura em Varsóvia, do Pacto com o mesmo nome.

Oito países. Duração: 20 anos, prorrogável por períodos de 10 anos até ser concluído “na Europa, um sistema de segurança coletiva”.

Entram em serviço as primeiras armas nucleares táticas nas forças armadas dos EUA.

1956

O primeiro submarino de propulsão nuclear, o *Nautilus*, é incorporado à marinha dos EUA.

1957

Os EUA tomam a decisão de instalar mísseis equipados com ogivas nucleares na Europa. Plano MC 70.

É lançado ao mar o primeiro submarino lançamísseis *Polaris* da marinha norte-americana.

Os primeiros mísseis SS-4 com alcance de 1.800

km são instalados no território europeu da URSS. Até 1967 foram instalados 500 mísseis SS-4 equipados com ogivas termonucleares de uma megatonelada.

1960

Os EUA instalam 30 mísseis *Jupiter* no norte da Itália, 15 na Turquia, junto à fronteira da URSS, e 60 mísseis *Thor* na Grã-Bretanha. Todos esses mísseis podiam atingir com ogivas nucleares o território da União Soviética.

1961

Os primeiros mísseis SS-5 com alcance de 3.600km começam a ser instalados pela URSS.

A crise dos foguetes, Cuba, 1962

1962

As primeiras armas nucleares táticas começam a equipar as forças terrestres soviéticas.

A URSS inicia a instalação de mísseis SS-4 e SS-5 em Cuba, retirando-os no mesmo ano.

1963

O primeiro submarino nuclear soviético é incorporado à marinha da URSS.

Os EUA retiram os mísseis *Jupiter* e *Thor* da Turquia, Itália e Grã-Bretanha, na sequência de algum acordo secreto firmado com a URSS e em contrapartida à retirada dos mísseis soviéticos de Cuba. Segundo as cartas de garantia presidenciais, o referido acordo só deveria ter previsto a retirada dos *Jupiter* da Turquia.

Os EUA atribuem ao comando da Otan, cinco submarinos lança-mísseis *Polaris* que passaram a operar no norte a partir da base de *Holy Loch* na Escócia e no Mediterrâneo a partir da ilha de La Madalena, junto à Sardenha.

Os EUA instalam na RFA 30 aviões sem piloto *Mace* destinados a veicular bombas nucleares contra o território soviético.

1966

A Grã-Bretanha lança ao mar o seu primeiro submarino nuclear lança-mísseis, o *HMS Resolution*.

Os EUA retiram os 30 *Mace* da Europa por se-

rem considerados incapazes de atingir com êxito os alvos pretendidos.

Um B-53 norte-americano, transportando bombas nucleares, cai na costa espanhola, em Palomas.

A França ensaia as suas duas primeiras bombas atômicas.

1968

Entra em serviço o primeiro submarino lança-mísseis soviético.

1970

Os EUA colocam na Escócia 156 bombardeiros de geometria nuclear e capacidade nuclear, F-111, destinados a bombardear a URSS.

1971

A França incorpora ao serviço ativo o seu primeiro submarino lança-mísseis nucleares, o *Le Redoutable*.

1974

A empresa norte-americana Martin-Marieta recebe a primeira encomenda de novos mísseis *Pershing 2*. Os respectivos estudos tinham sido aprovados um ano antes pelo Congresso dos EUA.

1975

Um satélite norte-americano descobre as primeiras rampas de lançamento dos mísseis de alcance intermédio SS-20 da URSS, localizados em território europeu soviético.

1976

Os satélites dos EUA identificam 18 rampas de SS-20 no Extremo Oriente soviético.

1979

A Otan toma a decisão política de instalar mísseis *Pershing 2* e *Cruise* na Europa Ocidental, se até 1983 a URSS não desmantelar os seus SS-20.

1980

Wadim Sagladin, responsável pela informação no Comitê Central do PCUS, confirma nos microfones da Rádio Luxemburgo, a existência de mísseis SS-20. Trata-se da primeira referência aos mesmos por parte de fonte oficial soviética.

1981

Começam em Genebra as conversações entre a URSS e os EUA para a redução dos armamentos nucleares na Europa.

1983

Os primeiros *Pershing 2* e *Cruise* chegam à Europa e cessam as conversações de Genebra. ●

A lógica das armas nucleares

Um mecanismo de auto-reprodução impulsiona a indústria bélica atômica, sem responder a uma determinada conjuntura político-militar: as armas ficam obsoletas antes mesmo de testadas

Ricardo Arnt*

Há indícios, cada vez maiores, de que as armas nucleares sejam auto-reprodutivas, ou seja, de que o processo de desenvolvimento dos sistemas de armas nucleares obedeça, cada vez mais, às necessidades internas, autônomas, dos complexos industrial-militares que as produzem. Se a hipótese estiver correta, a corrida de armamentos nucleares não é mais uma consequência da guerra fria, e sim uma de suas causas. Nos últimos quarenta anos, os arsenais nucleares vêm crescendo, vorazmente, em quantidade e qualidade.

Famílias inteiras de armas nucleares continuam a ser produzidas em ritmo cada vez mais acelerado, desde minas e granadas táticas a mísseis balísticos intercontinentais, portadores de múltiplas ogivas independentemente manobráveis.

As armas nucleares sempre foram instrumentos diplomáticos de terror. Substituíram a ameaça de exércitos inteiros, balizando e dramatizando as relações de força entre as potências.

* Ricardo Arnt é jornalista, editor internacional e correspondente no Brasil da revista italiana "Dialogo Nord/Sud".

Visto sob o prisma da história, o desenvolvimento das armas nucleares, em suas linhas principais, é até um capítulo fácil de entender. Desde o começo, em 1945, a maior potência capitalista do mundo, os Estados Unidos, têm sido o demiurgo e o motor do processo armamentista. Os norte-americanos foram os primeiros a fabricar a bomba atômica e os únicos a usá-la sobre seres humanos. Foram os primeiros a introduzir a ameaça nuclear na realidade política. Já em 1946, o Comando Aéreo Estratégico Norte-Americano foi criado com o objetivo de realizar ataques nucleares na União Soviética. A URSS não possuía a bomba, só veio a tê-la em 1949. Nos anos 50, quando ainda não existiam mísseis balísticos intercontinentais (os ICBM), capazes de atingir o território soviético a partir do território norte-americano, os Estados Unidos cercaram a União Soviética com bases nucleares no Japão, nas Filipinas, Formosa, Tailândia, Turquia, Grécia, Itália e Alemanha Ocidental (o "cordão sanitário"). Foi nessa época que a Europa recebeu seus primeiros euromísseis, os *Thor* e os *Jupiter*. Tecnicamente incapaz de atingir o território dos Estados Unidos, a resposta soviética foi munir-se de foguetes de médio alcance e tomar a Europa como refém, dissuadindo um ataque norte-americano sob pena de retaliação sobre os aliados europeus.

Rampa de lançamento dos mísseis *Cruise*

Até 1967, os Estados Unidos gozaram do monopólio de ameaçar o território soviético com um ataque nuclear sem terem de se preocupar com a hipótese de um ataque igual contra seu território. Uma supremacia esmagadora, quantitativa ou qualitativa. Em 1961, por exemplo, quando Kennedy autorizou a fabricação de mil novos ICBM (os *Minutemen*), os soviéticos possuíam exatamente quatro desses mísseis. A partir de 1964, entretan-

Comparação Mísseis Nucleares

Mísseis estratégicos de longo alcance	Total	Alcance (em km)
EUA		
Titan 2	52	15.000
Minuteman 2	450	11.300
Minuteman 3	250	13.000
	300	(*)
Poseidon C-3	304	4.500
Trident C-4	216	7.400
URSS		
SS-11 Mod 1	570	10.500
Mod 3	(*)	8.800
SS-13	60	10.000
SS-17	150	10.000
SS-18 Mod. 1		12.000
Mod. 2		11.000
Mod. 3		10.500
Mod. 4	308	9.000
Mod. 5		9.000
SS-19 Mod. 3	310	10.000
SSN-5	57	2.800
SSN-6	400	3.000
SSN-8	292	9.000
SSNX-17	12	3.900
SSN-18	208	8.000
SSNX-20	20	8.300
Mísseis de alcance intermediário		
EUA		
Pershing 2	39	1.500
BGM-109A	(**)	(*)
URSS		
SS-4	275	2.000
SS-5	16	4.000
SS-20	315	5.000
Mísseis de curto alcance (táticos)		
EUA		
Pershing IA	108	160
Lance	36	110
URSS		
SS-1b	450	150
FROG-7	482	70
SS-12	70	500
SS-21	10	120
SS-22	100	1.000
SS-23	10	350
SS-C-1b	100	450

(Fonte: *Military Balance 82/83* - International Institute of Strategic Studies - Londres)

to, com a queda de Khrushchev, a URSS empenhou-se em eliminar sua inferioridade nuclear. Ao contrário de aumentar a segurança do mundo, a paridade nuclear entre soviéticos e norte-americanos institucionalizou a corrida de armas nucleares, fundamentando a concorrência onde antes havia um monopólio.

Um trunfo norte-americano

A manutenção da supremacia nuclear foi, e tem sido, um trunfo fundamental da política norte-americana. Ela está aí para alicerçar uma hegemonia mundial, impedir a mudança social e conter a erosão do seu império, paralisando os inimigos com a ameaça da devastação. De 1945 até hoje, os Estados Unidos deram pelo menos doze ultimatos nucleares aos seus adversários. Para manter essa hegemonia, foi preciso estar na frente da corrida de armamentos e ser o primeiro a introduzir novos sistemas de armas. Assim, depois da bomba atômica, os norte-americanos foram os primeiros a fabricar a bomba de hidrogênio em 1954, os ICBM em 1958, os ICBM de submarino (SLBM) em 1960, as ogivas múltiplas de alvos independentes em 1970, os mísseis de cruzeiro em 1979, a bomba de nêutrons em 1980 etc. As novas fronteiras do militarismo são, agora, o espaço exterior e o fundo do mar.

Algumas das maiores empresas norte-americanas participam da produção de armas nucleares, como a *General Dynamics*, a *McDonnell Douglas*, a *United Technologies*, a *General Electric*, a *Boeing*, a *Lockheed* etc. No total, vinte mil empresas mais cem mil subassociadas. As cem maiores controlam 70% das encomendas. Essas companhias são "soberanas", no sentido de que elas próprias são responsáveis pela sua viabilidade financeira e pela obtenção de contratos de produção, e "dependentes" no sentido de que a maior parte das encomendas é feita pelo Estado (pelo Departamento de Defesa). A competição para a obtenção de contratos é intensa, uma competição mais em termos de tecnolo-

Submarino nuclear lança-mísseis (esq.), armado com *Trident 1* (direita)

gia do que em redução de custo, uma vez que, sendo o Estado o único cliente realmente importante, uma redução no preço dos equipamentos reduziria o total dos orçamentos que formam o mercado inteiro.

A capacidade de inovação tecnológica é, portanto, crucial. Nesse pólo de capital intensivo e setor de emprego de quadros altamente especializados, a manutenção de equipes de pesquisa, da rede de laboratórios e do parque industrial tornam imperativo o fluxo contínuo de encomendas e contratos. A partir do momento em que uma empresa desenvolve quadros, instalações e equipamentos para processar programas de bilhões de dólares, a ociosidade e o subemprego significam grandes e imediatos prejuízos. Essencialmente, essa demanda permanente faz com que tão logo um sistema de armas seja concluído e vendido, o trabalho num outro seja imediatamente necessário. Assim, a *Boeing* produziu o bombardeiro B-47, seguido pelo B-52, seguido pelos mísseis *Minutemen*, seguido, agora, pelo míssil MX. A *Lockheed*, por sua vez, desenhou e desenvolveu os mísseis de submarino *Polaris*, *Poseidon* e *Trident*. A *Electric Boat*, hoje incorporada pela *General Dynamics*, constrói novos submarinos desde 1890. A *Newport News* lança um porta-aviões atrás do outro. O aperfeiçoamento dos sistemas também ocupa um papel fundamental. Mais velocidade, mais proteção, maior precisão, substituição de partes, acarretam maiores investimentos em tecnologia e pesquisa, complexidade crescente e, não raro, poucas mudanças substanciais na *performance* das armas. Trata-se de um "arsenal barroco".

44 - terceiro mundo

Um mecanismo de auto-reprodução

O armamentismo, portanto, tem raízes também fora das linhas de conflito global. Encarrega-se ele próprio da sua reprodução. Já não depende do uso das armas e das guerras, mas do desenvolvimento contínuo de novos sistemas de armas. Na prática, produz-se a guerra nos tempos de paz, com as tecnologias, as teorias bélicas que a pressupõem e as ideologias que a subentendem. Como a vida útil de uma arma nuclear corresponde ao seu tempo de manufatura, do ponto de vista das empresas torna-se necessário que as necessidades militares se adaptem aos cronogramas de pesquisa e produção, e não vice-versa. O dinamismo da indústria não pode esperar pela lentidão das decisões políticas da burocracia militar (o que implicaria prazos de cinco a dez anos de planificação).

Sob a proteção dos segredos da Segurança Nacional, as indústrias bélicas e o Estado desenvolvem uma proximidade peculiar. Para assegurar a estabilidade dos fluxos de contratos, a indústria estabelece equipes de planejadores com a função de prever o que cada setor particular das forças armadas pode vir a requerer quando um sistema em uso tiver de ser substituído. Esses funcionários mantêm contato constante com os oficiais e as autoridades responsáveis pela elaboração dos planos de reequipamento. Trata-se de um relacionamento privilegiado, não raro entre velhos companheiros de farda ou "profissionais" portadores de visões comuns do mundo e da política. Estudando dez programas de armamentos, J. R. Fox descobriu que os planejadores da indústria privada não raro

no. 63 - fevereiro - 1984

A corrida armamentista fez com que os movimentos pacifistas se expandissem e consolidassem em todo o mundo: até os soldados da Otan estão contra a instalação dos *Pershing 2* (direita)

participavam, na qualidade de assessores, da redação dos próprios planos de modernização das forças armadas. Planos que depois seriam repassados em contratos. As empresas privadas também investigam constantemente as áreas onde seus produtos possam ser bem recebidos, identificando as autoridades mais propensas às suas idéias. Vigiam atentamente a flutuação dos planos de investimento e dos orçamentos de defesa. Através dos seus *lobbies* parlamentares influem na aprovação das estratégias de defesa e na votação de recursos pelo Congresso. E, naturalmente, combatem as forças políticas que se opõem aos seus desígnios. Essa dinâmica específica permite explicar porque, apesar de eventuais períodos de *détente*, a expansão dos arsenais, simplesmente, não pára.

A estratégia da URSS

Em contraste com as empresas bélicas dos Estados Unidos, as organizações de pesquisa e produção de armamentos na União Soviética são dependentes do Estado. A continuidade das instituições científicas e industriais na URSS está garantida pelo sistema de planejamento central. Os orçamentos para a pesquisa tecnológica são muito mais estáveis do que no Ocidente.

Institutos de pesquisa, desenho industrial, planejamento e fábricas são organizados como entidades separadas, subordinadas a ministérios centrais. A característica fundamental do setor é a produção centralizada de armamentos de relativa simplicidade tecnológica e ampla durabilidade, em grandes quantidades. Mudanças de modelo e complexidade técnica são encaradas com resistência pelos parques industriais na medida em que tumultuam a produção e as metas quantitativas dos planos cen-

trais que se devem alcançar. Preços mais baixos encorajam a produção a longo prazo das mesmas séries de armas. Para garantir a estabilidade da produção, cada ministério procura ter sob seu controle o processo integral de manufatura das armas. Assim, a maioria possui suas próprias indústrias metalúrgicas, fábricas de ferramentas, materiais e componentes. Uma rede desse porte assegura uma continuidade ininterrupta e desestimula inovações na medida em que implicariam recurso a fornecedores industriais fora do domínio de cada ministério. Ao contrário do arsenal barroco norte-americano, a tecnologia militar soviética é conservadora, evolutiva, utilitária e resistente à mudança tecnológica.

As hierarquias verticais predominam no sistema, ao contrário do relacionamento horizontal entre a indústria e o Estado nos Estados Unidos. Os estabelecimentos de pesquisa são planejados e dirigidos pelos ministérios e coordenados por comissões militares industriais. Tecnocracia e burocracia militar trabalham juntas, dirigidas pelo Estado Maior. As decisões finais são tomadas pelo Conselho de Defesa, subordinado ao Presidium do Soviete Supremo (*Politburo*).

A URSS não revela o total dos seus gastos com defesa, mas, dada a escalada do seu poder militar, a maioria dos analistas considera que esses investimentos sejam da mesma ordem dos investimentos norte-americanos.

O aparelho militar soviético não tem a autonomia do complexo industrial-militar dos Estados Unidos mas não há dúvidas de que o que ele considera "necessidades de defesa" são prioridades que se impõem às decisões das lideranças políticas.

A bomba de nêutrons, uma arma "limpa"

O inventor da bomba de nêutrons, Samuel T. Cohen, deu uma entrevista à revista alemã *Der Spiegel*, em 1981. Reproduzimos aqui alguns trechos das suas declarações, que falam por si mesmas e dispensam maiores comentários.

Quando foi que o senhor inventou a bomba?

— No verão de 1958. Uma comissão da Secretaria da Defesa havia me pedido para investigar as possibilidades de construir armas atômicas para utilizá-las no campo de batalha. Então viajei para um dos laboratórios e ali fiz certa descoberta, da qual surgiu a bomba de nêutrons.

Que descoberta foi essa?

— Baseia-se naquilo que podemos chamar de fusão nuclear, a qual se origina em forma de energia, de uma fonte aproximadamente igual à do sol, ali em cima. E se trata do que nós chamamos de uma arma atômica "limpa". Quer dizer, tem pouca radiatividade, que é considerada daninha. Trata-se também, na realidade, de um gigantesco aparelho de raios-X. Tenho aqui a representação gráfica do perfil de uma cidade. E acima, no ar, a uns 600 a 900 metros, sobre a cidade, faço explodir minha bomba de nêutrons.

Agrada-lhe desenvolver armas?

— Na verdade, sim. É um desafio. Uma ocupação fascinante.

De que é que mais gosta no mundo?

— Do ser que espero venha logo me saudar: meu cachorro. Mas que minha mulher e meus filhos não saibam disso...

O que é que a sua esposa pensa da bomba?

— Ela não dá a menor atenção à bomba; joga tênis, se ocupa com a casa, e estas coisas horríveis não lhe interessam nem um pouco.

A bomba foi pensada para respeitar a propriedade privada?

— A de nêutrons é descrita como uma bomba

que mata as pessoas, mas respeita a propriedade. Quando me perguntam se não é imoral matar pessoas mas respeitar a propriedade, eu sempre respondo: essas pessoas são os soldados inimigos, e é muito justo respeitar a propriedade civil.

O que acontece com os soldados sobre quem explode a bomba?

— Ficam gravemente feridos devido à intensa radiação dos nêutrons. A maioria dos combatentes que estão dentro da área de radiação ficarão fora de combate e paralisados em questão de dois minutos. A radiação ataca o sistema nervoso central. Já não podem lutar.

Não se trata, por acaso, de uma morte espantosa?

— A morte sempre é espantosa, quando chega o momento. Se comparamos os resultados fisiológicos da bomba de nêutrons com os de armas convencionais, então, possivelmente, chegemos à convicção de que, se alguém tivesse que escolher entre ambas, optaria pela bomba de nêutrons.

Seu filho está na marinha. O que pensaria se ele caísse vítima de sua bomba?

— Oh, não, não, não! A bomba será utilizada em terra. Se ele, em algum momento, se vir envolvido em uma zona de guerra, não será a bomba de nêutrons um dos perigos que o ameaçarão. Serão os torpedos e os foguetes teleguiados.

Preferiria que ele fosse ameaçado por um torpedo do que por uma bomba de nêutrons?

— Preferiria que fosse um torpedo. Acabei de dizer como atua a bomba de nêutrons. Os torpedos operam de outra forma, destróem o material, não a vida. Um torpedo afunda o barco. Então, meu filho pode se salvar em uma balsa ou em um bote salva-vida e continuar vivo. Por conseguinte, eu preferiria que seu barco fosse atacado por torpedos.

Alguma vez pensou, nos últimos 20 anos: "Oh, meu Deus! O que fui inventar?"

— Não, nunca. Trata-se, quando muito, da arma seletiva mais precisa jamais criada. Isso pode parecer presunçoso. Mas acontece que é certo. Nunca houve algo parecido.

Como alguém pode ser criativo trabalhando com coisas destrutivas?

— Perdoe-me, cavalheiro! A bomba de nêutrons não é uma arma destrutiva...

Mas mata pessoas...

— Sim, militares inimigos. Lamentavelmente, isso faz parte da guerra. Sempre foi assim.

O "dia seguinte" do desarmamento

Se os norte-americanos reduzissem pela metade as suas despesas bélicas, os países subdesenvolvidos teriam recursos para pagar tudo o que devem

Asoma das dívidas externas de todos os países do Terceiro Mundo junto aos bancos e governos de nações industrializadas alcança hoje um total avaliado em 700 bilhões de dólares. Este é mais ou menos o mesmo montante gasto anualmente pelos países ricos na construção e aperfeiçoamento de novas armas, ou na manutenção de gigantescos arsenais nucleares e convencionais. A semelhança das duas cifras não chega a estabelecer uma relação direta, mas revela uma complexa ligação entre a pobreza de uns e o militarismo de outros.

Cada habitante do Terceiro Mundo deve hoje a norte-americanos e europeus o equivalente a 311 dólares, ou seja, mais do que 1.170 milhões de seres humanos ganham num ano, nos 30 países mais pobres do mundo. Os débitos acumulados ao longo dos últimos 15 anos, permitiram aos credores desenvolver um poder destrutivo que foi fixado em 15 toneladas de explosivos por cada ser humano, segundo cálculos do Instituto Internacional de Estocolmo para Pesquisas da Paz (Sipri).

O mecanismo através do qual a miséria de uns financia o armamentismo de outros envolve hoje um complexo sistema de interligação financeira entre devedores e credores. Quase nenhuma divulgação tem sido dada à relação entre a dívida do Terceiro Mundo e a corrida armamentista deflagrada desde a década de 50 pela Casa Branca, e acelera-

da a um ritmo quase alucinante desde 1979, pela administração Ronald Reagan.

Os números reais dessa interligação constituem na sua maior parte um bem guardado segredo. Também é quase impossível traçar o sinuoso roteiro através do qual os suados dólares dos países devedores do Terceiro Mundo vão parar nas mãos de fabricantes de armas como as transnacionais norte-americanas *Bendix*, *Du Pont Nemours*, *General Electric*, *Monsanto Research*, *Rockwell International*, *Union Carbide*, *General Dynamics*, *Boeing* ou *McDonnell Douglas*, entre outras.

A engrenagem da dívida

Mas o funcionamento da engrenagem da dependência econômica do Terceiro Mundo em relação aos Estados Unidos, por exemplo, pode lançar um pouco de luz neste obscuro terreno. Para financiar o seu trilionário programa de construção de novas armas, o governo Reagan partiu deliberadamente para uma política de tolerar crescentes déficits no orçamento público dos Estados Unidos. Noutras palavras, isso significa que a Casa Branca decidiu gastar mais do que arrecada com o objetivo de reafirmar a hegemonia sobre o mundo capitalista, procurando atemorizar as nações do bloco socialista. E, ao mesmo tempo, tentar impedir no Terceiro Mun-

A produção dos Pershing 2 nos EUA: o militarismo gera pobreza

do, o aumento do número de países que escaparam da dependência em relação a Washington.

Mas para manter um orçamento deficitário, o governo Reagan necessitou aumentar a entrada de dólares no sistema financeiro norte-americano, de maneira que os bancos e as empresas do complexo industrial-militar não ficassem também endividadas. O recurso foi elevar as taxas de juros pagos pelos bancos norte-americanos provocando um fenômeno especulativo de escala mundial. Os investidores de todo o mundo passaram a aplicar seus recursos nos Estados Unidos onde o dinheiro recebe a mais alta remuneração entre todos os países industrializados. Isso deu solidez temporária a um sistema que na sua origem é instável, porque se baseia na premissa de que os gastos são maiores do que as rendas. Nenhum outro país, notadamente os do Terceiro Mundo, receberia aprovação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para uma política como esta.

Para pagar juros altos aos fornecedores de dinheiro, os bancos norte-americanos têm que tirar recursos de alguma parte. As vítimas acabaram sendo os devedores do Terceiro Mundo, que pagam com juros os empréstimos contraídos em Wall Street, para financiar os desequilíbrios gerados pela queda dos preços dos produtos primários exportados e a disparada ascendente dos produtos manufaturados adquiridos no exterior. Os juros da dívida externa flutuam ao sabor das conveniências dos banqueiros norte-americanos ou da City londrina. E os juros dos empréstimos contraídos pelo Terceiro Mundo subiram tanto que eles hoje chegam a formar em mais de um caso, mais de 20% do débito total.

A existência de um pesado endividamento pelos países pobres passou a ser assim uma condição essencial para a sobrevivência do esquema financeiro posto em prática por Ronald Reagan. Tão essencial que o economista John Kenneth Galbraith teve a

Comparação de Gastos Militares
(dados de 1981)

	US\$ milhões	US\$ per cápita	% dos gastos do governo	% do PNB
Pacto de Varsóvia				
Bulgária	1.346	150	6,0	4,2
Checoslováquia	3.796	246	8,2	(*)
Alemanha Oriental	6.953	415	8,6	7,7
Hungria	1.237	115	3,9	3,0
Polônia	5.408	151	5,1	4,3
Romênia	1.351	60	4,0	2,0
URSS	124.000**	490**	(*)	8,4%-15%
(*) - não-disponível				
(**) - dados de 1975				
OTAN				
Bélgica	3.342	337	9,2	3,3
Inglaterra	24.223	433	12,1	5,4
Canadá	4.914	203	8,3	1,7
Dinamarca	1.434	280	7,3	2,5
França	23.545	437	20,7	4,1
Alemanha Ocidental	29.047	471	28,2	4,3
Grécia	2.273	237	20,3	5,7
Itália	8.769	153	5,6	2,5
Luxemburgo	46	128	3,5	1,2
Holanda	4.717	333	9,7	3,4
Noruega	1.646	401	9,0	3,3
Portugal	840	88	10,2	3,8
Espanha	3.655	96	11,7	1,9
Turquia	2.632	56	20,7	4,5
Estados Unidos	176.100	782	25,3	6,1

(Fonte: *Military Balance - 1982/83 - International Institute of Strategic Studies*)

Uma cena do filme "O dia seguinte": uma leve amostra do que ocorreria na realidade. Enquanto isso, não há verbas para educação e saúde

Orçamentos Militares dos Estados Unidos

1981/82 - 226 bilhões de dólares
1982/83 - 255 bilhões de dólares
1983/84 - 299 bilhões de dólares
1984/85 - 342 bilhões de dólares
1985/86 - 378 bilhões de dólares

Total - um trilhão 500 bilhões de dólares

Fonte: Centro de Informação do Conselho Mundial da Paz - Helsínque - Finlândia)

ousadia de afirmar que se todos os devedores pagassem todas as suas dívidas, o programa econômico norte-americano entraria em colapso. Apesar desta dependência, o *establishment* financeiro não cansa de bater na tecla das obrigações morais do devedores, procurando insinuar que os adeptos da moratória não passam de "caloteiros".

A entrada de dólares acumulados por investidores europeus, a sangria dos recursos dos países do Terceiro Mundo, aliados ao programa de controle inflacionário e ao corte das despesas assistenciais dentro dos Estados Unidos, permitem ao governo Reagan as condições necessárias para continuar pagando às empresas transnacionais contratos milionários para a fabricação de armas, muitas das quais ficam obsoletas antes de serem concluídas. A indústria militar não se orienta pela rentabilidade, e sim pela eficiência dos artefatos que produz. Não importa quanto eles custaram, e sim o tipo de ameaça que possam causar. Portanto, os limites de gastos estão ligados diretamente à capacidade de transferir os custos para os outros.

Os especialistas no estudo do armamentismo sa-

lientam que a questão dos custos é, nas condições atuais, uma das mais controvertidas dentro da indústria bélica moderna. Um estudo elaborado pelas Nações Unidas em 1978 mostrou que os orçamentos militares das grandes potências são largamente superados durante a execução dos projetos específicos. Uma vez posta em marcha a complexa maquinaria para a execução de um bombardeiro nuclear, de um foguete, ou ainda de um artefato explosivo, surgem centenas de problemas que exigem novas pesquisas e aperfeiçoamentos, que obviamente aumentam o custo. Embora não existam estimativas precisas, o estudo da ONU mostrou que os orçamentos aprovados para a fabricação de armas são em geral 20% maiores, quando o projeto chega ao fim. (Ver matéria "A lógica das armas nucleares".)

Segundo as Nações Unidas, os gastos mundiais com educação e saúde não chegam a totalizar 60% das despesas militares das grandes potências e hoje existem, em todo o planeta, mais soldados do que professores. A comparação dos números da corrida armamentista com as exigências sociais e econômicas dos diversos países revela ainda paradoxos mais impressionantes. Na Conferência Mundial de Alimentação promovida pela FAO em 1974, se calculou que para aumentar a assistência às nações mais pobres seria necessária uma soma de cinco a seis bilhões de dólares por ano, durante 10 anos. Em 1980, só metade dessa quantia havia sido fornecida, e o que faltava equivalia a 1% dos orçamentos militares dos países industrializados do Ocidente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por seu lado, gastou 83 milhões de dólares durante 10 anos para eliminar a varíola do mundo. Em apenas

duas horas, os grandes consumidores de armas gastam mais do que isto. O paludismo, que mata um milhão de crianças por ano em todo o mundo, poderia ser erradicado com meio bilhão de dólares, ou seja, menos do que a quantia gasta para comprar um super-bombardeiro nuclear norte-americano, ou um-terço do preço de um submarino atômico *Trident*.

No campo da pesquisa científica e tecnológica sabe-se que cerca de 25% dos cientistas de todo o mundo se dedicam a atividades relacionadas com a indústria militar. Segundo as Nações Unidas, no relatório "Consequências Econômicas e Sociais da Corrida Armamentista", desde a 2ª guerra mundial, da soma acumulada do dinheiro aplicado em pesquisa e desenvolvimento, cerca de 40% foram aplicados em armas e munições. Apenas seis países, que são os principais animadores da corrida armamentista, concentram 96% do orçamento para pesquisa militar em todo o mundo. Em outras palavras, a quantia gasta em pesquisa militar nos países ricos é dez vezes maior do que toda a pesquisa tecnológica e científica do conjunto de países do Terceiro Mundo.

A crescente sofisticação dos armamentos nucleares teve consequências diretas sobre a utilização da mão-de-obra. Nos Estados Unidos, para cada três militares da ativa, existem quatro civis trabalhando em projetos militares. Em todo o mundo existem, segundo a ONU, cerca de 60 milhões de pessoas empregadas em instalações militares ou centros ligados a atividades bélicas. Isso equivale a toda a mão-de-obra do setor manufatureiro da Europa Ocidental em 1974, ou 70% de todos os empregos existentes nos Estados Unidos na mesma época. Os investigadores das consequências sociais e econômicas do armamentismo observam que na realidade essas cifras podem ser muito maiores, porque os cálculos são apenas estimativos.

O armamentismo induzido

A indústria bélica consome também uma porcentagem muito importante dos recursos minerais não-renováveis da terra. Nos Estados Unidos, se acredita que 11 a 14% de todo o consumo de alumínio, cobre, chumbo e zinco se destinam a indústrias militares. No caso do titânio, a porcentagem sobe para 40%. Os especialistas da ONU calcularam com base em dados dos EUA, que as grandes potências nucleares gastam por ano para fins militares cerca de 750 milhões de barris de petróleo, mais ou menos o dobro do consumo de toda a África ou 3,5% do consumo mundial durante um ano.

Se por acaso houvesse um congelamento da corrida nuclear, cerca de 20 mil técnicos e cientistas de todo o mundo poderiam ser deslocados para atividades civis. E mais de quatro mil toneladas de

minerais radiativos como o urânio poderiam ser usados em usinas atômicas para a produção de energia elétrica.

Outra consequência, em geral pouco explorada, da corrida armamentista entre as superpotências é a sua expansão para países do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos adotam a política de manter o controle de áreas estratégicas da América Latina, África e Ásia. Com isso, determinados países aceitam ficar sob o guarda-chuva nuclear norte-americano, o que imediatamente provoca conflitos com nações vizinhas que procuram uma posição independente. O caso mais claro desse tipo de situação está na África Austral, onde o regime racista sul-africano é um aliado incondicional de Washington.

Com isso, nações vizinhas tiveram também que se armar para enfrentar ameaças e agressões externas de vizinhos mais fortes. Esse fenômeno passou a se repetir em diversas partes do mundo, como no Oriente Médio, América Central e Ásia. No oceano Índico, a decisão norte-americana de estabelecer bases estratégicas na ilha de Diego García provocou a militarização de toda a região. Essa expansão — em geral induzida — da corrida armamentista fez com que as despesas militares do Terceiro Mundo quintuplicassem no final da década de 70. Esses dados, no entanto, não podem ser tomados de forma geral. Segundo o Sipri, a maior parte dos gastos militares em países pobres se concentra em quatro ou cinco regiões consideradas "pontos quentes". Nas regiões mais pobres da Ásia e da África, as despesas bélicas per cápita ainda se situam no nível de quatro a cinco dólares per cápita, ou seja, apenas 1% do gasto per cápita dos países industrializados. Para se ter uma idéia mais real da proporção de despesas bélicas, basta mencionar que em todas as regiões do Terceiro Mundo (incluindo as de intensa militarização como o Oriente Médio, onde vive mais da metade da população mundial), a militarização absorve apenas 12% do total dos gastos militares mundiais.

A inflação bélica

Com relação à crise econômica surgida depois de 1973, os especialistas da ONU afirmam que os gastos militares das grandes potências não foram drasticamente afetados pela recessão no bloco capitalista. Em contraste com a redução geral das atividades econômicas no setor civil, os investimentos continuaram altos no setor militar. O fenômeno foi particularmente claro nos Estados Unidos, depois da ascensão de Ronald Reagan ao poder. Segundo cálculos recentes, a indústria bélica norte-americana cresceu a um ritmo 12 vezes mais rápido do que o conjunto da economia do país, nos últimos quatro anos.

O livro "Consequências Econômicas e Sociais

da Corrida Armamentista” afirma textualmente: “Os gastos militares são intrinsecamente inflacionários, porque com eles se cria um poder aquisitivo e uma demanda efetiva, sem que haja um aumento compensador da produção consumível a curto prazo ou da capacidade produtiva para necessidades futuras. Evidentemente, o excesso de demanda cria uma pressão para aumentar os preços em todos os setores da economia. (...) Quando os gastos militares contribuem para a criação de dinheiro para financiar os déficits dos governos centrais, surgem pressões inflacionárias como resultado do aumento do meio circulante (dinheiro)”.

No meio da crise generalizada das economias capitalistas ocidentais, o peso específico da indústria bélica adquire uma importância muito grande. Hoje, acredita-se que as despesas militares contribuem com 30% da soma total aplicada pelos países ricos na formação de capital fixo, ou seja, bens, equipamentos, obras civis etc. E se por acaso houver uma paralisação da corrida armamentista, as taxas de crescimento econômico no mundo inteiro poderiam ter um aumento adicional da ordem de 1 a 2%, ou seja, mais de um-terço da taxa de crescimento registrada no início da década de 70, quando a recessão mundial ainda não começara. As Nações Unidas calcularam que se na década de 70, metade dos recursos destinados à indústria bélica tivessem sido aplicados no setor civil, a produção mundial teria sido 200 bilhões de dólares mais alta. Esse acréscimo equivale ao PNB conjunto de toda a Ásia Meridional e de 2/3 dos países mais pobres da África.

Por estes números, pode-se verificar que essa redução pela metade dos gastos militares mundiais equivaleria a um aumento de 100% no PNB das duas regiões mencionadas. Isso seria mais do que a ONU estabeleceu como o montante necessário para reduzir pela metade as disparidades entre os países ricos e pobres.

Se formos avaliar as consequências do desarmamento ao nível de emprego em escala mundial, as conclusões não são menos impressionantes. Segundo cálculos do governo norte-americano, para cada bilhão de dólares gastos na construção de armas, são criados 76 mil empregos. Se essa mesma quantidade fosse usada no setor civil, seriam criados 112 mil novos empregos. Em outras palavras, uma redução de 10% no orçamento militar norte-americano e uma redução tributária do mesmo nível poderiam dar ocupação a 300 mil pessoas, só nos Estados Unidos. Este número poderia ser multiplicado por até cinco, e teríamos o número de pessoas que no Terceiro Mundo passariam a ter trabalho, uma vez que o Fundo Monetário Internacional acredita que para cada novo emprego criado nos Estados Unidos podem surgir cinco novos empregos no Terceiro Mundo. (Carlos Castilho) ●

A paranóia nuclear

Tratados que proíbem o uso das armas nucleares

Entre os acordos internacionais que dispõem a não existência de armas nucleares em certas regiões, estão os seguintes: o Tratado Antártico, o Tratado sobre a exploração e utilização do espaço ultra-terrestre, da Lua e dos outros corpos celestes; o Tratado que proíbe a colocação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa nas profundezas marinhas e oceânicas e no subsolo; e o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco).

Tratado Antártico

Foi o precursor dos tratados de desnuclearização da década de 1960. Ele desmilitarizou essa vasta região e assegurou sua utilização para a pesquisa científica internacional com fins pacíficos. O Tratado, que foi celebrado entre os representantes de 12 Estados (a União Soviética, França, Reino Unido, Estados Unidos, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Japão, Nova Zelândia, Noruega e África do Sul) não pretende resolver o problema das diversas reivindicações territoriais, e sim melhor assegurar o acesso a todas as regiões da Antártida para fins de pesquisa científica.

No artigo 5º, proíbe-se concretamente toda exploração nuclear na Antártica e o uso dessa região como depósito de resíduos radiativos. Não se exclui indefinidamente a possibilidade de realizar explorações nucleares com fins pacíficos, mas elas fi-

cam submetidas a futuros acordos internacionais sobre a questão.

Tratado sobre o espaço ultra-terrestre

Muito antes dos êxitos espaciais da União Soviética e dos Estados Unidos, os especialistas já estudavam teorias jurídicas para a administração do espaço ultra-terrestre.

A Assembléia-Geral começou a examinar o problema em 1958 e decidiu criar uma comissão permanente para examinar essa questão.

Em 1960, os cinco membros ocidentais de uma comissão de desarmamento de dez nações (Canadá, França, Itália, Reino Unido e os Estados Unidos) propuseram um plano para proscrever as armas de destruição em massa no espaço ultra-terrestre. O Canadá, com o apoio da Itália e do México, instou em 1962 para que as medidas necessárias se aplicassem independentemente do desarmamento geral.

O México apresentou à Assembléia-Geral, em seu período de sessões de 1963, um projeto de resolução conjunto em nome dos 17 países membros participantes do Comitê de Desarmamento de 18 Nações. A Assembléia aprovou por aclamação a resolução a 17 de outubro de 1963 e a maioria dos seus princípios e disposições foram incorporados a um tratado firmado pela União Soviética e Estados Unidos em 1966. Conhecido oficialmente como "Tratado sobre os princípios que devem reger as atividades dos Estados na exploração e utilização do espaço ultra-terrestre, inclusive a Lua e outros corpos celestes", ficou pronto para ser firmado a 27 de janeiro de 1967 e entrou em vigor a 10 de outubro de 1967. A 30 de junho de 1977 um total de 75 Estados haviam passado a integrar o Tratado.

Tratado sobre proibição de instalar armas nucleares nas profundezas marinhas e oceânicas

Na década de 1960, diante dos notáveis progressos da ciência da oceanografia e o crescente interesse de todas as nações nas possíveis riquezas do mar, a Assembléia-Geral se preocupou cada vez mais com a necessidade de um regulamento internacional para reger a utilização das profundezas marinhas e oceânicas fora dos limites da jurisdição nacional.

Em um memorando apresentado ao Comitê de Desarmamento de 18 Nações em julho de 1968, a União Soviética propôs que se elaborasse um acordo internacional sobre a limitação da utilização do fundo do mar e dos oceanos com fins militares, em particular uma limitação que proibisse o estabelecimento de instalações militares fixas. Propôs ainda que o Comitê de Desarmamento de 18 Nações começasse as negociações sobre a ques-

tão. A 7 de outubro de 1969, os Estados Unidos e a União Soviética apresentaram ao Comitê de Desarmamento das 18 Nações um projeto de tratado conjunto, em virtude do qual se proibiam as armas nucleares e outras armas de destruição em massa, inclusive as instalações para o lançamento, armazenamento ou teste dessas armas nas profundezas marítimas além de uma zona costeira de 12 milhas de largura.

O Tratado entrou em vigor a 18 de maio de 1972. Uma conferência para examinar a aplicação do Tratado foi realizada em Genebra em junho de 1977.

Tlatelolco, o tratado pioneiro

O Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe proíbe o teste, uso, manufatura, aquisição, instalação, armazenamento e quaisquer formas de posse de armas nucleares nos territórios dos países signatários, embora ressalve o direito ao aproveitamento pacífico da energia nuclear. A efetivação do Tratado de Tlatelolco, no entanto, ainda depende da solução de questões diplomáticas.

A origem do tratado pode ser identificada na crise dos mísseis em outubro de 1962, em Cuba. Menos de um ano depois, um grupo de países — entre os quais Brasil, México e Colômbia — apresentou à ONU moção sugerindo a criação de uma área desnuclearizada. Em fevereiro de 1967, em Tlatelolco, na Cidade do México, foi aberto a assinaturas o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe, projetado pelo diplomata mexicano Alfonso García Robles. O acordo estabeleceu uma agência para a supervisão de suas obrigações, a Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (Opanal), e é endossado hoje por 25 países.

Dos países do continente, apenas Cuba e Guiana não assinaram o tratado. É improvável que Havana o faça enquanto persistirem as difíceis relações com os Estados Unidos; e Georgetown ainda não assinou por causa da disputa da região de Essequibo, com a Venezuela. O maior obstáculo à efetivação do tratado, contudo, é a posição do Brasil e da Argentina, os países com o maior desenvolvimento nuclear no continente e os únicos capazes de produzir armas nucleares. A Argentina assinou o acordo mas não o ratificou e o Brasil assinou e ratificou mas não o coloca em vigor (como o Chile).

O presidente argentino Raúl Alfonsín declarou recentemente que examinava a possibilidade de o país ratificar o tratado. Já a posição do Itamarati mantém-se inflexível na ambiguidade: se, de um lado, o Brasil desfruta do prestígio moral de ter assinado e ratificado o acordo, de outro, o ignora na

prática ao exigir, para sua efetivação, o pleno cumprimento dos Protocolos Adicionais 1º e 2º e a adesão de todos os países latino-americanos.

O Protocolo 1º determina que os países que têm possessões na região — Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e França — comprometam seus territórios com as cláusulas do acordo (apenas a França, que controla a Martinica e Guadalupe, se recusa a assinar). O Protocolo 2º estabelece que as potências nucleares não ameacem os países signatários com armas desse tipo (todas, Estados Unidos, URSS, China, França e Inglaterra, já assinaram).

O presidente Raúl Alfonsín prometeu estudar a possível ratificação do Tratado de Tlatelolco

Graças a uma cláusula incluída pelos mexicanos, qualquer país está livre para decretar a vigência do tratado em seu território tão logo ele tenha sido ratificado. Já decretaram unilateralmente o tratado em vigor: Baamas, Barbados, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Os defensores do Tratado de Tlatelolco no Brasil propõem que os partidos políticos e as organizações sociais do país pressionem para que o governo brasileiro adira ostensiva e militantemente à promoção do acordo. Argumentam que a adesão do Brasil pressionaria a Argentina a ratificar o tratado e o Chile a efetivá-lo. O apoio brasileiro e argentino ao acordo, acrescentam os defensores, criará nova conjuntura para a adesão de Cuba e Guiana. Eles defendem ainda que se obtenha a adesão da França socialista ao protocolo de desnuclearização

de suas possessões no continente.

Apesar das questões diplomáticas que impedem sua efetivação, o Tratado de Tlatelolco tem grande importância. Os movimentos pacifistas internacionais, as agências da ONU e os especialistas em desarmamento citam constantemente o acordo como um exemplo. Sua importância pioneira foi destacada pela concessão do prêmio Nobel da Paz de 1982 — ano das maiores mobilizações civis pelo desarmamento e pela paz — para a pacifista sueca Alva Myrdal e para o mexicano Alfonso García, autor do projeto do acordo.

O embaixador mexicano García Robles: uma vida dedicada ao desarmamento e coroada com o Nobel da Paz

AS OUTRAS REGIÕES

Durante duas décadas foram debatidas na Assembléia-Geral, e fora dela, fórmulas para a criação de zonas livres de armas nucleares em outras regiões do mundo.

A desnuclearização da África

Em 1960, ano em que a França realizou suas primeiras tentativas nucleares no Saara, alguns países africanos começaram a desenvolver esforços para converter o continente em uma zona livre de armas nucleares. No ano seguinte, a Assembléia-Geral, em virtude de uma proposta formulada por 14 Estados africanos, pediu aos Estados membros que se abstivessem de efetuar na África ensaios nucleares de qualquer tipo e de usar a África para armazenar ou transportar armas nucleares e que respei-

terceiro mundo - 53

tassem o continente como uma zona livre de tais armas.

Em uma Conferência na reunião de cúpula realizada em 1964, os chefes de Estado e de governo da Organização da Unidade Africana (OUA) aprovaram a "Declaração sobre a Desnuclearização da África", na qual declaravam estarem dispostos a comprometer-se, mediante um acordo internacional que deveria firmar-se sob os auspícios das Nações Unidas, a não fabricar armas nucleares nem adquirir o controle sobre elas.

Em 1976, a Assembléia reiterou sua exortação a todos os Estados para que respeitassem a Declaração sobre a Desnuclearização da África e que não entregassem à África do Sul nem pusessem à sua disposição nenhum equipamento, material fissível ou tecnologia que desse ao regime racista da África do Sul a possibilidade de obter armamento nuclear.

A proposta sobre o Oriente Médio

Em 1974, o Irã solicitou formalmente à Assembléia-Geral que considerasse a questão da criação de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio. Posteriormente, o Egito também endossou a petição.

A proposta do Irã e do Egito de estabelecer essa zona foi apoiada pela maioria dos Estados da região e aprovada pela Assembléia-Geral a 9 de dezembro de 1974. Os cinco Estados que possuem armas nucleares votaram a favor da proposta, embora alguns deles como a China, a França, a URSS e os EUA expressassem reservas em relação a alguns parágrafos. Israel se absteve.

O secretário-geral propôs aos Estados possuidores de armas nucleares que se abstivessem de qualquer medida contrária à criação de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio.

Em 1976, a Assembléia pediu que se adotassem novas medidas para se continuar até a consecução do objetivo de criar uma zona livre de armas nucleares na região e instou as partes interessadas diretamente a aderirem ao Tratado como meio de promover este objetivo. Pediu também a essas partes que concordassem em submeter todas as suas atividades nucleares às salvaguardas da Organização Internacional de Energia Atômica (OIEA).

O caso da Ásia meridional

Em 1974, a Assembléia examinou a questão de uma zona desnuclearizada na Ásia meridional, a pedido do Paquistão. O Paquistão manifestou que a existência de "alianças" ou "tratados de amizade" não havia impedido o estabelecimento ou o estudo de zonas livres de armas nucleares em outras regiões do mundo. Quanto à proximidade de potên-

cias nucleares, este fator era uma razão a mais para a criação de tais zonas.

A Índia expressou seu apoio sempre que se dessem as condições apropriadas em uma região determinada e os países da região tivessem tomado a iniciativa de propor o estabelecimento da zona e concordado com isso. Esse tipo de acordos regionais não podia ser imposto a partir do exterior; só podia ser elaborado dentro da região interessada. Além do mais, a Índia opinava que a Ásia meridional não podia ser tratada de forma isolada. Era só uma sub-região e uma parte integrante da região da Ásia e do Pacífico.

A 9 de dezembro de 1974, a Assembléia-Geral aprovou as resoluções separadas apresentadas pela Índia e pelo Paquistão, que refletiam detalhadamente suas respectivas posições.

Plano polonês para a Europa central

A 2 de outubro de 1957, a Polônia declarou na Assembléia-Geral que, depois de fazer consultas a outros membros do Pacto de Varsóvia, estava disposta a aceitar a proibição de fabricar e armazenar armas nucleares e termonucleares, se a República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã manifestassem estar dispostas a pôr em vigor uma proibição análoga em seus territórios. Em seguida, a Checoslováquia anunciou que também aceitaria esta proibição. Uma vez que a República Democrática Alemã expressou seu apoio, elaborou-se o plano que se tornou público a 14 de fevereiro de 1958. O plano previa o estabelecimento de uma zona que abrangia os dois Estados alemães, a Polónia e a Checoslováquia. De acordo com suas disposições, os Estados situados na zona se comprometeriam a não fabricar, manter nem possuir armas nucleares, nem permitir a instalação dessas armas nem de equipamento complementar das mesmas. A União Soviética, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, em virtude do plano, se absteriam de: a) dotar de armas nucleares suas forças armadas estacionadas no território dos Estados da área e de manter ou estabelecer nesses territórios instalações complementares das armas nucleares; b) ceder essas armas ou equipamento aos Estados da área; c) utilizar armas nucleares contra o território da área.

Em 1962, foi apresentada uma nova versão ao CDDN, que incluía uma disposição pela qual a zona proposta estaria aberta a todos os Estados europeus que desejassem aderir ao acordo. Em 1964, o CDDN examinou outra versão do plano da Polónia que não procurava obter a redução das armas nucleares que já se achavam na zona. Posteriormente, a Polónia reafirmou a validade de suas propostas de 1957, com as modificações introduzidas nos anos seguintes.

A crise do poder

Os militares voltam ao poder em meio à deterioração da estrutura política deixada pelo colonialismo

Carlos Castilho

Para a maioria da opinião pública ocidental, o golpe do dia 31 de dezembro na Nigéria foi uma surpresa. Mas, dentro do país, as condições para uma nova ruptura da ordem institucional (a terceira nos 24 anos de independência do país) eram conhecidas de todos. O governo do deposto presidente Shehu Shagari ganhou as eleições de agosto de 83 de forma escandalosamente fraudulenta. A corrupção dentro do funcionalismo público havia alcançado limites inimagináveis, as camadas médias da oficialidade estavam descontentes desde 82 com o sistema de promoções e com o envolvimento da alta cúpula do exército em vários escândalos, o partido vencedor das últimas eleições iniciou uma caça às bruxas logo depois de assumir o poder em 12 dos 19 estados nigerianos e o presidente reeleito foi submetido ao vexame de ver sua lista de 35 novos ministros ser parcialmente vetada pelo Congresso com base em acusações de atos ilícitos. Os trabalhadores nigerianos, por sua vez, já tinham programado para o início de 84 uma série de greves de protesto contra a alta do

Shehu Shagari: vitória fraudulenta

custo de vida, desvalorização dos salários e contra o programa de austeridade anunciado por Shagari logo após o início de seu segundo mandato. Com esse programa, o novo governo pretendia obrigar os assalariados a suportar a maior quota de sacrifício para permitir que o país superasse a difícil crise econômica surgida em 1982.

Todos esses fatores negativos foram minimizados pela eficiente propaganda montada pelo Partido Nacional da Nigéria (NPN)

nos principais veículos de informação sobre a África, editados na Europa. A maior parte dessas revistas e *newsletters* recebiam consideráveis verbas publicitárias do governo de Shagari, que centralizou toda a sua propaganda em torno de uma falsa idéia da consolidação da democracia no país. Até na política externa, um setor onde o governo Shagari mostrou sempre uma face progressista na luta contra o *apartheid*, surgiu uma violenta polêmica, quando na última conferência de países da Comunidade Britânica, o agora deposto presidente nigeriano sugeriu a formação de uma força multinacional para substituir os cubanos em Angola. A proposta foi rejeitada depois que ficou evidente que ela era prejudicial ao governo angolano e benéfica para a África do Sul.

Shehu Shagari, um ex-professor, fazendeiro e ex-representante de firmas transnacionais na Nigéria, estava isolado e desmoralizado menos de quatro meses depois de ter obtido 47% dos votos nas eleições presidenciais de agosto. A sua derrubada ocorreu quase pacificamente, à exceção da morte de um general que tentou se opor aos golpistas na madrugada do último dia de 1983. O NPN não teve autoridade moral para defender a ordem constitucional. Os partidos de oposição não tinham motivos para apoiar o regime civil depois de

terceiro mundo - 55

terem sido esmagados pela corrupção e prepotência, e os trabalhadores assistiram a mais um golpe militar sem muitas esperanças de que tanto os velhos como os novos governantes resolvessem os problemas básicos do desemprego, fome e miséria.

A crise da oligarquia

O novo golpe militar na Nigéria acentua o desgaste do sistema de poder vigente no país desde a independência em 1960. A ex-colônia britânica passou a ser autônoma graças a um acordo patrocinado pelo colonialismo, no qual três grupos étnicos foram artificialmente reunidos numa só entidade nacional.

Os *haússa* (islâmicos) do norte, os *yoruba* (animistas) na parte ocidental, e os *ibo* (cristianizados) do lado oriental, têm identidade própria e bases econômicas muito diferentes. Os *haússa* sempre foram o grupo mais organizado politicamente, têm sua base na agricultura e na pecuária e desde o começo deste século passaram a exercer uma hegemonia parcial sobre os demais grupos étnicos. Foram eles os que estabeleceram melhores laços com o colonialismo. Os *yoruba*, numericamente inferiores aos *haússa*, ganharam força com o tráfico escravo no século 17 e 19, passando depois a ser os principais comerciantes da Nigéria. Os *ibo* sofreram muita influência ocidental graças aos missionários que atuavam no seu meio. Depois da descoberta do petróleo, em meados deste século, ganharam uma grande importância interna.

O acordo que criou a federação da Nigéria teve o apoio das oligarquias de cada um desses três grupos étnicos. Elas pretendiam dividir entre si as vantagens do poder, após a independência. Apesar das divergências tradicionais, as três oligarquias aceitaram o *modus vivendi* proposto pela coroa britânica, como uma for-

ma de assegurar a manutenção de privilégios. Em sua maior parte, as oligarquias dos *haússa*, *yoruba* e *ibo*, se apresentavam e ainda se apresentam como herdeiras das chefias tribais existentes antes da chegada dos colonizadores europeus. Só que a dominação estrangeira corrompeu a maior parte das lideranças tradicionais e a estrutura anterior ao colonialismo passou a funcionar de forma subserviente na maioria dos casos. Hoje, passados mais de 20 anos da independência, as bases dos três grupos étnicos começam a tomar consciência da mudança ocorrida nas lideranças que elas se acostumaram através de gerações a obedecer fielmente. As velhas chefias estão hoje com mais de 70 anos, enquanto as gerações intermediárias, como a de Shagari, aderiram à tecnoburocracia surgida junto com o colonialismo, mas ainda não encontraram formas políticas autônomas e bases eleitorais sólidas.

O resultado desse processo é que os cinco grandes partidos de expressão nacional e os quase 20 de expressão regional, funcionam na sua direção dentro dos moldes neocoloniais, mas na hora de buscar votos adotam a postura paternalista tradicional. São partidos que em sua maioria se aglutinam mais em torno de nomes ou grupos étnicos, e menos em função dos interesses sócio-econômicos de suas bases.

A fragilidade do acordo federal fez com que as oligarquias dos três grupos étnicos se unissem para defender a integridade do país desde a independência, mas se mostrem profundamente divididas na hora de usufruir as vantagens do poder. O primeiro governo civil da independência durou seis anos e foi derrubado por um golpe militar. Entre 1966 e 1979, a Nigéria assistiu a mais três golpes e a um processo de lenta deterioração do poder militar. Depois de assumirem o governo a pretexto de eliminar a corrupção e a prepotência, os

General Mohammed Buhari

generais acabaram contagiados pelos mesmos erros que eles pretendiam combater. Em 1979, o general Olusengu Obasanjo devolveu o poder a um civil, Shehu Shagari, para tentar salvar o que ainda restava do prestígio militar. O novo presidente assumiu o poder em meio a esperanças generalizadas de que a desgastada política de grupos e clãs fosse revitalizada pelo surgimento de "caras novas", e de uma nova mentalidade gerencial, num momento em que a Nigéria começava a entrar num período economicamente eufórico, com os lucros do petróleo.

Mas a euforia durou pouco e menos ainda a expectativa de renovação. A oligarquia *haússa* do norte lentamente tomou conta de todas as alavancas do poder e passou a usar a máquina estatal em proveito próprio. As divisas do petróleo foram usadas para projetos grandiosos, cujos contratos envolviam, como via de regra, propinas de até 40% do total, para os funcionários nigerianos encarregados das negociações. O vírus da corrupção contagiou os escalões administrativos. No terceiro aniversário de seu governo, a imagem pública de Shagari já era a de um governante preocupado em garantir vantagens para seus auxiliares,

Se o governo militar optar pela repressão, enfrentará problemas

Wally McNamee

enquanto o NPN fazia uma política de terra arrasada em relação aos principais grupos oposicionistas.

A euforia do petróleo acabou a partir de 1982, quando a queda dos preços internacionais dos combustíveis provocou uma redução de 20% na receita de exportações da Nigéria. As rendas externas diminuíram em cerca de 10 bilhões de dólares por ano, a inflação foi para 50% e a dívida externa subiu a 15 bilhões de dólares. Em janeiro de 83, Shagari jogou a culpa da crise sobre os quase três milhões de imigrantes que foram para a Nigéria atraídos pelo dinheiro fácil. Um milhão de estrangeiros teve que abandonar o país às pressas, para que os eleitores de Shagari tivessem a impressão de que tudo seria resolvido, e que passaria a haver comida e emprego para todos.

O artifício não deu certo. A comida foi ficando cada vez mais cara e o governo resolveu adiar a aplicação de um projeto de austeridade para depois da votação de agosto, com o objetivo de evitar as previsíveis reações de descontentamento.

As dúvidas sobre os resultados das eleições presidenciais e legislativas de agosto surgiram muito antes da maratona eleitoral que consumiu quatro domingos consecutivos.

A Comissão Federal Eleitoral (Fedeco) deu como válido um

total de 130 milhões de nigerianos vivendo no país, uma cifra considerada fantástica, uma vez que todas as estimativas geralmente aceitas sobre a população do país nunca ultrapassaram os 70 milhões de habitantes. Todo o material eleitoral foi importado da Inglaterra, enquanto a Fedeco aguçou as suspeitas de fraude ao anunciar a instalação de 200 mil urnas eleitorais, mais do que o dobro das últimas eleições.

As suspeitas se confirmaram durante as apurações quando os partidos Popular Nigeriano (NPP) do ex-presidente Nnamdi Azikiwe (cujo reduto eleitoral está na região dos *ibo*) e Unido da Nigéria (UPN) de Obafemi Awolowo (forte entre os *yoruba*) sofreram derrotas esmagadoras até nos seus núcleos mais fortes. Shagari obteve 12 milhões de votos em três estados (Sokoto, Bauchi e Kaduna), onde os partidos de oposição denunciaram que seus delegados foram impedidos de fiscalizar o comparecimento de eleitores. Denúncias não menos concretas surgiram também nos estados de Cross River, Gongola, Borno Plateau, Anambra, Kano e Bauchi. Houve pelo menos quatro estados em que a votação não aconteceu no dia marcado e sim no seguinte.

A manipulação dos resultados eleitorais foi tamanha que vários políticos nigerianos da oposição denunciaram que a votação não

foi decidida nas urnas mas sim nas cortes judiciais das quais o governo tem o controle. Dois meses depois das eleições, ainda estavam em suspenso os resultados nos estados de Ondo, Oyo e Anambra, onde as evidências de fraude foram tão gritantes que o governo admitiu suspender a posse dos candidatos mais votados.

As dificuldades continuaram depois da posse de Shagari em outubro. O presidente anunciou a redução do número de ministros de 45 para 35 como parte dos planos de austeridade. Mas, a lista submetida ao Congresso, em vez de ser aprovada tranquilamente graças à maioria de cadeiras do NPN, esbarrou em dificuldades inesperadas. Os congressistas do governo, numa demonstração imprevista de independência, resolveram criar uma comissão para investigar a vida pregressa dos novos ministros. Seis dos indicados foram alvo de pesadas denúncias de corrupção, o que levantou suspeitas generalizadas em relação ao novo governo. Um dos acusados é o editor da revista *Africa*, publicada na Inglaterra e que foi acusado de sonegação de impostos, evasão de divisas e falso testemunho.

A nível estadual, a situação foi pior ainda. A polêmica sobre a moralidade dos novos governadores e deputados estaduais se tornou extremamente ácida e até violenta. No estado de Oyo, o governador Victor Olunloyo, logo depois de tomar posse, atravessou a rua e afastou na base do empurrão e socos os 55 membros da direção da estação local de TV. No sul, no estado de Anambra, o novo governador C. C. Onoh demitiu sumariamente 13.250 funcionários públicos, sob a acusação de que eles haviam sido contratados com objetivos eleitorais. E no estado de Kano, foram fechadas 40 escolas criadas pelo governo anterior. Mais ou menos a mesma situação foi criada em vários outros estados, onde as

novas autoridades tiveram como preocupação inicial destruir tudo aquilo que lembrasse a administração anterior.

É como se não bastassem todos esses problemas, os principais dirigentes do NPN começaram, no final de 83, a guerra pela sucessão de Shagari, mesmo faltando ainda quatro anos para as próximas eleições. Segundo a tradição partidária, o próximo presidente viria do sul da Nigéria para contrabalançar a hegemonia de oito anos do nortista Shehu Shagari. Foi o ponto de partida para uma série de conchavos e negociações visando a criar zonas políticas de influência, num total de quatro ou cinco, de maneira a permitir acordos. A situação chegou ao ponto de que, se as proposições fossem aceitas pelo NPN, os políticos do norte, que sempre tiveram um peso maior na direção do partido, só poderiam ter chances de aspirar à presidência dentro de 25 anos, ou seja só no próximo século.

Foi neste clima que os militares, que já haviam tentado seis conspirações nos últimos nove meses, partiram para a ação na madrugada do dia 31 de dezembro de 1983. Foi um golpe clássico, que começou com as tropas saindo dos quartéis às duas horas da manhã, seguindo-se a ocupação dos principais edifícios públicos e o prédio da rádio-televisão nigeriana onde foi lida uma proclamação dos amotinados. O episódio final aconteceu em Abuja, a nova capital, onde Shagari foi detido no palácio junto com auxiliares.

O novo presidente, o general Mohammed Buhari é o líder de um grupo de oficiais que desde julho de 83 haviam decidido passar à oposição ao governo do NPN, depois de acusarem Shagari de manipular politicamente os conflitos fronteiriços com o Chade. O deposto presidente nigeriano havia perdido os seus contatos com o grosso da oficialidade em virtude do isolamento dos

principais chefes militares então no governo.

O general Buhari é um nortista de origem muçulmana, que foi ministro do petróleo durante o regime militar. Estudou na academia militar inglesa de Aldershot e no Colégio de Guerra dos Estados Unidos em Carlisle. Seu perfil político ainda não está perfeitamente definido, mas seus colegas de exército o consideram pró-ocidental, sem inclinações para o socialismo e comprometido com a luta contra a corrupção. Buhari chefia o Conselho Militar Supremo do qual fazem parte, entre outros, o brigadeiro Mohammed Magoro, o major-general Ibrahim Babangida, o vice-marechal-do-ar Ibrahim Alfa, o brigadeiro M. G. Nasco, o comodoro Augustin Aikhomu e o brigadeiro Babatunde Idiagbon. Com exceção desse último, a maioria dos demais membros do Conselho Militar Supremo é do norte da Nigéria. Para contrabalançar a preponderância dos *haússa* no governo, o general Buhari adotou uma cuidadosa política regionalista na escolha dos novos administradores dos 19 estados nigerianos. Em sua maioria, são oriundos dos próprios estados que passaram a governar e foram distribuídos de forma proporcional entre o exército, a marinha e a força aérea.

Um futuro complicado

As decisões iniciais do novo governo não alteraram muita coisa no que se refere aos compromissos externos da Nigéria. Mas o general Buhari tem pela frente uma complicada situação econômica interna. Pouco antes de ser deposto, Shagari anunciou um programa drástico de austeridade, com cortes de 40% nos gastos públicos e de 30% nas importações. É quase certo que o novo governo seguirá também a mesma política, embora não com a mesma intensidade. Isso

acarretará conflitos quase certos entre os militares e os sindicatos que já tinham preparado para os primeiros meses de 84 uma série de greves e manifestações. Acredita-se que cerca de 200 mil trabalhadores nigerianos tenham perdido seus empregos desde o início da crise provocada pela queda dos preços do petróleo, que fornece 90% das rendas externas do país. O Congresso Trabalhista Nigeriano (NLC) reconquistou em 83 a sua unidade interna depois das divisões provocadas pela lei que eliminou as contribuições dos trabalhadores para os sindicatos, imposta por Shagari.

Os sindicatos são contra o programa de austeridade alegando que não querem pagar sozinho o preço de uma crise da qual eles não tiveram a menor responsabilidade. Afirmam que o preço da comida aumentou mais de dez vezes no último ano, enquanto os grupos de maior renda não sofreram nenhuma restrição em seus gastos e na capacidade de importar produtos supérfluos.

O conflito entre os trabalhadores e o governo militar é que definirá os rumos futuros do Conselho Militar Supremo. Se o general Buhari optar pela repressão pura e simples, não há a menor dúvida de que a Nigéria vai entrar num período extremamente tumultuado. Os partidos políticos, por seu lado, foram marginalizados pelos golpistas e têm poucas chances de rearticulação imediata. O futuro dos políticos depende do resultado da luta dos sindicatos contra as medidas de austeridade. Se o governo conseguir controlar a situação, através de um programa que divida os custos sociais da crise, os partidos ficarão ainda mais marginalizados. Mas se Buhari usar a força, os políticos podem acabar se aliando com os trabalhadores descontentes criando uma força poderosa que poderá obrigar os militares a fazer concessões.

A intransigência marroquina

O tempo corre contra Hassan 2º, obcecado em impor uma solução militar ao conflito

Carolina Quina

O ano de 1983 terminou sem que tivesse sido possível a aplicação do plano de paz delineado pela Organização de Unidade Africana (OUA) para o Saara Ocidental.

De fato, a resolução da 19ª Reunião de Cúpula da OUA, realizada em junho de 1983 na capital etíope, propunha como via para a solução desse longo conflito o estabelecimento de um diálogo direto entre a Frente Polisário e o Marrocos com vistas à organização de um referendo, o qual se deveria concretizar até 31 de dezembro passado.

No entanto, durante todo o período que sucedeu à reunião da OUA, o Marrocos não deu qualquer sinal de colaboração com essa instância para a aplicação da referida resolução. Antes, pelo contrário, reafirmou em diversas ocasiões a sua posição de total rejeição quanto a um diálogo com o movimento de libertação saarauí.

A Frente Polisário colocou sempre como condição *sine qua non* para um cessar-fogo as negociações diretas com o regime de Hassan 2º e hoje, os dirigentes saaraús vêm a sua posição apoiada e reforçada pelo voto unânime da OUA — a resolução da 19ª Reunião viria a ser aprovada por unanimidade e aclama-

O rei Hassan 2º: rejeitando o diálogo

ção pelos chefes de governo e de Estado africanos — e pela última resolução das Nações Unidas.

Pouco tempo antes de terminar o prazo proposto pela OUA para a realização do referendo, uma última missão da organização panafricana tentou ainda aproximar as partes em conflito. Numa verdadeira luta contra o tempo, esta missão tentou, sem sucesso, convencer o rei Hassan 2º da inevitabilidade do processo de negociações diretas.

Hassan 2º e o regime marroquino optaram pela via da intransigência e do não-diálogo, obstaculizando o processo de paz para a região do noroeste africano e trazendo, de novo, a guerra para primeiro plano. A re-

cente ofensiva militar marroquina, que assumiu uma amplitude sem precedentes, é, em si, um sinal de que o regime alauíta, apoiado pela política intervencionista norte-americana, ainda acalenta o sonho de uma solução militar para o conflito.

Do ponto de vista de Marrocos, e no que diz respeito à sua situação interna, os nove anos de guerra têm-se refletido no agravamento da crise no plano econômico e social. Uma das últimas expressões dessa crise deu-se em janeiro passado, quando manifestações estudantis alastraram-se rapidamente à população trabalhadora em várias cidades do norte de Marrocos. A violenta onda de repressão que se seguiu provocou mais de 200 mortes, segundo relataram as agências de informação. Introduzidas algumas medidas no plano político para assegurar um certo equilíbrio interno entre o conjunto das forças políticas, o exército e o palácio, a precária estabilidade do regime é, no entanto, assegurada fundamentalmente graças à intervenção norte-americana, que se verifica em todos os níveis, assim como à existência de um forte sistema de segurança e repressão.

Os efeitos da guerra

A guerra prolongada explica a maior crise econômica que o regime de Hassan 2º já conheceu. Provocando uma hemorrhagia de três milhões de dólares diários, a guerra no Saara constitui hoje um verdadeiro cancro para a sociedade marroquina.

A guerra acabou por se tornar a principal fonte de problemas e o próprio cerne da crise.

Nos primeiros anos da invasão, foi possível a Hassan 2º desviar a atenção dos graves problemas internos mobilizando a população em torno da invasão do território do Saara Ocidental, identificando essa pretensão com a luta pela "recuperação da inte-

terceiro mundo - 59

gridade territorial", cujos contornos eram propositalmente indefinidos. A guerra era propagandeada como cruzada, como "causa sagrada". Hoje, ela já não constitui um fator de mobilização e adesão popular, tendo os próprios partidos políticos afastado esse tema do seu discurso político eleitoral.

O desgaste provocado pelo conflito, mais mortífero do que o previsto, deixa marcas visíveis. Marrocos tem hoje mais de dois milhões de desempregados, mais de um milhão de famílias sem terra, 80% de analfabetos, 55% da população urbana vivendo em bairros degradados e com quatro em cada cinco marroquinos vivendo abaixo do limite de pobreza absoluta. Isso a par de uma dívida externa calculada em 15 bilhões de dólares, mas que aumenta constantemente não só devido à incapacidade de dar resposta ao serviço dessa mesma dívida (juros e amortizações), como também aos gastos da máquina de guerra. Este quadro, ainda que sucinto, explica as explosões populares ocorridas a partir de junho de 1981 e que mobilizaram vastos setores da população. Mas a crise se alastra às próprias forças armadas, o que pode se confirmar pelo assassinato do general Dlimi (conselheiro pessoal do rei Hassan 2º e comandante supremo das tropas estacionadas no Saara Ocidental) por ordem do próprio monarca — segundo declarações de opositores marroquinos, transcritas pela imprensa ocidental — e pela posterior detenção de algumas dezenas de oficiais superiores do exército.

Apesar da preparação para as próximas eleições, a crise a nível militar e político e a efervescência no plano social não apontam para uma solução ou subalternização dos problemas internos. Pelo contrário, tudo indica que os conflitos vão se acentuar.

Hassan 2º mantém-se no poder devido ao apoio econômico,

60 - terceiro mundo

político e militar da administração Reagan, da Arábia Saudita e da ajuda um tanto envergonhada da França.

A intervenção direta norte-americana verificada a partir de 1981 veio dar novo alento à política expansionista marroquina e um novo fôlego às Forças Armadas Reais (FAR), profundamente abaladas pelas derrotas infligidas pelos saarauís no decurso das batalhas do Uarkiz, Ras-El-Khanfra e Guelta Zemmur. Ela permitiu ainda ao Pentágono colocar seu pessoal de mais alto nível no dispositivo bélico marroquino, até aí preferencialmente assessorado por conselheiros franceses.

Em maio de 1982, foi assinado um acordo político-militar global e criada uma comissão militar mista norte-americana-marroquina (na prática, um verdadeiro estado-maior-conjunto responsável pela planificação e delineamento da estratégia militar para a guerra). Esse reforço da cooperação político-militar passou, no que se refere à questão saarauí, pelo fornecimento de material bélico moderno e sofisticado — bombas de fragmentação, radares, mísseis, aviões e carros de combate; pelo treino e formação de militares e oficiais marroquinos; pelo apoio na realização de operações de reconhecimento aéreo com a utilização dos satélites norte-americanos. Além disso, as FAR são hoje assessoradas no terreno por dezenas de conselheiros militares.

De um ponto de vista econômico, e em troca da utilização de diversas bases militares, há cerca de 20 anos inativas (que fazem com que Marrocos constitua hoje uma das bases estratégicas e logísticas do sistema militar norte-americano), Washington aumentou o seu apoio a Rabat de 30 para 100 milhões de dólares.

A guerra como alternativa

Se a Frente Polisario se mos-

tra aberta para o diálogo — insistindo que a solução do conflito tem de estar de acordo com o plano de paz africano — não parece, porém, disposta a depor as armas.

O regime marroquino, goradas as expectativas de paz a curto prazo, torna-se um elemento desestabilizador na região do noroeste africano, comprometendo o projeto da formação do Grande Magreb¹ tantas vezes invocado mas nunca concretizado, ao mesmo tempo que põe seriamente em risco a sobrevivência da própria Organização de Unidade Africana. Não serão certamente alheios a esses aspectos, os múltiplos contatos, trocas de missões diplomáticas e as sucessivas declarações e comunicados conjuntos de chefes de Estado africanos apoiando o Plano de Paz para o Saara Ocidental. Posição assumida inclusive por alguns tradicionais aliados de Marrocos, como é o caso da Costa do Marfim, Gabão e sobretudo o Senegal, cujo presidente Abdou Diouf teve um papel decisivo na 19ª Reunião da OUA.

O regime marroquino encontra-se pois numa posição cada vez mais incômoda e insustentável no plano internacional. O seu crescente isolamento interno e externo deixam-lhe pouco espaço de manobras para novos protelamentos, até aqui habilmente geridos por Hassan 2º. A não ser que o monarca alauíta pretenda voltar as costas à comunidade internacional fazendo a aposta suicida na intensificação da guerra e hipotecar tudo a uma duvidosa solução militar. Se não enveredar por esse caminho, não lhe resta outra saída senão a negociação de uma solução política. Trata-se apenas de uma questão de tempo, e o tempo corre contra Hassan 2º.

¹ Aspiração histórica árabe de unificação de uma grande nação reunindo os países do norte da África.

Reunião de Cúpula Um grupo coeso

A recente reunião dos países africanos de língua portuguesa consolida a estratégia de ação comum

Carlos Pinto Santos

A 4ª Reunião de Cúpula dos chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) realizada de 16 a 20 de dezembro último, demonstrou, uma vez mais, a existência no continente africano de um bloco de países coeso e com capacidade de intervenção na cena política internacional.

O "Grupo dos Cinco" concretizou na reunião de Bissau vários acordos de cooperação económica e reforçou outros estabelecidos nos encontros anteriores e reuniões bilaterais.

O encontro presidencial de Bissau representou também um novo passo na resolução do único diferendo de vulto no seio do grupo: as relações entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau, ainda não totalmente normalizadas a nível dos partidos no poder. Desde o golpe de estado de 14 de novembro de 1980, que depôs na Guiné-Bissau o antigo presidente Luís Cabral, rompeu-se a unidade entre os dois Estados simbolizada no partido PAIGC. As autoridades guineenses mantêm a designação primitiva do partido, alegando o fundamento histórico da sigla.

A recente reunião de cúpula permitiu que o presidente cabo-verdeano, Aristides Pereira, tivesse visitado a Guiné-Bissau pela primeira vez desde novembro de 1980, da mesma forma que Nino

Vieira tinha efetuado a sua primeira viagem a Cabo Verde, desde essa data, por ocasião da 3ª Reunião de Cúpula realizada na cidade da Praia, em setembro de 1982.

Os chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique, em Bissau

Os acordos assinados

Antes e durante os encontros presidenciais, se efetuaram na capital guineense sessões de trabalho da Comissão Coordenadora ministerial, órgão permanente e deliberativo entre as reuniões de cúpula, e as de técnicos das cinco subcomissões, cada uma dirigida por um dos países participantes: transportes, direito, justiça e administração, formação de quadros, comércio e bancos e seguros.

No programa de atuação co-

mo para 1984 ressaltam, além da decisão dos cinco em manter posições coincidentes em questões de política internacional (ver matéria seguinte), a criação de um banco comum com sede numa praça europeia e a abertura do tráfego aéreo e marítimo entre os seus países. Cada um dos governos colocará à disposição do grupo os recursos financeiros, técnicos e humanos necessários à execução desses projetos.

Foi igualmente decidido complementar as trocas comerciais tripartites e "uma utilização conjunta dos serviços das empresas e representações comerciais no exterior pertencentes a cada um dos países", medida que também abrangerá a área dos transportes.

As empresas de comércio externo de cada país ficarão obrigadas a dar preferência às transportadoras nacionais dos cinco, "desde que em igualdade de circunstâncias com outros interessados".

No setor dos seguros ficaram estabelecidos acordos de formação profissional e uma troca de planos anuais, assim como o intercâmbio de concessões de bolsas de estudo para técnicos dos cinco países.

Como em reuniões de cúpula anteriores, os cinco defenderam a adoção do português como lín-

gua oficial e de trabalho nas organizações internacionais.

Crítica às posições portuguesas

Sobre a situação em Timor-Leste, depois de lançarem "um apelo ao secretário-geral das Nações Unidas no sentido de levar a termo o mandato que lhe foi atribuído pela 37ª sessão da Assembleia-Geral", os cinco exortaram Portugal a "assumir integralmente as suas responsabilidades históricas, políticas e jurídicas em relação à questão de Timor-Leste, para, em conjunto com a Fretilin, encontrar a justa solução do conflito".

Embora não tenha ficado escrito nas resoluções da reunião, durante os debates o governo português foi acusado de marginalizar a Fretilin, cujos representantes oficiais em Lisboa — como foi mencionado em Bissau — nunca foram recebidos pelo próprio ministro dos Negócios Estrangeiros português. Os cinco governos africanos sempre reconheceram oficialmente a Fretilin como o único representante do povo maubere, concedendo-lhe o estatuto de observador permanente, desde a primeira reunião de cúpula realizada em Luanda em 1979.

Outro ponto onde o governo de Lisboa foi duramente criticado, refere-se à impunidade que desfrutam no território português, elementos dos grupos contra-revolucionários angolanos e moçambicanos, fundamentalmente. Da antiga capital colonial, essas organizações que executam a política de desestabilização da África do Sul emitem comunicados, reivindicando ações desencadeadas em Angola e Moçambique, em "papel timbrado e com indicação de moradia", segundo expressão do ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Paulo Jorge.

Estas duas questões que separaram o governo de Mário Soares e os cinco explicam, até certo pon-

to, a frieza com que foi acolhida em Bissau a proposta do ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, para ampliar as reuniões de cúpula a Portugal e Brasil. A proposta não foi incluída na agenda de trabalho da reunião. A única apreciação favorável a ela tinha vindo do presidente brasileiro João Figueiredo que declarou ao semanário português *Expresso* ver com muito interesse a idéia do ministro português.

Mas como foi sublinhado em Bissau, essa posição não nega a vontade dos governos dos países africanos em estabelecer relações estreitas com Portugal, país ao qual têm dirigido vários projetos de cooperação.

A não consideração em ampliar o Grupo dos Cinco não decorre da diferença de regimes políticos entre os países africanos de expressão portuguesa e Portugal (membro da Otan) ou Brasil, mas da própria natureza do Grupo. As antigas colônias portuguesas estão unidas por décadas de luta comum para a libertação nacional, pela mesma aspiração de independência dos seus povos e por uma convivência íntima e militante entre muitos dos seus dirigentes. Uma interação que vem da época da fundação em 1961, da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas). O

Grupo dos Cinco é o herdeiro natural da CONCP, conforme sintetizou o presidente angolano José Eduardo dos Santos ao afirmar: "Foram os princípios políticos e uma prática comum que nos uniram na CONCP e não apenas a língua ou a cor da pele".

Por seu lado, Nino Vieira, porta-voz do Grupo dos Cinco até a próxima reunião a se realizar, no fim de 1984, em S. Tomé e Príncipe, sublinhou no discurso de encerramento: "A solidez do nosso acordo se assenta na força política das nossas análises e opções, já que Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe constituem uma família única, nascida da luta contra o inimigo comum e da convergência de projetos de sociedade pelos quais se batem os nossos povos. Assim, a plataforma de coordenação dos nossos Estados é essencialmente definida pelas posições políticas assumidas e cimentada pela comunidade étnica e cultural".

A Reunião de Cúpula de Bissau provou de novo que a expressão da força do Grupo dos Cinco está na sua coesão, na defesa dos seus princípios políticos e na salvaguarda da sua independência. Ou como definiu de forma lapidar o presidente moçambicano Samora Machel, os cinco querem continuar a ser "um grupo sem papai".

Resumo da declaração final

Segundo a declaração final divulgada durante a sessão de encerramento da 4ª Reunião de Cúpula dos "Cinco", a conjuntura internacional caracteriza-se por uma crise sem precedentes com efeitos nefastos sobre a situação política, econômica e social dos países em desenvolvimento, em especial sobre a si-

tuação dos cinco países, não obstante as múltiplas tentativas com vistas a encontrar soluções para os principais problemas mundiais. Após pormenorização dos principais aspectos da cooperação, a declaração final salienta a forma positiva como se têm desenvolvido as relações privilegiadas de cooperação multiforme entre os

cinco países, após o acesso à independência, bem como pela vontade inequívoca de cada um dos cinco Estados em zelar por uma maior concretização das ações de cooperação nos diversos campos.

Relativamente à adoção da língua portuguesa como idioma oficial, os chefes de Estado manifestam o seu apreço pelos significativos passos já dados no sentido da efetivação das recomendações extraídas a este respeito na reunião anterior, bem como pela receptividade demonstrada por Portugal, pelo Brasil e pela Unesco.

No contexto da situação internacional, particular destaque foi dado à especificidade da África Austral. Assim, afirma a declaração final que "a situação explosiva permanece nessa região, constituindo um perigoso foco de tensão que ameaça gravemente a paz e a segurança internacionais". Os chefes de Estado "exprimiram a convicção de que o responsável por esta situação é o regime racista e minoritário da África do Sul que ocupa ilegalmente a Namíbia, executa a política desumana do *apartheid*, agride e desestabiliza os países independentes e soberanos da região". Ainda em relação à Namíbia, foi exigida a "implementação imediata e incondicional da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU e o plano nela contido para a independência desse território, como única base para a solução pacífica do conflito". A declaração reafirma, por outro lado, "a sua rejeição da absurda ligação ou paralelismo entre a independência da Namíbia e a retirada das forças internacionais cubanas do território soberano da República Popular de Angola, o que constitui uma inaceitável ingerência nos assuntos internos da nação angolana. Essa ligação é um obstáculo deliberadamente levantado no já amplo leque de pretextos ilegítimos colocados pelo regime

de Pretória, com vistas a impedir a libertação desse território, permitindo desse modo a atividade ilícita de interesses estrangeiros e a pilhagem das riquezas e recursos naturais da Namíbia". Os "cinco" manifestaram ainda o seu apreço pelos esforços dispensados pelo secretário-geral das Nações Unidas, tendentes à real independência do território. "Face à intransigência da África do Sul na manutenção do sistema do *apartheid* e da sua recusa obstinada em implementar a resolução 435, os cinco chefes de Estado reiteram a necessidade da aplicação urgente de sanções globais e obrigatórias, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, à luz do Capítulo VII da Carta da ONU". A Declaração Final dá ainda a conhecer a sua forte condenação da "invasão e ocupação de parte do território da República Popular de Angola pelas tropas racistas sul-africanas, em flagrante desrespeito pela soberania do povo angolano e pelas normas do direito internacional e exigiu a sua retirada imediata e incondicional, condenando igualmente o fomento e utilização de grupos fantoches pelo regime do *apartheid*, como fator de desestabilização da República Popular de Angola". Os chefes dos cinco Estados saudaram "o apoio militante e abnegado prestado pela República Popular de Angola à luta de libertação do povo namibiano e à Swapo, seu único e legítimo representante".

A reunião condenou "vigorosamente os atos de agressão e de violação da integridade territorial levados a cabo contra a República Popular de Moçambique pelo regime nazi-racista de Pretória", ao mesmo tempo que repudiou, em particular, o "bombardeio aéreo do subúrbio de Matola, realizado em 23 de maio de 1983, pelo exército racista da África do Sul, que se traduziu em perda de vidas inocentes, de crianças, mulheres e outros, cida-

dãos pacíficos e trabalhadores". A Reunião de Cúpula dirigiu igualmente uma saudação muito especial e militante "aos países da Linha de Frente pela solidariedade e pelo apoio indefectível que têm dado à justa luta dos povos namibiano e sul-africano" e fez "um veemente apelo à comunidade internacional para que incremente a sua ajuda àqueles países".

Uma outra questão analisada pela reunião foi a do Saara Ocidental, tendo sido reafirmado o apoio dos "Cinco" à luta do povo saarauí pela afirmação do seu direito inalienável de dispor livremente do seu destino, bem como a legitimidade da admissão da República Saarauí Democrática como membro de pleno direito da Organização de Unidade Africana (OUA). Ainda em relação a essa questão, os cinco chefes de Estado saudaram a contribuição dada na procura de uma solução justa e definitiva para o problema, pela 19ª Reunião de Cúpula da OUA, tendo constatado contudo, a persistente recusa do reino do Marrocos em aceitar negociações diretas com a Frente Polisario. Nesse contexto, exortaram a parte marroquina a agir em conformidade com as resoluções da Organização de Unidade Africana, o que implica o cessar-fogo e a realização de um referendo de autodeterminação permitindo, desse modo, a livre expressão da vontade do povo saarauí.

Os "Cinco" analisaram igualmente o problema do Chade, tendo reiterado o seu apoio à resolução da 19ª Reunião de Cúpula da OUA a esse respeito. Apelaram ainda para o respeito "estrito da independência nacional e da integridade territorial desse país africano, convidando as partes em conflito a encetar negociações construtivas com vistas à solução pacífica das divergências que as opõem, sem ingerência de forças estrangeiras".

Novas alianças?

A discussão em torno da visita de Arafat ao Cairo e as novas perspectivas político-diplomáticas

Mohamed Salem

Mesmo os mais sérios conhecedores da problemática do Oriente Médio – conhecedores, portanto, de sua dinâmica mutante – podem estar estupefatos diante da rápida reviravolta que, a nível político e diplomático ocorreu desde a retirada de Yasser Arafat e das tropas que lhe são leais, do porto libanês de Trípoli e a partir da visita do presidente da OLP em dezembro passado, ao Cairo, a primeira desde 1977.

“Transformaremos a derrota militar em uma vitória política”, Arafat havia sentenciado, quando abandonou Beirute em 1982. E, efetivamente, a opinião pública mundial nunca esteve mais aberta à compreensão do drama palestino do que naquela oportunidade e, principalmente, depois do massacre nos campos de Sabra e Shatila. Contudo, não parecia fácil que Arafat recompusesse sua liderança e seu prestígio internacional depois dos confrontos nas fileiras da *Al Fatah*, que se refletiram no cerco e nas numerosas vítimas civis dos campos de refugiados de Badawi e Nahr El Bared, nos arredores do porto de Trípoli.

Os fatos se sucederam vertiginosos e Arafat, mais uma vez, é o centro de decisões políticas cruciais. Em sua rota para o Iêmen do Norte, a bordo do navio grego *Odyseas Elytis*, Yasser Arafat fez uma escala em Port Said (Egito) e voou de helicóptero até o Cairo, onde manteve

Arafat e Mubarak no Cairo: um encontro controvertido

uma reunião de duas horas com o presidente Hosni Mubarak no palácio de Al Kobba. Essa decisão de Arafat – tão inesperada quanto espetacular – foi suficiente para deixar para trás as agruras e os problemas do cerco vivido em Trípoli e desencadear uma onda de discussões em todo o mundo árabe, Europa, Estados Unidos e, obviamente em Israel.

Antecedentes do encontro

O fato, embora surpreendente, tem todavia alguns antecedentes. O Egito estava recuperando gradualmente a sua influência no Mundo Árabe, depois dos anos de isolamento total que se seguiram ao criticado

Acordo de Campo David, firmado em 1978. O Cairo reconquistou simpatias na região do Golfo com seu aberto apoio ao Iraque na guerra contra o Irã e ao assegurar publicamente que não permanecerá de braços cruzados se o desenvolvimento das ações militares puser em perigo a segurança de outros estados árabes da região. Como é sabido, o mundo árabe desconfia das ambições territoriais que historicamente enfrentou da parte dos dirigentes persas. Poder contar com a disposição do Egito de entrar no conflito caso seja necessário, trouxe alívio para as forças políticas e militares da área.

Por outro lado, o Egito apoiou os combatentes palestinos que ti-

veram que abandonar Beirute, acolhendo um importante contingente. E, após o massacre de Sabra e Shatila, coordenou a retirada do embaixador egípcio da sede diplomática de Israel, a qual permanece a cargo de pessoal de segundo e terceiro escalões. Mais recentemente, o Egito foi o único país árabe que deu cobertura, com navios enviados especialmente para isso, à retirada palestina do porto de Trípoli. E o fato não passou despercebido. A declaração do Comitê Central da *Al Fatah* critica indiretamente os outros estados árabes, que não responderam ao chamado no sentido de dar proteção (ainda que fosse mais simbólica do que real) aos navios que transportavam os combatentes leais a Arafat. "Com exceção das forças navais egípcias — diz o comunicado — nenhum outro país árabe se incorporou à França na operação de retirada desde o porto de embarque até o destino final".

Egito: reintegrando-se à estratégia árabe?

Em seu informe à reunião do Conselho Revolucionário da *Al Fatah* (um organismo de 70 membros, intermediário entre o Comitê Central e o Congresso Geral) Arafat explicou que em sua reunião com Mubarak havia exposto a posição da OLP com relação ao plano de autogestão palestina incluído nos acordos de Campo David e no plano de paz de Reagan, os quais "contrariam as resoluções do Congresso Nacional Palestino e da reunião de Fez", segundo afirmou o presidente da OLP. Arafat disse também haver exposto ao chefe de Estado egípcio as medidas de Israel tendentes à judaização da Cisjordânia e Gaza, tendo sugerido meios para neutralizá-las.

O quorum da reunião do Comitê Executivo foi obtido com a presença dos dirigentes independentes (além dos membros da *Al Fatah*, a organização presidida

George Habash: boicote à reunião de Túnis

por Arafat). Tanto a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), de George Habash, como a Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) de Nayef Hawatme¹ boicotaram a reunião como protesto pela ida de Arafat ao Cairo. Dias antes, em uma sessão do Comitê Central da FPLP, George Habash havia exortado a substituir Arafat da presidência da OLP. Mas a rápida mediação promovida pelo presidente Chadli Bendjedid, da Argélia (país para o qual viajaram Hawatme e Habash por aqueles dias) permite supor que não se chegará a uma ruptura. A participação de ambos os grupos na reunião do Conselho Nacional Palestino é muito importante e os analistas políticos árabes estimam que depois das duras experiências vividas, não é provável que esses dois grupos desejem levar as divergências com Arafat a um ponto de ruptura. Sabem que se for quebrada a unidade da

¹A FPLP e a FDLP são os dois grupos mais importantes da OLP depois da *Al Fatah*, e a atitude que adotem será decisiva para ratificar ou não a linha de Arafat, assim como para promover ou evitar uma ruptura no seio da OLP.

OLP, todos ficarão igualmente debilitados. Por outro lado, não é a primeira vez que surgem divergências sérias entre Habash e Hawatme, de um lado, e Yasser Arafat. Tanto esses dirigentes palestinos como alguns países árabes, em particular Síria e Líbia, acham que a iniciativa de Arafat de ir ao Cairo debilita a luta palestina, uma vez que, necessariamente, para concretizar-se em uma política, terá que aceitar concessões.

A posição da "Al Fatah"

Se, a nível da OLP, Arafat pode encontrar algumas dificuldades, estas foram bem pouco significativas na reunião do Conselho Revolucionário de sua organização, a *Al Fatah*. A declaração final da reunião, realizada em Túnis, define a viagem de Arafat ao Cairo como "uma iniciativa pessoal" do dirigente máximo da organização, mas não a condena. Além do mais, as resoluções do Comitê Central da *Al Fatah* deixam as portas abertas para o estabelecimento de relações mais estreitas com o Egito e com a Jordânia, e esse parece ser o elemento chave da estratégia de Arafat. Também se decidiu criar "comitês especiais" para conduzir as relações entre *Al Fatah* e Egito ou Jordânia, as quais deverão "ser coordenadas com as ações do Comitê Executivo da OLP".

Arafat conseguiu outra vitória importante: nessa reunião, foi aprovada a expulsão dos dez membros da *Al Fatah* que desde junho passado questionaram a sua autoridade e dividiram a organização — fato considerado como uma tentativa de "golpe de estado". Também foi condenada a "tentativa de ultrajar a liberdade de decisão dos palestinos". Um Comitê de dez membros da organização foi formado para preparar o seu 5º Congresso Geral, que deverá reunir-se em um prazo de três meses.

“Incrementar a luta, inclusive armada”

Nesse contexto complexo, transcorreu o 19º aniversário da fundação da *Al Fatah*, considerado o início da luta armada palestina. Nessa data, Arafat enviou uma mensagem de Túnis a todos os palestinos, assinalando que “a etapa futura (da luta palestina) constitui uma responsabilidade histórica não só para o povo palestino, mas para toda a nação árabe como uma entidade” e prognosticando que “1984 será o ano do incremento da luta – inclusive armada – nos territórios ocupados”.

Curiosamente, Abu Mussa – que dias depois seria expulso das fileiras da *Al Fatah*, junto com os demais dissidentes – havia enviado também uma mensagem ao povo palestino, por ocasião do 19º aniversário da *Al Fatah*, de Taallabaya, no vale de Bekaa, onde se encontra. Nessa mensagem exigia a destituição de Arafat.

A reativação das negociações

Enquanto se aproxima o momento de aprofundar no seio do órgão máximo palestino, o Parlamento, as implicações da aproximação em relação ao Cairo, os fatos vão avançando com sua dinâmica própria.

Em Casablanca, no Marrocos, o Egito foi convidado a se reintegrar à Conferência Islâmica (formada por 45 países). A decisão foi adotada por uma maioria esmagadora e foi considerada uma vitória pessoal de Arafat, presente na reunião. Mesmo antes de ter recebido este convite, Mubarak, interpretando a repentina visita de Arafat ao Cairo como um sinal verde para lançar uma ampla ofensiva diplomática, empenhava-se em reativar o processo de paz no Oriente Médio. Para isso, enviou um funcionário de alto nível da chancelaria egíp-

“Der Spiegel”

O dissidente Abu Mussa: derrotado e expulso da *Al Fatah*

Chadli Bendjedid: um papel conciliador para evitar a crise na OLP

cia ao Iraque e à Jordânia. O enviado é portador de mensagens com propostas para ajudar as negociações sobre a questão Palestina a sair do impasse.²

Circulou em meios diplomáticos que o Cairo vê com muita expectativa o anunciado diálogo

² Um elemento a destacar é que o Egito passou a ser membro do Conselho de Segurança da ONU por um período de 2 anos, a partir de janeiro passado.

palestino-jordaniano, que, nas palavras do chanceler egípcio Butros Ghali, “ajudaria para que fosse conseguida a paz integral no Oriente Médio”. Coincidindo com isso o fato do rei Hussein da Jordânia – que acaba de reabrir o Parlamento depois de 10 anos de um recesso imposto – ter afirmado que “os acontecimentos que vivemos nos impõem novas relações entre Jordânia e os palestinos”. E Arafat anunciou sua decisão de viajar em breve a Amã, para dialogar com Hussein em torno de uma eventual concordância de estratégias entre a OLP e Jordânia, para atuar no campo diplomático. Como se deve lembrar, houve um esfriamento nas relações da OLP com a Jordânia quando, em 1982, Arafat negou ao rei Hussein poderes para falar em nome dos palestinos nas negociações promovidas pela administração norte-americana.

O que está sucessão de fatos e a vertiginosa recomposição de alianças deixam transparecer, é que longe de se deixar abater pelas circunstâncias difíceis que lhe coube viver no cerco de Trípoli, Arafat, no mesmo barco que o levava a um novo exílio, estava traçando a estratégia política alternativa.

E, com essa decisão, provocava receio nos dirigentes israelenses, que se mostraram indignados pela boa acolhida que a reunião de Arafat com Mubarak teve nos círculos políticos de Washington. Shamir considerou o encontro “violador dos Acordos de Camp David”, mas não teve eco no Departamento de Estado, cujo porta-voz, John Hughes, qualificou a entrevista como “uma animadora evolução” no processo de negociação da paz no Oriente Médio. Também na Grã-Bretanha, as reações foram favoráveis e nos círculos europeus já se especula sobre a possibilidade de uma inclusão da OLP nas negociações de paz sobre o Oriente Médio.

Fatsa, a cidade-mártir

Um julgamento coletivo dos cidadãos de uma pequena vila transforma-se num símbolo de resistência popular contra o arbítrio

Guiomar Belo Marques

Fatsa é uma pequena cidade com 23 mil habitantes, situada no norte da Turquia, constituindo um pequeno porto do mar Negro. Apesar de capital de distrito, Fatsa não é uma grande concentração da zona. Tem como atividade principal a cultura da avelã e, apesar de ser uma cidade marítima, a pesca desempenha um papel secundário, à semelhança dos demais portos do mar Negro.

Os acontecimentos que tornaram Fatsa uma cidade internacionalmente conhecida não podem, pois, atribuir-se às suas riquezas cobijáveis ou a uma particularmente importante posição geoestratégica. O único mal de Fatsa foi o de ter pretendido se tornar um exemplo vivo de democracia e poder popular, num país profundamente reprimido, originando um enorme incômodo na superestrutura turca, que viu nela uma ameaça à sua "paz podre".

Mas convém, antes de mais nada, recuar um pouco no tempo, e lembrar como se processou a chamada "Operação Fatsa", com seus antecedentes e que cul-

A repressão se tornou um fato cotidiano para os cidadãos de Fatsa

minou na prisão, assassinato e perseguição de centenas de pessoas e particularmente com o julgamento de 759 habitantes de Fatsa.

1964 é considerado um marco na vida da população de Fatsa. Nesse ano, começou-se a organizar e desenvolver a atividade política com caráter público. Paralelamente à fundação do Partido Operário da Turquia (TIP),

ocorrem manifestações de vários tipos, tendo-se destacado uma em que era contestado o aumento do custo de vida e a pobreza, que terminou com a detenção de dirigentes da "organização de camponeses".

Os movimentos de contestação ao poder vão-se desenvolvendo progressivamente e ao fim de dez anos surgem, pela primeira vez, duas organizações fascistas em Fatsa. Nessa mesma época, a "Associação Cultural de Fatsa", criada em 1964 e com forte implantação popular, transforma-se em "Casas do Povo". Os professores, por seu turno, impedidos do livre exercício sindical, agrupam-se numa organização que designam por "Toeb-Der".

Depois do assassinato de Kemal Karu, presidente das Casas do Povo, pelos fascistas e de um ataque cada vez mais intenso contra os democratas da região, os antifascistas unem-se, constituindo comitês de bairro, sob a iniciativa da organização Dev-Yol.

A eleição de Fikri

Quando, em 1979, o então presidente da Câmara de Fatsa morreu, foi fixada a data de 22 de agosto para eleger o novo presidente local, de acordo com a lei vigente. Após diversas discussões e debates, os comitês de bairro resolvem apoiar uma can-

didatura que se contrapunha às listas dos partidos tradicionais. Para cabeça de lista e futuro presidente da Câmara, a população escolhe um reconhecido anti-fascista, prestigiado democrata de Fatsa e cuja profissão é a de alfaiate: Fikri Sönmez era o candidato do povo, enfrentando os candidatos do CHP (centro) e do AP (conservador).

Apesar das muitas dificuldades que vão surgindo no sentido de impedir a todo o custo a candidatura de Fikri, esta avançava apesar dos sucessivos atentados de que foi vítima, do primeiro dos quais escapa ferido. Os atentados vão se sucedendo, mas Fikri acaba por ganhar as eleições, obtendo 62% dos votos, correspondendo a 3.096 votos, contra 1.130 do CHP e 847 do AP.

Entre outubro de 79 e abril de 80, a população de Fatsa conheceu e aprendeu a convivência democrática, num país em que tais práticas são breves sopros de esperança e liberdade. Pouco a pouco, os especuladores comerciais assistiram à perda de antigos privilégios e a população viu os preços dos bens essenciais descerem consideravelmente.

A ligação entre a Câmara e a população passou a ser feita de forma direta e os habitantes de Fatsa tornaram-se intervenientes ativos de todas as decisões.

Diversas medidas foram tomadas no sentido de melhorar as condições de vida da maioria da população, essencialmente composta por pequenos agricultores. Simultaneamente, o professorado, classe particularmente atingida pela "Operação Fatsa", empenhou-se em promover ações culturais, numa estreita ligação com a Câmara e realizaram uma Semana Cultural, inédita na Turquia. Por Fatsa passaram então os nomes mais destacados da cultura, artes e letras turcas.

Um dos principais objetivos do programa de ação elaborado imediatamente após as eleições, consistia em limpar a lama das

O general Evren, presidente do país, reconheceu as prisões e mortes

estradas e construir alternativas rodoviárias. Um antigo projeto foi recuperado e, para evitar altos custos, foi a própria população que meteu mãos à obra, apoiada por diversas localidades vizinhas, sensibilizadas pela enérgica campanha que a Câmara desenvolveu em torno desse trabalho. Foi assim que, em festa, a população de Fatsa construiu em seis dias aquilo que peritos tinham calculado para quatro ou cinco anos.

Após a semana cultural, em abril de 80, se iniciou a grande campanha contra "Fatsa, a vermelha". Diversos órgãos de comunicação social iniciaram uma longa e raivosa campanha contra a cidade, ao mesmo tempo que uma delegação de conservadores exigia em Ancara a demissão do governador civil, considerando-o "demasiado brando". Resat Ak-

kaya, reconhecido autocrata, tornou-se o novo governador civil.

Então bandos de fascistas, os "lobos cinzentos", se sentiram suficientemente protegidos para iniciarem as suas atividades, aterrorizando a cidade através de distúrbios permanentes, muitas vezes incluindo tiroteios.

Depois de diversos incidentes-pretexo, o exército entrou na cidade, a 11 de julho. Previamente, porém, os fascistas já tinham se encarregado de (à semelhança de outras perseguições célebres na história dos homens) marcar com uma cruz as portas daqueles que deveriam ser presos. O balanço foi de centenas de prisões e apenas 17 armas apreendidas.

Quando assumiu o poder, o general Evren afirmou, num dos seus primeiros discursos, que fo-

PRESOS NA TURQUIA POR DELITO POLÍTICO

Penas de Morte pedidas	5.682
Penas de Morte já efetuadas	48
Mortos na tortura	204
Mortos na sequência de operações militares	614
Sindicalistas	3.067
Jornalistas	46
Advogados	80
Políticos	203
Professores	15.685

ram feitas 850 prisões em Fatsa e houve sete mortes.

O julgamento

A 12 de janeiro de 1983 iniciou-se o processo contra 759 acusados, representando 3% da população de Fatsa. Para 268 foi pedida a pena de morte. Entretanto, a tortura e a prisão têm sido a realidade cotidiana. No banco dos réus, defendem-se

acusando, denunciando os verdadeiros responsáveis pelos acontecimentos de Fatsa, apontando o dedo para os fascistas. Como crime, terão cometido o de procurarem uma vida mais justa para a sua cidade, o de terem apoiado ativamente o presidente da Câmara legalmente eleito, o de terem sonhado, um dia, que seria possível na Turquia criar uma ilha de democracia e esperança.

Uma justiça classista

Deputado do Movimento Democrático Português/CDE na Assembléa da República portuguesa, o dr. Antônio Taborda é um dos membros do Cedri (Comitê Europeu pela Defesa dos Refugiados e Imigrados) que fez parte da segunda delegação internacional de observadores ao julgamento de Fatsa, a seis quilômetros da cidade de Amasya, no norte da Turquia. Em entrevista concedida a cadernos do terceiro mundo, Antônio Taborda relata aquilo a que assistiu e explica qual a sua interpretação para alguns dos acontecimentos relacionados com o caso de Fatsa.

Um ano e meio após a "Operação Fatsa", como está a cidade?

- Fatsa é uma cidade sitiada. Familiares de presos disseram que neste momento a cidade continua ocupada. Os mais progressistas estão desempregados porque não lhes dão emprego. Quase que decuplicaram os membros da polícia, quer à paisana quer fardados, e as pessoas quase não podem falar umas com as outras.

Mas a delegação de vocês não visitou a cidade?

- Os estrangeiros não podem entrar lá. Os primeiros que tentaram entrar lá foram diretamente

para a delegacia e depois comeram num restaurante rodeados por policiais. Houve dois jornalistas, um do *New York Times* e outro do *Financial Times*, que foram igualmente detidos e postos na fronteira.

Apesar disso, foi possível assistir ao julgamento sem problemas?

- Fomos ao julgamento. Ficamos lá atrás sem conseguirmos praticamente ouvir. No último dia, estivemos retidos durante 45 minutos para não vermos nem falarmos com os familiares dos réus, que estavam lá também. O julgamento passa-se num campo militar, cheio de arame farpado por todos os lados, a seis quilô-

metros da cidade e não existe qualquer meio de transporte para se chegar lá, a não ser o táxi. A saída, vimos um e o tomamos. Já na cidade, vimos alguns familiares à porta da prisão e fomos para uma loja conversar com eles. Um deles era mulher de um dos réus e os outros eram todos ex-réus em liberdade condicional.

O que sabe sobre a tortura?

- Na Turquia, a tortura não é feita em prisões normais. Eles aproveitam grandes armazéns fora das áreas residenciais, para não se ouvirem os gritos e metem lá cem ou duzentas pessoas. Os policiais não são facilmente identificáveis porque estão à paisana e se disfarçam das mais variadas formas.

A tortura é de tipo físico ou psicológico?

- É física e psicológica. Uma das mais frequentes é a de, por exemplo, porem "bombinhas de São João", nos pés dos presos dizendo-lhes: "Vou-te matar, vou-te matar!" e depois quando as bombas estouram só fazem barulho. Uma outra, desse tipo, consiste em vendarem os olhos dos presos e fazê-los subir em uma mesa dizendo-lhes que vão atirá-los de um 7º andar; quando caem da mesa, os presos convencem-se que estão mesmo pulando de muito alto. Depois, fazem igualmente aquele tipo de

Antônio Taborda: um testemunho direto

tortura que consiste em queimar os seios das mulheres com pontas de cigarros e fazer o mesmo nos testículos dos homens. As mulheres são ainda violentadas por todos os guardas. Na Turquia, existe também aquela tortura pela qual se suspende as pessoas pelos braços com pesos de 50 quilos nas costas e a crucificação, originando imobilização dos membros, muitas vezes para toda a vida, porque o sangue deixou de circular.

Quando calcula que terminará o julgamento?

— O julgamento deve durar ainda uns dois anos mais. Há uma ou duas sessões por semana e aquele tribunal ainda vai despachando outros processos pelo meio.

Aral-Morvan/Sipa Press

“Fatsa é uma cidade sitiada e continua ocupada”

Poderia citar um caso concreto?

— O processo dizia que o irmão de uma testemunha de acusação tinha sido julgado em tribunal popular e condenado à morte. A sentença teria sido executada por seis dos réus. A testemunha disse, perante o tribunal, que era mentira, que nunca tinha havido tribunais populares em Fatsa e que desconhecia os assassinos do irmão. O juiz alertou-o para o fato de ele ter assinado um documento em que dizia exatamente o contrário e a testemunha explicou que assinara, efetivamente, um papel, mas que

70 - terceiro mundo

lhe haviam vendado os olhos, de forma que nem sequer sabia o conteúdo do que assinara. Para que não restassem dúvidas, o juiz mandou chamar um a um os seis réus acusados desse assassinato e, a cada um, a testemunha foi dizendo que nunca os vira.

Qual o comportamento dos presos nas sessões?

Começam por relatar as torturas a que são sujeitos e o juiz interrompe sempre esse relato, alegando que não é o local próprio para tal, mas quando os presos contam os fatos em relação àquilo de que são acusados, denunciando tudo o que se impõe denunciar, o juiz não interrompe. Uma outra faceta desses julgamentos é a questão das tes-

calcado no de Mussolini. As pessoas podem, igualmente, ser julgadas várias vezes, depois de já terem sido absolvidas.

Quantas penas de morte estão pedidas?

— Duzentas e sessenta e três!

Em que consiste exatamente a acusação?

— A acusação está editada em livro pelo ministério da Justiça, com 632 páginas. Eles dizem que o Fikri, por exemplo, não poderia ter deixado de ganhar as eleições porque realmente as câmaras anteriores tinham sido profundamente corruptas. Aliás, na acusação não lhe é imputado qualquer crime, mas apenas a autoria moral, pois consideram que, como presidente de Câmara, não podia deixar de saber tudo o que se passava em Fatsa. É por isso que pedem a pena de morte para Fikri.

E os verdadeiros culpados onde estão?

— Vinte ou trinta foram presos, mas estão sendo julgados na cidade, com todas as condições. Enquanto isso, os mais de 700 réus estão sendo defendidos por três advogados, o que é claramente insuficiente. Na Turquia, não existe assistência judiciária, nem obrigatoriedade de advogado de defesa. Se um advogado trabalha gratuitamente, é imediatamente acusado de cumplicidade. Assim, apenas tem advogado quem pode pagar e mesmo esses, como o julgamento é longe, têm apenas a presença de advogado uma ou duas vezes por mês. Os fascistas, em contrapartida, são julgados em tribunais civis, têm advogados, têm todas as possibilidades de defesa. Os outros apresentam-se ao tribunal vestidos com a farda da prisão, de cabelo raspado e de algemas. Quando falam têm as armas apontadas... Portanto, essa justiça é, nitidamente, uma justiça de classe!

no. 63 - fevereiro - 1984

Dívida externa, o último esforço

Os principais dirigentes latino-americanos advertem que as nações do continente estão à beira do colapso financeiro e acusam os países credores pela crise do endividamento

“O último esforço antes da moratória conjunta”. Foi assim que um dos participantes da Conferência Econômica Latino-Americana definiu os resultados da reunião realizada em Quito, no Equador, com a presença de delegações de alto nível de 27 nações da América Latina e do Caribe. A Declaração de Quito pediu que os países ricos e os bancos internacionais modifiquem radicalmente as condições impostas para o pagamento da dívida externa de 310 bilhões de dólares contraída pelo conjunto das nações do continente.

Após uma semana de discussões que começaram a nível de

especialistas econômicos e que concluíram com os debates entre chefes de Estado, ministros ou delegações oficiais, foram aprovados dois documentos, que juntos formaram mais de 30 laudas datilografadas. O documento político reiterou a disposição dos países latino-americanos em procurarem uma solução conjunta para a questão da dívida externa através da troca de informações e pelo aumento do intercâmbio político entre os governos que participaram da reunião. Já o documento econômico, depois de afirmar que existe uma estreita vinculação entre comércio e finanças internacionais, su-

gere uma série de medidas como a emissão de novos Direitos Especiais de Saque (DES)¹ pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como forma de aumentar os recursos disponíveis pelos países em dificuldades financeiras.

Durante os debates, chefes de governo, como o anfitrião Osvaldo Hurtado ou o colombiano Belisario Betancur, o costarricense Luis Alberto Monge ou o jamaicano Edward Seaga, procuraram evitar um clima de confronto com os países credores. A mesma preocupação foi compartilhada pelo chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro, pelos vice-presidentes Eduardo Schwalb, do Peru, e Carlos Rafael Rodrigues, de Cuba. Mas todos foram unânimes em afirmar que os países latino-americanos não são culpados pela dívida e nem conseguirão pagá-la sozinhos, se não houver uma mudança nas relações comerciais entre o “Norte e o Sul”.

O inadiável reescalonamento

O ministro brasileiro afirmou durante os debates que “a comunidade financeira internacional deve compreender que é ina-

¹Unidade monetária criada pelo FMI com base na cotação das moedas dos principais países sócios do Fundo.

Para os integrantes da Conferência (acima, a mesa diretora), não existe saída individual para a crise do endividamento

diável um reescalonamento global da dívida externa dos países do Terceiro Mundo". Saraiva Guerreiro disse que enquanto as nações ricas impõem a cada dia novas restrições aos produtos exportados pelos países subdesenvolvidos, elas elevam paralelamente os juros e demais itens relativos ao serviço da dívida. "Um problema está ligado ao outro, continuou o ministro Saraiva Guerreiro, pois nenhum país poderá pagar em dia o que deve, se as suas receitas externas continuarem caindo, em consequência de restrições no comércio internacional".

Outro ministro de Relações Exteriores que condenou as desigualdades no comércio foi o argentino Dante Mario Caputo, de

Saraiva Guerreiro: reescalonar a dívida

39 anos e que pela primeira vez participou de uma reunião de cúpula de países do continente. Caputo criticou a intervenção de governos estrangeiros nos assuntos internos do continente e apoiou a tese de que a negociação da dívida deve estar vinculada a negociações sobre a reformulação do comércio internacional. O chanceler mexicano Bernardo Sepúlveda disse em seu discurso que as limitações às importações pelos países latino-americanos reduzem drasticamente a possibilidade dessas nações reequilibrarem suas economias, ao mesmo tempo em que se constituem também num entrave à reativação da economia mundial.

Por seu lado, o uruguaio En-

A DECLARAÇÃO DE QUITO

Os primeiros pontos do documento de 27 itens, fixam a posição política dos participantes da reunião: apoio ao processo democrático; direito das nações escolherem seus próprios caminhos políticos; condenação das intervenções estrangeiras e medidas econômicas coercitivas ou discriminatórias por questões políticas; recusa no uso da força para resolver divergências; manifesta preocupação com o aumento das tensões mundiais; pedido de uma solução negociada para a crise da América Central através das gestões do Grupo de Contadora, e defesa do desarmamento nuclear.

Sobre a crise do endividamento externo, o documento político da reunião de Quito afirma que "os esforços dos países da região não serão suficientes para superar as dificuldades atuais" e sugere "uma atitude de co-responsabilidade na solução do problema da dívida(...) através de medidas urgentes para reformar o sistema financeiro e monetário internacional". O texto também propõe o "compromisso de efetuar ações multilaterais para melhorar os preços dos produtos básicos, conseguir um amplo grau de abastecimento energético e autonomia tecnológica".

O plano de ação

As sugestões concretas para o encaminhamen-

to das questões políticas contidas no Documento de Quito foram incluídas no Plano de Ação. O texto de 22 laudas prevê a adoção de critérios comuns para reduzir os juros no pagamento da dívida externa, renegociar prazos, vencimentos e carências, com prazos mais longos para aumentar o ingresso de recursos financeiros na região, sem comprometer as exportações.

Propõe a expansão do comércio intra-regional através de fórmulas para compensação de pagamentos, financiamento das exportações e um fundo de reservas monetárias para resolver eventuais desequilíbrios no balanço de pagamentos. O Plano de Ação exige a eliminação urgente das crescentes medidas protecionistas dos países industrializados, um aumento substancial dos Direitos Especiais de Saque (DES) e sugere uma maior participação dos organismos financeiros das Nações Unidas na ajuda aos países em desenvolvimento. No capítulo relativo ao comércio, os participantes da reunião de Quito se comprometem a não criar novas restrições alfandegárias nas importações oriundas da América Latina e do Caribe, bem como a eliminação progressiva das atuais barreiras ao livre comércio regional.

As medidas complementares sobre a liberalização do comércio entre países da América Latina e do Caribe serão elaboradas pelos especialistas do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) e da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

Em Quito (da esq. à dir.): Seaga, da Jamaica; Schwalb, do Peru; Betancur, da Colômbia; Hurtado, do Equador; Jorge Blanco, da Rep. Dominicana; Monge, da Costa Rica e Dante Caputo, da Argentina

rique Iglesias, secretário-geral da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) disse que os países do continente já realizaram quase todos os reajustes possíveis em suas respectivas economias, sobrando agora uma margem muito escassa para contrair ainda mais a sua possibilidade de investir. Iglesias acredita que se as nações industrializadas não mudarem sua maneira de agir não restará outra alternativa senão a suspensão unilateral dos pagamentos da dívida externa. Segundo observadores diplomáticos, a maioria dos 27 delegados de nações latino-americanas procurou evitar um confronto total com os credores, concentrando os esforços na busca de um consenso, que afinal foi obtido. Mas ficou evidente também pelas declarações dos ministros, presidentes e delegados especiais que a capacidade da América Latina ceder às pressões das nações industrializadas está muito próxi-

ma do limite extremo.

Dados apresentados pela Cepal aos participantes da reunião de Quito mostraram que o empobrecimento regional aumentou drasticamente nos últimos anos. O Produto Nacional Bruto (PNB) latino-americano caiu 3,3% em 83, depois de já ter baixado 1% em 82. Na distribuição per capita, somando-se os efeitos do crescimento demográfico, os latino-americanos ficaram 5,6% mais pobres no ano passado. Ainda segundo a Cepal, a inflação média no continente bateu um recorde histórico em 1983, ao chegar perto dos 130% ao ano, depois de ter sido de 86% em 1982. No que se refere à dívida externa, ela cresceu 7% no ano passado, chegando ao total mais alto das últimas décadas — 311 bilhões de dólares. As transferências de divisas para bancos e entidades oficiais dos países industrializados também subiram de 20 bilhões de dólares

em 82 para 29 bilhões no ano passado.

Os números sombrios revelados em Quito indicam também que o Chile foi o país do continente que registrou a maior queda do PNB per capita no ano passado, com um índice de 40%. Logo depois, vieram El Salvador, Bolívia e Costa Rica com 20%. Os países que registraram crescimento do PNB foram Cuba, Nicarágua e Panamá.

O Documento de Quito será enviado a todos os chefes de governo dos países credores da América Latina, bem como aos bancos internacionais e organismos financeiros. Alguns diplomatas chegaram a classificar o documento como um “ultimato”, mas o grande resultado político da reunião de Quito acabou sendo o reconhecimento pelos países participantes de que não existe mais uma saída individual para a crise do endividamento. ●

A armadilha das transnacionais

As empresas transnacionais da eletrônica, com o apoio dos países ricos, tentam desvirtuar a luta do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Informativa Internacional

Fernando Reyes Matta

A celebração do Ano Internacional da Comunicação em 1983 coincidiu com os dez anos do lançamento das idéias fundamentais dos países não-alinhados na busca de uma nova ordem informativa. A coincidência de ambas as datas não foi particularmente enfatizada. A explicação talvez seja óbvia: quem promoveu este ano internacional — especialmente dedicado a fomentar a expansão da infra-estrutura tecnológica — não tem interesse

em lembrar a origem de um movimento político que aspira a criar barreiras para o *free flow of information* (o livre fluxo da informação).

Esse livre fluxo foi submetido à análise dos chefes de Estado e representantes governamentais dos países não-alinhados em sua reunião de cúpula de 1973, na Argélia. Afirmaram então — em frase que constitui hoje uma referência histórica fundamental —, “que os países em desenvolvi-

O desenvolvimento da infra-estrutura dos meios de comunicação nos países industrializados é um dos fatores do controle do fluxo da informação para os países do Terceiro Mundo

mento deveriam promover ações combinadas para reorganizar os canais de comunicação existentes que são um legado do passado colonial e que obstruem o pleno desenvolvimento cultural de seus povos e a interação entre eles”.

Dessa mesma conferência nasceu a proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei), no quadro da formação da Opep e de uma onda de nacionalizações dos recursos naturais por parte dos países em desenvolvimento. Prontamente se considerou que a existência de uma Nova Ordem Informativa Internacional (Noii) era um requisito indispensável para alcançar uma Noei. Devia-se chegar ao estabelecimento de um “fluxo livre e equilibrado da informação”, princípio que, durante os posteriores debates na Unesco e outros foros, manifestou-se especialmente na preocupação de difundir uma outra imagem do Terceiro Mundo nos países desenvolvidos, superando os estereótipos e distorções criados pela indústria cultural dominante no sistema mundial. Daí surgiram as evidências da transnacionalização dos grandes fluxos de informação e mensagens, definidos por grandes corporações dedicadas ao negócio da circulação e venda de notícias, informes e programas.

A visão predominante durante a década passada foi de que a Noii, logo transformada em Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), era um espaço distinto, complementar, da Nova Ordem Econômica Internacional.

Dez anos depois, essa perspectiva parece superada. Os países do Terceiro Mundo devem entender que Nova Ordem Informativa e Nova Ordem Econômica hoje são o mesmo. O deslocamento do debate fundamental da Unesco para a *International Telecommunication Union* (ITU) efetuado em 1983 é um dado ra-

tificador. A própria atitude dos Estados Unidos tanto em um quanto em outro foro é ilustrativa a respeito. Na Unesco, havia recriminações e advertências atemorizadoras. Na ITU há entusiasmo e contribuições privilegiadas.

O dado fundamental está no desenvolvimento do setor eletrônico, na expansão tecnológica e no papel que o conglomerado da indústria da informação-comunicação exerce dentro do sistema econômico mundial. Enquanto a recessão e a crise atravessam todas as economias do mundo industrializado e a periferia, o crescimento desse setor é espetacular. As cifras da Tabela abaixo são eloquentes.

Na América Latina existe uma particular sensibilidade para rejeitar a presença cultural transnacional que, a partir dos Estados Unidos, se difunde pela televisão, agências de notícia, publicidade, discos, rádio, agências de informação e outros mecanismos, criando em seu conjunto uma realidade alheia à região. Essa presença, sem dúvida, não se impõe sozinha. Conta com o apoio de grupos e setores locais que, a partir de uma zona própria de privilégios, se articulam com o sistema das corporações transnacionais, interconectando os bancos, áreas industriais, sistemas de distribuição e venda e, como consequência, assumindo o controle de importantes meios de comunicação.

A partir desta perspectiva especial, a adesão da América Latina à busca de uma nova ordem informativa se une à de outros povos do Terceiro Mundo e dos setores progressistas do mundo desenvolvido. Talvez a maior decepção desses anos seja a miopia dos setores dominantes e de seus porta-vozes para entender que estamos diante de um novo tempo, no qual diversos países e povos, com riquezas culturais e valores de vida distintos, têm a oportunidade de criar, de reinventar um mundo multidirecional de informação e comunicação. Frente a isso, surgem reações iradas, obcecadas por manter as suas dominações. Só isso explica, por exemplo, o anunciado corte na contribuição financeira dos Estados Unidos à Unesco

(ver Editorial nesta edição).

O senhor Hennelly, chefe da representação norte-americana na Unesco, advogado de Nova Iorque e executivo da *Mobil Oil*, atacou o que ele chamou de tendências "com influência ideológica" do programa de comunicação desse organismo da ONU.

Assistimos assim a uma polarização das intenções. Por um lado, os países em desenvolvimento, agrupados especialmente em torno do Movimento Não-Alinhado, propõem em diversos foros uma perspectiva renovadora da comunicação e informação a partir da revisão dos recursos existentes, do uso dos mesmos e a necessidade de nos articularmos em torno de objetivos de convivência e paz. Por outro lado, os centros de poder representados pela estrutura dominante dos *western media*, se aparam na defesa de sua dominação e insistem que todo esse processo tem como único objetivo o controle da informação por parte do Estado e a perseguição dos jornalistas.

É verdade que os Estados Unidos demonstraram uma posição de avanço importante em 1978 ao concorrerem para o consenso que permitiu a aprovação da "Declaração sobre o Uso dos Meios para a Conservação da Paz e a Compreensão Internacio-

Mercados mundiais de equipamentos de telecomunicação
(em milhares de milhões de dólares de 1977)

	1977	1982	1987
Switching Transmissão e distribuição local	10	14	21
Terminais, Unidades Móveis de Rádio, Sistemas Privados, outros	11.2	17	23
	9.2	14.1	22.3

nal, para a Promoção dos Direitos Humanos e a Oposição ao Racismo, ao Apartheid e à Incitação à Guerra". Através de seu embaixador, John E. Reinhardt, foi aceita a idéia de uma "nova ordem", mas entendida como um "programa de ação mais efetivo". Por trás de tais palavras foi sugerida a nova tendência: assumir que a nova ordem informativa devesse estar vinculada à transferência de *know-how* profissional, tecnologia e recursos financeiros. Todos os outros elementos envolvidos em uma visão mais ampla sobre as perspectivas políticas, sociais e culturais foram rejeitados e daí a insistência das críticas diante do discurso sustentado pelos países em desenvolvimento. Em termos esquemáticos pode-se dizer que isso se traduziu em uma participação crítica e ambígua dos Estados Unidos na Unesco, e mais recentemente na sua anunciada saída do organismo, enquanto que sua presença é entusiasta e ousada na ITU, como o demonstra sua ativa promoção do Ano Internacional da Comunicação.

A plataforma básica

É importante identificar quais são aqueles pontos principais da ordem informativa internacional atual que o Movimento Não-Alinhado e em geral as correntes de pensamento renovador e terceiro-mundistas estão procurando mudar. Os pontos são estes:

— A ordem político-econômica internacional atual está determinada por relações desiguais de poder. A ordem informativa mundial integra esse sistema.

— O fluxo de informação internacional está a serviço de objetivos militares, diplomáticos, financeiros e ideológicos.

— Para a grande maioria da população mundial, os meios de comunicação de massa constituem a única fonte de informação a respeito do mundo.

— O desenvolvimento da tec-

nologia informativa se ajusta aos interesses de grandes corporações transnacionais.¹

Nos países do Terceiro Mundo, se vêem crescentes esforços para construir sistemas eficientes de comunicação, capazes de dar conta dos novos problemas sociais e políticos que emergem de suas sociedades. Exemplos disso são a Pana, Agência Panafricana de Notícias (ver cadernos nº 55) e a Agência Informativa Alasei. A Alasei (ver cadernos nº 61) foi criada recentemente, fomentada como um projeto da Unesco e do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC). Constituída na cidade do México a 10 de outubro passado, a Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação pretende coletar, elaborar e difundir "material informativo sobre aspectos relativos ao desenvolvimento, à integração e à identidade cultural da América Latina e do Caribe". Ao mesmo tempo, segundo declarou seu diretor, Germán Carnero Roque, a agência pretende promover "a cooperação e o entendimento mútuo, como fator de estímulo à cooperação Sul-Sul e ao diálogo Norte-Sul".

Porém, a criação da Alasei não foi fácil e ela constitui de certo modo uma exceção dentro do PIDC, programa que, depois de promessas e esperanças, se viu significativamente bloqueado nos recursos disponíveis. Já em Acapulco, em janeiro de 1982, viu-se que o PIDC não contaria com o apoio entusiasta de certos países, especialmente dos Estados Unidos. A derrota da proposta norte-americana de dar participação à iniciativa privada na administração do PIDC mudou imediatamente a atitude dos Estados Unidos sobre o programa.

Problemática perigosa

A encruzilhada que os países não-alinhados e os setores

progressistas do mundo industrializado enfrentam é não perder de vista os propósitos centrais sobre uma nova ordem informativa, ao mesmo tempo em que se avança nas grandes reformulações tecnológicas. A arena dos debates parece deslocar-se da Unesco para a ITU e essa é uma problemática altamente perigosa para os países emergentes. Sem dúvida, na ITU se vêem com menos capacidade de manobra, pela força que ali alcançaram os setores privados, como é demonstrado pelo programa do Ano Internacional da Comunicação. Assim, vale-se que os principais Comitês Nacionais, especialmente os dos Estados Unidos, têm sido formados pelos executivos das maiores corporações mundiais da eletrônica e por esse caminho vêm conseguindo ter uma alta influência na tendência fomentada a partir da ITU.

A partir de 1º de janeiro de 1984, entrou em vigor uma nova Convenção Internacional de Telecomunicações. Ela foi decretada na última conferência plenipotenciária realizada em Nairóbi no final de 1982 e nela se estabelece o quadro para as novas regulamentações internacionais da telecomunicação, incluindo *broadcasting*, até o começo da próxima década. Como os próximos anos estão carregados de novos fenômenos criados pelas tecnologias já vigentes (*direct broadcasting satellite*, *transborder data flow*, digitalização etc.) o novo papel, mais ativo e influente da ITU, se torna estratégico e central. E isso deve ser compreendido em toda a sua dimensão pelos países terceiro-mundistas. (A maioria não parece ver dessa maneira, salvo exceções como a Índia, que tem a respeito do problema das telecomunicações um enfoque au-

¹Media Development 4/1980, "The NIO: the recognition of many different worlds" de Cees Hamelink.

tônomo e político.)

De Nairóbi, a ITU saiu com o mandato de criar uma Comissão Internacional Independente para o Desenvolvimento Mundial das Telecomunicações que representará essa nova consciência. Assim declarou Richard Butler, novo secretário-geral, em seu discurso de posse. A comissão se propõe ao seguinte:

1. Estudar todas as relações existentes e possíveis entre países no campo das telecomunicações com respeito à cooperação técnica e à transferência de recursos, com o objetivo de poder identificar os métodos mais eficientes para essa transferência.

2. Recomendar métodos aprovados e não aprovados para estimular o desenvolvimento das telecomunicações nos países em desenvolvimento, usando tecnologia adequada e aprovada, de tal forma que:

a. esteja a serviço dos interesses mútuos dos governos, das empresas envolvidas, dos usuá-

rios públicos e especializados no mundo em desenvolvimento e dos setores privado e público.

b. leve progressivamente à consecução da auto-suficiência no mundo em desenvolvimento e à redução da brecha existente entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos.

3. Estudar a forma pela qual a União possa estimular e apoiar — com o mínimo de custo — as atividades necessárias para alcançar uma expansão equilibrada das redes de telecomunicação.

4. Concluir seu trabalho em aproximadamente um ano.

5. Entregar um relatório ao secretário-geral da ITU para ser submetido a estudo pelo Conselho Administrativo da União com o objetivo de que esta possa identificar as ações propostas pela ITU e tome as medidas que considere convenientes.

Os membros da comissão serão “representantes das mais altas autoridades das administrações (isto é, governos membros),

agências e empresas dos países em desenvolvimento e desenvolvidos assim como grandes instituições financeiras e outros organismos”. A inclusão de empresários e banqueiros na comissão assessora na ITU lhe fornecerá uma perspectiva inusitada.²

Essa perspectiva inusitada é talvez um ponto de não-retorno para a guinada que a criação da Nomic representa. De hoje até fins da década de 80, os países do mundo em desenvolvimento têm que abordar uma soma de novos fenômenos extraordinariamente ampla, vinculada ao campo da informação e da comunicação. E, para isso, não podem deixar de levar em consideração que uma nova ordem internacional no campo da informação só poderá surgir acompanhada pela nova ordem econômica. Ambas são duas faces de uma mesma moeda. ●

² *Intermedia*, janeiro de 1983/Vol. 11, Nº 1. pp. 7 e 8.

BARRICADA

Órgão
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN

Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 2.500,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 5.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

Marrocos: Congresso de Agências Árabes de Notícias

Concluídos os trabalhos do 12º Congresso das Agências Árabes de Notícias, ao fim da primeira semana de janeiro deste ano, ficaram estabelecidos os seguintes pontos:

Será celebrado o 4º Congresso do Diálogo entre as agências árabes e européias de informação, em Paris, no decorrer deste ano; será feita a reunião do Comitê Executivo criado pelo 3º Congresso a fim de elaborar um documento de trabalho sobre a estratégia de ação da União, principalmente a criação de um centro em Viena para coletar e difundir informações árabes na Europa; o secretário-geral da União de Agências de Informação Árabe, Farid Ayari, ficou incumbido de apresentar ao próximo congresso dos ministros árabes de informação, um memorando jurídico e técnico sobre a adoção da resolução da Unesco relativa à baixa de tarifas de telecomunicações para as agências árabes de informação; a secretaria-geral deverá continuar atuando para a aplicação do acordo firmado com a agência de informação da República Democrática Alemã (RDA); foi decidido prosseguir o contato com as agências asiáticas de informação, com o objetivo de organizar uma conferência árabe-asiática, para estabelecer as bases da futura cooperação; requisitou-se ao secretário-geral da União que se intensifiquem os contatos com a secretaria-geral da Liga Árabe, a fim de elaborar os planos informativos, organizar conferências e pedir a ajuda da Unesco no sentido de que a secretaria-geral da União possa abrir um escritório em Viena. Na reunião, decidiu-se também submeter ao próximo congresso das agências árabes a questão das relações com a agência egípcia "Mena" e da abertura de escritórios de imprensa árabes no Cairo.

Brasil: Crise intensifica concentração dos meios de comunicação

"Com a compra da revista 'Isto É' pelo grupo 'Gazeta Mercantil' de São Paulo, confirmou-se mais uma vez a tendência à concentração dos meios de comunicação brasileiros em mãos de poucos e poderosos grupos, estimulada pela grave crise econômica", informa a agência de notícias IPS.

A transação intensificou o processo de crescente monopolização da imprensa e da comunicação social no Brasil por parte de alguns grupos que dominam o mercado. Em termos de televisão, por exemplo, a hegemonia pertence à rede "Globo", com outras poucas cadeias nacionais disputando pequenas fatias do mercado.

Morre João Antônio Mesplé

Faleceu no dia 1º de dezembro passado, aos 73 anos de idade, o jornalista João Antônio Mesplé, destacado defensor da política da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), voltada para a defesa da liberdade de imprensa, dos direitos da pessoa humana e da redemocratização do país. Lutador pelo direito de livre associação para todas as correntes de opinião, sempre defendeu o mais absoluto respeito à ABI como entidade independente.

Mesplé entrou para a ABI em 1941, quando trabalhava para a empresa Interamericana de Notícias. Em 1944, ingressou na empresa "O Globo" onde criou e manteve a seção "Observações Econômicas", embrião das atuais seções de economia de nossa imprensa. Foi dispensado em 1962 por ter participado da greve de gráficos e jornalistas nesse mesmo ano.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, João Antônio Mesplé deixou de advogar para integrar-se intensamente nos grandes movimentos nacionais e internacionais, viajando várias vezes à Europa e América Latina, tendo sido elemento importante nas atividades da Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap) e na Organização Internacional de Jornalistas (OIJ), em favor da causa da imprensa e por uma democracia para todos os povos.

Panamá: Pós-graduação em comunicação alternativa

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) estuda a possibilidade de criar um curso de pós-graduação em Comunicação Alternativa no Panamá, do qual participariam países da América Central e do Caribe. Para cumprir essa missão, a Unesco enviou àquele país seu consultor em Comunicação Alternativa, o equatoriano Marco Calderón, economista, sociólogo e pesquisador.

Calderón realizará gestões para o levantamento de informações visando à elaboração de um projeto de desenvolvimento para a região. Com esse intuito já esteve reunido com autoridades do Departamento de Comunicação Social da Universidade Católica "Santa Maria la Antigua" e com representantes do Canal Onze de Televisão da Universidade Nacional do Panamá e de centros audiovisuais de ambas as instituições. A pesquisa que o consultor da Unesco realizará no período de um mês, deverá desenvolver-se em duas etapas: uma voltada para áreas técnicas e docentes e outra para as instituições governamentais e não-governamentais.

Pablo Milanés, voltando a 67

A música popular cubana na opinião de um dos seus mais famosos representantes

Laura Avellaneda

Depois de um período de criações românticas, no qual gravou inclusive velhos temas do *filin* ("feeling") cubano dos anos 50, Pablo Milanés retoma em suas novas composições ("La isla", "Creo en tí", "Revolución", "Yo me quedo") o espírito militante da velha "música de protesto" latino-americana.

Durante sua recente visita ao Brasil (a primeira feita por um cantor cubano ao país em 25 anos), Milanés explicou como aconteceu essa mudança.

Quem é Pablo Milanés, antes e depois da Nova Trova?

— Comecei cantando profissionalmente em 1959 com um quarteto especializado em músicas do sul dos Estados Unidos, em *spirituals*, e com esse grupo trabalhei três anos até que comecei a compor minhas próprias músicas e a me tornar um pouco independente. E assim fui me familiarizando com os jovens compositores daquela época. A essa altura, eu tinha 20 anos. Já estava procurando, de fato, o caminho da nova canção, um pouco espontaneamente. Todos tinhamos muita influência do *filin* ("feeling"), movimento bolerís-

tico daquela época em Cuba, que contribuiu muito para a canção cubana do ponto de vista expressivo, do significado das letras das músicas de amor.

Bom, nós tentávamos criar uma música que refletisse o momento em que vivíamos, o nosso

próprio contexto social. Éramos um grupo de 15 ou 20 jovens que depois diminuiu quando começamos a fazer o que posteriormente se chamou de "Nova Trova Cubana". Alguns resolveram ser instrumentistas, outros diretores e uns cinco ou seis ficaram com a música. Isso foi em 1964. E assim eu continuei cantando em grupos profissionais, cantando coisas leves, para divertir, em cabarés, rádio e televisão.

Em casa fazia outro tipo de música, mas que não era conhecida nem divulgada. O mesmo acontecia com o resto do grupo ao qual eu pertencia.

Em 1967, a Casa das Américas convoca um grande número de jovens compositores para participar do festival da Canção de Protesto, ao lado de muitas figuras internacionais. Naquela época nós já tínhamos de fato algumas músicas de caráter social, político, humano. E aí coincidiu o nosso desejo de fazer uma nova música, com o da Casa das Américas, de agrupar os jovens compositores nesse em-

Roberto Jacobi / "O Globo"

Milanés: "A canção de amor e a de protesto se completam"

preendimento.

Foi assim que nos encontramos, Silvio Rodríguez, Vicente Foliu, Martín Rojas, Eduardo Ramos, e eu; cada um por sua própria conta estava trabalhando para criar a "nova música". E foi na "Casa das Américas" que se formou o primeiro núcleo daquilo que posteriormente seria o movimento da "Nova Trova Cubana". Começamos a promover festivais que logo ficaram conhecidos em toda ilha. Eu, pessoalmente, renunciei ao cabaré, ao mundo das rádios, e me dediquei a cantar nos centros de trabalho, sindicatos, fábricas, centros de educação, unidades militares.

E assim se passaram três ou quatro anos de muita produção até que o grupo viu que o seu trabalho tinha chegado ao fim, e se desintegrou. Por volta de 1975, eu me vi na tarefa de reagrupar antigos companheiros e fazer este grupo que formamos agora. Somos quatro. Realizamos excursões pelo exterior, e também muito trabalho no interior do país, fazendo ensaios, recitais etc.

Quais os temas que alimentam agora a Nova Trova?

— Bom, são muitos. A Nova Trova não se limita a Silvio e a mim, somos muitos. Atualmente, temos 1.100 membros entre fãs e profissionais. Entre os não-profissionais se incluem operários, que têm dom artístico reconhecido, e que são aceitos mediante uma avaliação. Eles participam de todas as atividades da mesma forma que os músicos profissionais, só que não recebem um salário por sua atividade artística.

Os profissionais, sim, vivem disso e têm um salário fixado pelo ministério da Cultura. E isso permite que haja muitas tendências dentro da Nova Trova em relação aos temas, à produção. Há muitos grupos que cultivam a música latino-americana

80 - terceiro mundo

em geral, peruana, boliviana, argentina, chilena. Outros se especializam em música afrocubana; há também grupos instrumentais, mas que respondem a uma estética que está de acordo com os princípios do movimento da nova música. Há, portanto, muitas tendências...

Silvio e eu nos caracterizamos por fazer música de uma maneira especial, pessoal, mas não se pode dizer que a Nova Trova se atenha a uma determinada temática, que seja uma premissa para se começar a criar. Em suma, quer dizer que o movimento está crescendo e que a mesma dinâmica permite muitíssimas influências positivas, que o enriquecem.

Um movimento artístico de massas

Em que medida o Estado estimula essa criação?

— Em 1972, o Estado reconheceu a Nova Trova como um movimento artístico, de massas, autêntico, que respondia à nossas raízes culturais e, portanto, merecia o seu apoio, sobretudo material. Havia muitos trovadores jovens que não tinham oportunidade porque não trabalhavam como artistas profissionais, como acontecia com o resto dos artistas que tinham espaço na televisão, nas rádios ou nos cabarés, que são os três lugares principais onde se trabalha em Cuba. E então o Estado abriu espaços para os novos trovadores, criou empresas especiais, onde a natureza do trabalho é outra, onde o tipo de atividade que realizam é outro.

A União de Jovens Comunistas também apadrinha o movimento da Nova Trova. Não só apóia do ponto de vista ideológico, como sob todos os aspectos: promove seus festivais, organiza as reuniões etc.

Em uma entrevista à imprensa brasileira, lhe perguntaram quan-

tos discos tinha vendido e você respondeu que não sabia, que era um trabalhador, e como tal recebia salário... Quais são os canais para que esses mesmos trovadores, com as mesmas inquietações que você, possam chegar a esse núcleo? Quem os seleciona?

— Quando nós surgimos na década de 60, o movimento artístico ainda não estava consolidado do ponto de vista do estudo, da superação profissional. Agora sim, a Nova Trova está se alimentando basicamente com os que saem das escolas de arte, que se inclinam por esse gênero.

Isso significa que a bagagem técnica dos novos trovadores já mudou. Estão mais seguros do ponto de vista técnico e profissional, independentemente de terem uma maneira pessoal de se expressar, até mesmo uma linguagem própria, porque é uma outra geração. De vez em quando, surge um fenômeno isolado, um rapaz, por exemplo, que é carpinteiro, e quando pega o violão faz maravilhas. Embora nunca tenha estudado, se reconhece que tem valor. O movimento da Nova Trova o aceita como membro e ao mesmo tempo o recomenda ao ministério da Cultura para que ele se torne um profissional e possa cantar imediatamente.

Durante seu giro pelo Brasil, a crítica comentou as semelhanças e influências recíprocas entre a música cubana e a brasileira. A que se deve isso?

— Nós bebemos da mesma fonte. A cultura *iorubá* influencia profundamente a cultura brasileira, tanto quanto a nossa. A cultura de origem africana mais forte em Cuba, das cinco que integram a comunidade negra, é a *iorubá*, como também no Brasil, principalmente na Bahia.

Imagino que ela se irradie pelo resto do país, porque foi assim que aconteceu em Cuba. No nosso país ela primeiro se estabeleceu em Matanzas mas hoje

no. 63 - fevereiro - 1984

em dia toda a zona ocidental está influenciada pela cultura *torubá*. E por isso as músicas do Brasil e de Cuba têm tantos pontos em comum.

Eu acredito que Cuba, Brasil e Estados Unidos têm grande influência de suas raízes africanas e por isso existe uma tremenda inter-relação de influência entre eles. Cuba é uma potência, o Brasil é outra e os Estados Unidos outra, no sentido de terem formas de expressão artísticas herdadas de suas raízes africanas, como o jazz, o samba, e a música de Cuba.

Política e amor

Ouvindo você cantar nota-se uma espécie de simbiose entre a música romântica, de amor, e a de cunho político. É intencional?

— É intencional, porque quando alguém se defronta com o fato criador, tem uma intenção, tem idéias possíveis de serem realizadas. Mas, independentemente disso, eu acredito que para nós, na sociedade em que vivemos, o fato político está indissolúvelmente ligado ao fato amoroso. E um se relaciona com o outro. Eu acho que fazer uma música de amor de mau gosto é um fato político negativo e vice-versa: fazer uma música política de mau gosto é um fato amoroso negativo. Os dois se complementam muito.

A crítica brasileira, principalmente a de esquerda, critica o fato de que cantores que aqui são vistos como demasiadamente comercializados ou de duvidoso valor artístico, como Roberto Carlos e Nelson Ned, tenham tanto sucesso na ilha. Como você explica isso?

— Veja, em Cuba, há uma política cultural traçada, mas isso não é rígido. Então é possível que se cometam erros nesse sentido. Tem sido muito difícil para o ministério da Cul-

Roberto Jacoby / "O Globo"

Miúcha, Chico e Milanés: o encontro de culturas irmãs

tura e o governo do Estado impõem uma política cultural coerente com toda a linha educativa, recreativa e cultural do Partido. Há linhas muito bem traçadas a partir do primeiro congresso do Partido Comunista de Cuba, onde se esboçou uma política cultural muito clara e definida, de promoção de todos os nossos valores nacionais, de nossas raízes, de nossa cultura. E, ao mesmo tempo, conhecer mais profundamente o acervo cultural universal. É possível que isso como política seja interessante. Mas quando se leva a política à prática surgem desvios. Por exemplo, quando um diretor de um programa de rádio quer se popularizar, lança mão do que existe de mais superficial para orientar o gosto do povo ou desvirtuá-lo.

Então, naturalmente, os ouvintes cubanos ainda não se livraram desse tipo de coisa. São séculos de uma má educação cultural, são séculos de não-consolidação de uma cultura. Aos 25 anos de revolução, ainda é fácil

desvirtuar o gosto da população. Embora sejam casos individuais, ainda há muitas pessoas que tentam impor artistas superficiais.

A conquista pelo mérito

Em países como os nossos, só pode gravar um disco quem contar com toda uma estrutura montada e uma campanha de divulgação. Em Cuba, e especificamente dentro da Nova Trova cubana, como é o sistema de seleção para gravar os discos dos novos músicos que vão surgindo?

— Existe uma gravadora estatal, que tem filiais em todas as províncias do país. É uma empresa que funciona "com antenas ligadas", acompanhando tudo que está acontecendo no país, observando aqueles que estão se destacando e, a partir daí, escolhem as pessoas que vão gravar, pelos seus próprios méritos. Além disso, existe um sistema de avaliação, muito irregular é verdade, mas feito a cada quatro, cinco ou seis anos, com todos os artistas de todos os ramos, atra-

vés do ministério da Cultura. Dependendo do seu valor, isso pode resultar na gravação de um disco, numa excursão ao exterior, num giro pela ilha, em medalhas etc., uma série de reconhecimentos materiais ou não.

Portanto, a gravação de um disco é uma forma de reconhecimento do trabalho do artista. Quando ele chega a gravar é porque, de alguma maneira, já tinha se consagrado antes ou tem valor perante o ministério da Cultura.

Continuam sendo musicadas as letras do poeta Nicolás Guillén?

— Sim, muito. Há um ano e meio, eu gravei um disco com texto de Nicolás Guillén, e é difícil que um trovador do movimento da Nova Trova cubana não tenha musicalizado pelo menos um de seus poemas. Isso sem falar dos velhos trovadores que sempre musicaram os poemas de Guillén, começando por Emilio Grenet e Eliseo, a partir dos anos 30, além de inúmeros grupos latino-americanos e europeus importantes.

Guillén, ao lado de Martí, é o autor mais escutado e musicado em Cuba, sem nenhuma dúvida. Além disso, ele é muito atual. Tem 81 anos e trabalha como presidente da União de Escritores e Artistas de Cuba.

Quando você dizia que a Nova Trova tem agora 1.100 integrantes, como fundador ou um dos fundadores, você acredita que os últimos que se integraram são algo assim como "a nova trova" dentro da Nova Trova?

— Sim, eu diria até mais. Eu penso que, antes disso, já houve duas gerações porque já se passaram 15 anos. A medida que se passam três ou quatro anos, eu acho que cada geração já cria a sua linguagem, tem coisas novas para dizer. Indiscutivelmente, há uma essência que nos une a todos, que é o fato social do nosso país e a possibilidade que temos

82 - terceiro mundo

Silvio Rodríguez: presença marcante da Nova Trova cubana

de recriar a poesia, de recriar nosso meio. E isso é muito bonito e me parece que é comum a todos. Um jovem de 20 anos se manifesta de outra forma e fala de outra maneira, e isso me parece bom. Mas também há os de 25 e de 30; nós já temos 40 e nos sentimos ainda jovens. Quer dizer, há três ou quatro gerações que equivalem por sua vez a três ou quatro linguagens, ou formas de tocar, de falar.

De alguma maneira essas novas gerações se sentiram tentadas, se é que se pode usar essa expressão, por convites do exterior, viagens aos Estados Unidos...

— No momento em que vínhamos para o Brasil, cinco trovadores de 20 a 22 anos estavam indo cantar nos Estados Unidos. Isso não significa que eles não vão ficar tentados. Mas há muita consciência política em todos esses novos trovadores.

Muitos dos temas do seu atual repertório têm sido influenciados por uma nova situação política em seu país...

— Naturalmente. Essas músicas *La isla, Creo en tí Revolución, Yo me quedo*, são o resultado do novo processo histórico que nós temos vivido a partir de 80, especificamente depois dos acontecimentos na embaixada do Peru.¹ Nós tivemos que nos afirmar diante do dia-a-dia, vivendo em nosso país, não só como trabalhadores, mas também como artistas. As coisas têm que ser feitas de alguma maneira, então, fazemos músicas de reafirmação revolucionária. É como voltar ao ano de 1967, quando apoiávamos a guerra vietnamita, quando apoiávamos todo movimento guerrilheiro, etc. Mas com outra temática.

¹Quando cubanos que queriam sair do país se asilaram maciçamente na embaixada peruana.

Nicarágua: Avanços na educação

Após a derrubada da ditadura de Anastasio Somoza, em 1979, o governo da Nicarágua anunciou programas educativos com o objetivo de erradicar o analfabetismo e permitir o acesso da população aos centros de educação.

Está calculado que um-terço da população do país, estimada em 3,3 milhões de habitantes, frequentará os centros de educação em 1984. O orçamento que o governo sandinista destinou à Educação para 1984 teve um aumento de 37,6 milhões de dólares com relação a 1983, quando foi destinada uma verba de 110,8 milhões de dólares. (Um documento apresentado pelo ministro da Educação, Carlos Tunnermann, assinala que o último orçamento para a Educação feito pela ditadura de Somoza, em 1979, foi de apenas 35,8 milhões de dólares.)

O mesmo progresso é esperado no âmbito das escolas normais para a formação de professores que na época de Somoza eram apenas cinco, tendo o governo atual como meta chegar a 14 nos próximos anos. De acordo com os dados oficiais, a matrícula global na educação normal deverá aumentar em 22%. Este ano se formarão 2.209 professores, o que significa 711 a mais do que em 1983.

A meta da "transformação do sistema educativo para garantir e tornar mais efetiva a expansão dos serviços educativos e o melhoramento da qualidade da educação em benefício do povo" levará o governo nicaraguense a investir na educação técnica média uma soma de 10,2 milhões de dólares, reservando ainda 2,7 milhões de dólares para o programa pré-escolar, 22,2 milhões para a educação secundária e 1,1 milhão para atender em 26 escolas especiais as crianças deficientes. Segundo Tunnermann, para elevar o nível acadêmico e evitar a evasão escolar será efetuada uma transformação dos planos e programas de estudo, assim como serão elaborados textos e materiais visando a atender uma população estudantil calculada em um milhão e 30 mil pessoas.

México: Homenagem a Siqueiros

A 6 de janeiro último, autoridades, políticos e artistas iniciaram na cidade do México um ciclo de homenagens ao pintor David Alfaro Siqueiros pelo 10º aniversário de sua morte, ocorrida a 6 de janeiro de 1974. Combatente da revolução mexicana e da guerra civil espanhola, e um dos mais célebres expoentes do muralismo mexicano, Siqueiros é considerado uma das figuras máximas da pintura mexicana, junto com Diego Rivera e José Clemente Orozco.

Nicarágua — Poemas da América Central

Como parte da programação "Mostra de Poetas Hoje" que o Centro Educacional Municipal Calouste Gulbenkian promove todas as segundas-feiras com o apoio do Departamento-Geral de Cultura do Município do Rio de Janeiro, realizou-se no dia 9 de janeiro passado o lançamento do livro "Nicarágua — Poemas da América Central" do poeta Samaral (pseudônimo de Sérgio Amaral), que também é o editor de arte de cadernos.

No lançamento, foram mostradas gravações de grupos musicais de El Salvador e Nicarágua além de um audiovisual sobre a situação centro-americana, contando com o apoio do Comitê de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos (Cosplam).

Samaral foi cofundador da Feira de Poesia Independente da Cinelândia, já tendo publicado "Suor do corpo", "Poemas urbanos" e "Sol vermelho", entre outros trabalhos poéticos.

Neste "Nicarágua" (agora/a gente/na frente/do espelho/passo as mãos/nas tuas cicatrizes/e teus inimigos/serão meus inimigos), o autor compõe um poema-processo usando também uma documentação fotográfica que retrata a realidade da guerra na região.

Livros do 3.º Mundo

LA "GUERRA ENCUBIERTA" CONTRA CONTADORA

(Centroamérica 1983)

Stella Calloni & Rafael Cribari. Centro de Capacitación Social, Panamá, 1983

Segundo definição dos próprios autores no prólogo, o livro é "um resumo jornalístico de fatos e acontecimentos relacionados com a iniciativa de Contadora e que influenciaram o desenvolvimento e evolução da mesma. O seu único propósito é entregar um documento direto, a fim de que, a partir dos fatos, se possa julgar e compreender o esforço realizado pela paz nessa região e no mundo".

A iniciativa de paz do Grupo de Contadora (pequena ilha panamenha no golfo do Panamá, onde se realizaram as reuniões), integrado pelo México, Colômbia, Panamá e Venezuela, constituiu-se de fato na primeira tentativa regional latino-americana para dar uma solução também latino-americana aos graves conflitos da área, notadamente na Nicarágua e em El Salvador,

e deter a ameaça de uma guerra, cujas chamadas foram particularmente agitadas por fatores diversos.

Em toda a história do mundo, as negociações sempre exigiram uma habilidade e paciência especiais, porque se trata de uma tarefa evidentemente complexa e, sempre que se refere às relações entre países, "delicada".

No caso do Grupo de Contadora, criado em 8/9 de janeiro de 1983, foi mais difícil ainda porque a iniciativa se defrontava com uma posição inflexível: a da administração do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Os princípios dessa política "dogmática, a-histórica e perigosamente ideologista" como bem a definiu o dirigente salvadoreño Guillermo Ungo, estão esboçados no Documento de Santa Fé (ou "documento da morte" como também é chamado), onde se prevêem decisões "duras, rígidas" de expansão e a doutrina de segurança nacional, apenas comparáveis às elaborações de Adolf Hitler e aos fundamentos da doutrina nazista.

Com um farto material fotográfico, o livro mostra como a iniciativa do Grupo de Contadora teve que enfrentar essa inflexibilidade assim como a desinformação sutil sobre seus esforços e a introdução de um "cavalo de Tróia" que foi a constituição de um bloco centro-americano de apoio à política de Reagan, com exceção da Nicarágua. (Ver cadernos nº 38)

Como testemunham seus autores, "nas longas horas de espera em aeroportos, corredores de hotéis, centros de imprensa, nas noites de serão, onde confraternizamos com

os enviados de imprensa do mundo, recolhemos cuidadosamente o desenvolvimento das negociações. De maneira responsável, mantivemos em segredo profissional os elementos *off the records*, atitude que caracteriza um jornalismo sério e mais profundo, que não necessita da agressão nem do sensacionalismo para informar objetivamente". (José C. Gondim)

MEMÓRIA DO MAR

Manuel Rui, União de Escritores Angolanos. Edições 70, Lisboa, 1980.

Nas diversas literaturas de língua portuguesa, é raro encontrar a utilização do fantástico ou do fantasmagórico como imagística para traduzir situações ou conceitos. São casos isolados e, na maioria das vezes, encontrados na literatura brasileira. Tendência atual de grande parte da ficção em todo o mundo mas, em especial, da literatura da América Latina, a fábula fantástica — ou, pelo menos, que se serve de elementos insólitos

tos e irreais — tem dado grande prestígio e dimensão a esse continente. Era natural, pois, que a sua influência começasse a se verificar sobretudo entre os escritores dos novos países de expressão portuguesa, cuja realidade autóctone pode muito bem se casar com esse tipo de imagética.

É o caso deste livro de Manuel Rui, "Memória do mar", incursão feliz pelo reino do insólito, à qual se junta uma técnica narrativa feita de *flash backs* e encadeamentos, de anacronismos e paralelismos. Tudo, entretanto, com um sentido de atuação política interveniente nos acontecimentos da época (o período pré-independência de Angola e as ameaças que certos grupos tentavam desencadear contra as forças de libertação).

É, por isso, uma narrativa original na língua portuguesa que, embora preencha inteiramente a sua finalidade, terá talvez como obstáculo, uma certa dificuldade de leitura e respectiva compreensão por parte de um leitor pouco dado a esse tipo de leitura. Mas não será difícil prever para "Memória do mar" um futuro pioneiro numa literatura que ainda está se fazendo, se bem que já conte com algumas obras maiores. E com alguns autores, igualmente de inegável talento, como é o caso de Manuel Rui. (*Orlando Loureiro*)

A AGONIA DE UMA RAÇA — ZUMBI, O REI

Ubirajara Muniz. Editora Achiamé (2ª ed.), Rio de Janeiro, 1983

Para o prefaciador, Abdias Nascimento, "o valor fundamental deste livro está em que o autor, evocando a epo-

péia dos Palmares, não está preocupado apenas com a reconstrução histórica da guerra de cem anos que holandeses, portugueses, 'paulistas' e 'brasileiros' sustentaram contra a cidadela da liberdade dos africanos escravizados. A preocupação de Ubirajara Muniz se projeta muito além do mero exercício de olhar o passado: celebrando Zumbi, o autor condena a monstruosidade da escravidão e da injustiça que ainda em nossos dias continua vitimando os descendentes africanos no Brasil".

E mais: "Há um detalhe que diferencia o seu autor da situação em que se coloca a maioria dos estudiosos brancos do negro em nosso país: Ubirajara Muniz não se deixa iludir pela armadilha do eurocentrismo, negador da história e da cultura da África. Ele, muito ao contrário, sublinha a negrura como um valor das antigas civilizações egípcias, o que lhe assegura um honroso lugar entre os modernos historiadores africanos, no continente e na diáspora. E como estes, o autor de 'Zumbi, o rei' também se apóia no passado para mudar para melhor

o presente e o futuro dos povos negro-africanos".

ONDULA, SAVANA BRANCA

Ruy Duarte de Carvalho. Ed. Sá da Costa, col. Vozes do Mundo, Lisboa, 1982

Conhecendo a formação de Ruy de Carvalho, facilmente se poderá compreender os fundamentos do seu livro.

O autor, técnico agrícola de profissão, desde muito cedo vivendo no interior de Angola, tomou contato com os vários tipos humanos e sociais e com as tradições do povo angolano. Aí, trabalhando na terra, nas plantações de café ou na criação de bovinos, conheceu as realidades econômicas e aprendeu a dar valor às raízes culturais do povo africano.

Por outro lado, o artista plástico e o cineasta completam nele o poeta, configurando-lhe uma feição peculiar. Assim, é o esteta que organiza a obra, não só pela beleza dos ensinamentos que os textos escolhidos encerram como também pela própria estrutura. Neste "Ôndula, savana branca", Ruy de Carvalho apresenta uma coleção de textos orais de tradição africana divididos em três partes: 1) *Versões*, isto é, adaptações para o português de produções poéticas já divulgadas em outras línguas; 2) *Derivações*, onde o autor recria poeticamente algumas produções já traduzidas para o português; e 3) *Reconversões*, onde o já conhecido poeta de "Exercícios da crueldade" e de "A decisão da idade" transforma em poesia material fatos antropológicos nunca antes considerados numa perspectiva literária. (*Elza R. dos Santos*)

UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda • Tel. 73671 2/3 CP. 342
Teleg. "IN CAFE" LUANDA

Fome: alguns dados básicos

A constatação de que esse flagelo não decorre de problemas agrícolas e sim de uma escandalosa e injusta distribuição da riqueza no mundo

Ladislau Dowbor

O problema da fome é, antes de tudo, pouco divulgado. Todos sabemos que existe, mas ignoramos as suas proporções. Periodicamente surgem alguns dados que chocam: recentemente, constatou-se que as crianças de 10 anos mediam 5cm a menos em 1980 do que em 1950 (isto num dos estados mais bem alimentados do Brasil, o Rio Grande do Sul), e o exército espantou-se, ao fazer as estatísticas, que 43% dos jovens que se apresentam para servir não têm condições físicas para carregar uma mochila. E quando as luzes se concentram sobre um problema, como o da seca do nordeste brasileiro, repentinamente nos defrontamos com situações que parecem emergir da Idade Média, com gente comendo ratos quando estes existem.

A grande verdade, é que os que têm fome são reduzidos ao silêncio, pelo fato de se situarem na base da pirâmide social.

O próprio problema da crise leva a pensar na situação daqueles que na nossa sociedade já estavam

no limite da sobrevivência. Os dados do censo de 1980 no Brasil mostram que 55,6% dos homens e 69,2% das mulheres recebiam salários inferiores a dois salários mínimos (cerca de 100 dólares mensais), e que 27,3% dos homens e 42% das mulheres recebiam salários inferiores a um salário mínimo (50 dólares mensais). Um estudo recente estimava que cerca de 18% da população brasileira sobreviviam com menos de 1/4 de salário mínimo: seriam 23 milhões de pessoas vivendo em condições sub-humanas.

O objetivo do presente artigo é de recolher os poucos dados globais existentes, para tentar situar este continente esquecido, apesar do profundo trabalho de Josué de Castro, autor, entre outros, do livro "Fome no Terceiro Mundo e no Brasil". Utilizaremos fontes oficiais, particularmente o Banco Mundial, a FAO, a Unicef, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Banco Mundial nos apresenta, na sua edição

de 1981 do *World Development Report*,¹ a situação global da distribuição da renda no mundo. Os seus dados podem ser resumidos como mostra a Tabela 1.

Constatamos assim que no nosso planeta (de cerca de 4,4 bilhões de habitantes, em 1980), 3 bilhões vivem no sistema capitalista, e cerca de 1,4 bilhão – quase um-terço da população mundial –, no sistema socialista.

Em termos de renda per capita, as diferenças são enormes e, fato importante, crescentes: os países capitalistas desenvolvidos têm uma renda per capita (em 1980) da ordem de 10 mil dólares, enquanto os países capitalistas subdesenvolvidos, o chamado “Terceiro Mundo”, têm uma renda per capita da ordem de 800 dólares por pessoa. Assim, 24 países capitalistas ricos, o chamado “Norte”, consomem cerca de 60% da produção mundial, ainda que tenham apenas 15% da população. Não é aí, seguramente, que se situa a miséria mundial.

Os países socialistas, com uma renda média duas vezes mais elevada que a dos países do Terceiro Mundo, têm a vantagem de assegurar uma distribuição de renda bastante igualitária, e de terem voltado as suas estratégias de desenvolvimento para as necessidades básicas da população. Resultado: ainda que haja enormes zonas de pobreza nos países socialistas, em particular na China, calcula-se que 95% dos problemas de fome situam-se nos países capitalistas subdesenvolvidos.

As razões disso não são complicadas: os países subdesenvolvidos capitalistas, o chamado “Sul”, caracterizam-se por elevada concentração de renda. Na ordem, a renda é pouco concentrada nos países socialistas, moderadamente concentrada nos países do Norte, e fortemente concentrada nos países capitalistas subdesenvolvidos. (Ver Tabela 2)

¹Banco Mundial – *World Development Report*, 1981 – Washington 1982, 172 p.

Diga-se desde já que o Brasil, em companhia do Nepal e de Honduras, está no pódio dos países que têm a estrutura de distribuição de renda mais injusta do mundo. O Brasil é hoje o único país onde os 10% mais ricos consomem mais da metade da riqueza.

A situação alimentar no Terceiro Mundo

Para localizar a miséria e a fome no Terceiro Mundo, podemos fazer um exercício simples: se nos países subdesenvolvidos entre 10 e 15% das famílias mais ricas consomem mais de 50% da renda, teremos em termos muito gerais cerca de 300 milhões de pessoas com uma renda da ordem de 3 mil dólares por pessoa, e cerca de 2 bilhões com uma renda da ordem de 450 dólares. É portanto aí que se situa a miséria, nestes cerca de 2 bilhões de habitantes dos países capitalistas que participam de uma maneira particular do liberalismo econômico.

Qual é então a situação alimentar nesta região do mundo? Um livro da FAO, *World Food Problems: the main issues*,² publicado para o Dia Internacional da Alimentação (16 de outubro) de 1981, apresenta-nos os dados seguintes: “O número de pessoas sofrendo de subnutrição grave nos países subdesenvolvidos (exclui-se a China e outros países socialistas) passou de cerca de 360 milhões em 1969/71 para cerca de 420 milhões (22% da população desses países) em 1974/76”. Outras estimativas, informa o documento, são mais altas.

Isso significa que entre um-quarto e um-quinto da população dos países subdesenvolvidos, sofrem de subnutrição grave (*severe subnutrition*), implicando em geral menos de 1.900 calorias por pessoa.

O documento constata que “durante os anos 70, em 45 países em desenvolvimento, a produção

²FAO – *World Food Problems: The main Issues* – United Nations, 16 October 1981, 18 p.

TABELA 1

População, produto e produto per capita (estimativas para 1980)

Regiões	População (Milhões)	% População	Produto (Bilhões)	% Produto	Produto por habitante
Norte	671	15%	6.500	60%	9.684
Sul	2.290	53%	1.800	17%	791
Socialista	1.386	32%	2.400	23%	1.720
Total	4.347	100%	10.700	100%	(média 2.500)

Fonte: Dados do Banco Mundial, “*World Development Report*” 1980, p. 11 – Valores em dólares de 1980

(de alimentos) não acompanhou o crescimento da população". Na África, "o habitante médio tem 10% menos comida do que há 10 anos atrás".

O documento constata ainda que o aumento de produção alimentar no mundo durante a década de 70 foi de cerca de 3% ao ano, o que implica um aumento de produção per cápita muito limitado.

Por trás dessa situação está a falência de alguns mecanismos básicos de ajuste: a ajuda alimentar cujo objetivo de 10 milhões de toneladas por ano, fixado em 1974, não se atingiu ainda; a revolução verde, "que funciona apenas para aqueles que podem pagar a tecnologia cara que ela implica", e o suposto apoio que a agricultura estaria obtendo; a produção agrícola utiliza apenas uma pequena parte - 3 a 4% - do consumo mundial total de energia comercial.

As soluções propostas, em termos sintéticos, são as seguintes: "A agricultura deve tornar-se a primeira prioridade no mundo subdesenvolvido". E o povo, em particular o pequeno produtor, deve ser organizado para participar no esforço de dinamização: "Muita gente que até agora tem sido excluída - mulheres em particular, lavradores sem terras, pequenos agricultores e pescadores em geral - deve se envolver profundamente no trabalho e na direção do processo de desenvolvimento".

Enfim, "os serviços agrícolas do governo, incluindo a pesquisa, a educação, a extensão, a comercialização e o crédito, devem ser reorientados

As recomendações de que a agricultura deve se tornar a primeira das prioridades são uma realidade distante no Terceiro Mundo

para responder às necessidades dos pequenos produtores. Em muitos países, a reforma agrária daria aos pobres do mundo rural acesso e controle sobre a terra e outros recursos produtivos. As organizações populares, através das quais a população rural participa no desenvolvimento, deveriam ser encorajadas e apoiadas". (p. 9)

TABELA 2

Participação na renda total dos 10% das famílias mais ricas da população

País	Ano	Porcentagem	País	Ano	Porcentagem
Brasil	1972	50,6	Trindade-Tobago	1976	31,8
Honduras	1967	50,0	França	1970	30,4
Nepal	1977	46,5	Alemanha	1973	30,3
Peru	1972	42,9	Sri Lanka	1970	28,2
México	1977	40,6	Coréia (Sul)	1976	27,5
Malauí	1968	40,1	Japão	1969	27,2
Malásia	1970	39,5	Espanha	1974	26,7
Costa Rica	1971	39,5	EUA	1972	26,6
Filipinas	1971	38,5	Canadá	1969	25,1
Venezuela	1970	35,7	Austrália	1967	23,7
Tanzânia	1969	35,6	Grã-Bretanha	1978	23,3
Argentina	1970	35,2	Iugoslávia	1978	22,9
Chile	1968	34,8	Holanda	1975	22,5
Indonésia	1976	34,0	Noruega	1970	22,2
Índia	1976	33,6	Suécia	1972	21,3

Fonte: Banco Mundial - "World Development Report" 1981, p. 182.

E a FAO, organização das Nações Unidas, é uma das mais conservadoras. Nós é que estamos na pré-história.

Efeitos da subnutrição

Outros dados importantes são divulgados mais uma vez pelo Banco Mundial, agora na edição de 1980 do *World Development Report*,³ onde foram inseridas duas partes sobre o problema da alimentação. "Estimativas de consumo alimentar por diferentes grupos de renda mostram normalmente que em todos os países subdesenvolvidos, salvo os mais ricos, o consumo por grande parte da população está bem abaixo do necessário para uma dieta minimamente satisfatória. A subnutrição é generalizada na África (onde em muitos países a produção de alimentos não tem acompanhado sequer o crescimento da população) e no sul da Ásia. É igualmente comum na América Latina e no Oriente Médio".

Continua o relatório do Banco Mundial: "Estudos na Índia, no Brasil, na Tailândia e na Indonésia mostram que a proporção da população com consumo de calorias muito baixo é substancialmente mais elevada nas áreas urbanas. Isso resulta, em parte, dos custos mais elevados da alimentação em muitas áreas urbanas (mas não nas que têm subsídios alimentares) e despesas mais elevadas em aluguéis e transportes públicos." (p. 60)

"A taxa de mortalidade muito elevada entre crianças pequenas (até 5 anos), associada com elevadas taxas de natalidade, significa que uma proporção tragicamente elevada de mortes nos países desenvolvidos ocorre entre crianças de menos de 5 anos. Por exemplo, no Brasil em 1975, representavam 48% de todas as mortes. Na Suécia, 1%." (p. 54)

"A subnutrição reflete em geral insuficiência de calorias, de proteínas, ou de ambas. Mas algumas dietas são inadequadas porque faltam nutrientes específicos. Anemia, que resulta primariamente de perda de sangue e de insuficiência de ferro, é o exemplo mais predominante disso. Uma estimativa recente é de que pelo menos 500 milhões de pessoas são anêmicas. O cansaço causado, a aparente letargia e apatia, e os efeitos adversos sobre a produtividade e resultados escolares podem ser tão comuns em sociedades mais pobres que podem aparecer como normais." (p. 60)

"Crianças pequenas são as que mais sofrem de subnutrição, seguidas por mulheres grávidas e mães

em fase de amamentação. Em muitos países, há provas concretas de que as meninas são menos bem alimentadas que os meninos." (p. 60)

Muitas mortes infantis ocorrem por doença e não subnutrição, obviamente. Mas a relação entre os dois é estreita: "Uma razão dominante para que as infecções levem tão frequentemente à morte no caso de crianças em fase pré-escolar nos países subdesenvolvidos é a interação com a subnutrição, especialmente no caso de crianças entre seis meses e três anos de idade. Como resultado, a subnutrição aparece como tendo contribuído para entre um-terço e dois-terços de todas as mortes infantis, e talvez mais ainda nos países mais pobres".

A produção de cereais

Voltando à imagem global que o Banco Mundial oferece: "Antes de 1939, apenas a Europa ocidental entre as regiões do mundo era um importador líquido de cereais. Hoje, apenas a América do Norte e a Oceania não o são. O comércio em cereais subiu de 25 milhões de toneladas no fim dos anos 30 para 181 milhões de toneladas em 1979 - de 4 para 14% da produção global. A América do Norte produz atualmente 20% dos cereais mundiais, e realiza 80% do seu comércio". (p. 23)

Essa deterioração da auto-suficiência alimentar dá-se, curiosamente, paralelamente com a expansão da capacidade de produção: "De 1955 a 1975 mais de 150 milhões de hectares de lavoura foram incorporados à produção nos países subdesenvolvidos - mais do que a superfície cultivada com cereais nos Estados Unidos, Canadá, Comunidade Européia e Japão juntos" (p. 23). Confirmam-se assim os dados do estudo da FAO que vimos acima, de que "as disponibilidades mundiais de energia alimentar estão atualmente cerca de 10% acima das necessidades das populações".

O problema, portanto, não é de produção, e sim de distribuição. Vejamos a posição interessante do Banco Mundial frente a estes dois problemas: quanto à produção, constata que "porque as pequenas lavouras tendem a utilizar mais trabalho por hectare e a usar a terra e o capital pelo menos tão produtivamente quanto as grandes fazendas, a reforma agrária normalmente levará a um aumento de produção agrícola depois de um período de ajuste. Mas a reforma agrária encontra a oposição social e política de grandes proprietários (*landlords*) e dos grupos urbanos que se beneficiam do excedente comercializado superior das grandes fazendas". (p. 41). As afirmações são do Banco Mundial!

Quanto à distribuição, o dado do Banco Mundial é precioso: "No nível geral, se a renda fosse distribuída de maneira diferente, a produção atual

³Banco Mundial - *World Development Report*, 1980 - Washington, 1981, 166 p.

O próprio Banco Mundial constata que a reforma agrária acarretará um aumento da produção agrícola

apenas dos cereais poderia assegurar a todo homem, mulher e criança mais de 3 mil calorias e 65 gramas de proteínas por dia — muito mais do que as estimativas mais elevadas de necessidades. Eliminar a subnutrição exigiria redirecionar apenas 2% da produção mundial de cereais para as bocas que deles necessitam”. (p. 61)

Assim, bastaria redirecionar 2% das cerca de 1.500 milhões de toneladas de produção mundial de cereais, levando cerca de 30 milhões de toneladas para os mais pobres, para pôr um termo a esta situação escandalosa.

Última cifra para terminar com este *World Development Report*: o Banco Mundial apresenta a renda (*income*) como causa básica do problema da fome, e constata, a esse respeito, que os países subdesenvolvidos têm hoje “800 milhões de pessoas que vivem em estado de pobreza absoluta” (p. 1), o que constitui cerca de um-terço da população dos países subdesenvolvidos.

Outro documento importante para a avaliação geral da situação alimentar dos países subdesenvolvidos, é o relatório da FAO, *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture — 1980*⁴ publicado em Roma em 1981. O documento focaliza em particular aspectos da produção agrícola e do comércio externo.

No geral, trata-se de mais um grito de alarme. A ajuda alimentar continua abaixo de 10 milhões de

toneladas de cereais, enquanto se constata que “a produção alimentar mundial se reduziu no fim dos anos 70” (p. 2). No conjunto, a década de 70 apresenta um crescimento da produção da ordem de 3,2% ao ano, o que significa, para os países subdesenvolvidos (sempre excluindo a China e outros países socialistas) uma progressão de apenas 0,5% ao ano de produção alimentar. O objetivo da FAO de se chegar a eliminar a fome no ano 2000 aparece assim cada vez mais distante.

Em 1979, a produção mundial de cereais foi de 1,55 bilhão, sendo 425 milhões de toneladas de trigo, 375 de arroz (em casca), 175 de cevada e 395 de milho, como principais produtos.

Temos assim, para uma população mundial de cerca de 4,5 bilhões de habitantes, um pouco mais de 300 quilos de cereais por ano e por pessoa, su-

TABELA 3

Produção alimentar por habitante
(Década de 70 — Variação anual)

África	1,1%
Extremo Oriente	0,7%
América Latina	1,2%
Oriente Médio	0,5%
Países subdesenvolvidos capitalistas (média)	0,5%

Fonte: FAO — *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture — 1980* — Roma 1981, p. 5.

⁴FAO — *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture — 1980* — Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture, Roma, 1981, 187 p.

perando amplamente as necessidades.

O problema se coloca evidentemente no momento da utilização: na década de 70, os países desenvolvidos tiveram uma produção de 655 quilos por pessoa, enquanto os países subdesenvolvidos tinham uma produção da ordem de 203 quilos por pessoa. E mais: entre a média dos anos 60 e a dos anos 70, o aumento de produção por pessoa foi de 180 quilos nos países desenvolvidos, e de 19 quilos nos países subdesenvolvidos, o que significa que a distância aumenta rapidamente. Segundo ponto chave, os cereais que faltam à boca dos subdesenvolvidos são simplesmente consumidos por animais. A estrutura do uso dos cereais nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos pode ser estudada na Tabela 4.

Assim constatamos que os países desenvolvidos utilizaram em 1975-79, menos de um quinto (19,4%) dos cereais para alimentação humana, ficando mais de 60% para a alimentação animal, transformando as calorias do cereal em alimentação mais nobre, como carne, queijos, leite, ovos, o que significa o uso de 3 a 10 calorias vegetais para cada caloria de alimento animal produzido, segundo o tipo de utilização. Inversamente, os países subdesenvolvidos estão consumindo 70,1% dos seus cereais sob forma direta, pois não podem se dar ao luxo de desperdiçar o seu valor alimentício na redução do cereal em alimento mais nobre. Ainda assim, vemos que a parte da alimentação animal no uso dos cereais progride nos países subdesenvolvidos, passando de 18,8% em 1961-65 para 21,3% em 1975-79, numa tendência importante de transferência do modelo de consumo dos países desenvolvidos para as minorias privilegiadas dos países pobres, reforçando o déficit alimentar das massas populares.

O comércio internacional de alimentos

O documento fornece igualmente bons dados

para se entender melhor este paradoxo do agravamento da situação alimentar enquanto a produção cresce, através da análise do comércio internacional de produtos alimentares.

Assim, as exportações agrícolas do Terceiro Mundo passaram de uma média de 17,3 bilhões de dólares durante os anos 1969-71, para 58 bilhões de dólares em 1979. Durante os anos 1970-79, a taxa anual de aumento das exportações de produtos agrícolas foi de 16,6%, a dos produtos de pesca de 18,1%, a de produtos florestais de 17,3%, representando, no conjunto, um total de 171 bilhões de dólares para as três classes de produtos estreitamente vinculadas ao problema agroalimentar.

Uma consequência evidente, é que com o reforço extremamente rápido, no conjunto do Terceiro Mundo, da atividade agroexportadora, reproduz-se a tradicional deformação da agricultura. Essa tendência vem se agravando, durante esta década, com a situação catastrófica dos balanços de pagamento dos países subdesenvolvidos, cuja dívida externa atinge atualmente cerca de 650 bilhões de dólares, com um serviço anual da ordem de 60 bilhões.

O círculo vicioso se fecha quando o esforço de transformar a agricultura em fonte de divisas prejudica a produção de alimentos a ponto de obrigar o país a importá-los. Edouard Saouma, diretor da FAO, se felicita pelas divisas obtidas com as maiores exportações de produtos agrícolas, mas lamenta que "este aumento só tenha servido para financiar as importações maiores de produtos alimentares" (p. 7)

Assim, o aumento do valor das importações agrícolas pelos países subdesenvolvidos foi de 19,9% durante os anos 1970-79, taxa de aumento superior ao das exportações agrícolas. (p. 173). Em volume, o aumento foi de 7,8% por ano, dobrando praticamente as importações durante a década.

A um certo prazo, essa orientação da agricultura está preparando uma tragédia bem maior, na

TABELA 4

Uso da produção de cereais
(1961-65 e 1975-79 - porcentagens)

	Países Desenvolvidos		Países Subdesenvolvidos		Mundo	
	1961-65	1975-79	1961-65	1975-79	1961-65	1975-79
Alimentação humana	26,1	19,4	69,5	70,1	45,9	42,3
Alimentação animal	59,7	60,6	18,8	21,3	41,0	42,9
Sementes	7,4	5,1	5,6	4,9	6,6	5,0
Outros e perdas	6,8	14,9	6,1	3,7	6,5	9,8

Fonte: FAO - "La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture", 1980, Roma 1981, p. 19.

medida em que provoca a deterioração dos recursos naturais.

Como a FAO e outros organismos, um documento do Banco Mundial (1981)⁵ insiste no fator chave da distribuição, já que há alimento suficiente. "A produção agrícola per cápita atual somente de grãos poderia assegurar à população mundial mais de 3 mil calorias e 65 gramas de proteínas por dia. Se a distribuição dessa produção fosse ideal, quase todos os 500 milhões de subnutridos no mundo poderiam ser bem alimentados".

Temos assim uma avaliação brutal dos efeitos da forma atual de distribuição e uso dos produtos alimentares: 10 milhões de crianças de menos de 5 anos morrem de fome anualmente, e temos um total de cerca de 500 milhões de esfomeados. Lembremos que esse ritmo de mortalidade de crianças é dez vezes superior ao do genocídio de judeus durante a 2ª guerra mundial: os nazistas mataram seis milhões de judeus em seis anos de guerra.

Um pequeno cálculo pode ser útil aqui. Se tomarmos as cifras do estudo anteriormente citado da FAO e do relatório do Banco Mundial de 1980, vemos que cerca de 30 milhões de toneladas de cereais seriam suficientes para resolver o problema. Ao custo atual, isso significa um gasto de entre 10 a 12 bilhões de dólares. "O valor — me dizia com amargura um amigo — de duas centrais de energia atômica". Outra comparação: os gastos militares de 1980 foram de 450 bilhões de dólares, segundo a FAO, entre 30 e 45 vezes mais do que o necessário para terminar o maior genocídio que o mundo já conheceu. Temos estimativas dos gastos militares de 1983 que sugerem a cifra de 600 bilhões de dólares.

Partindo de dados da FAO e da OMS, os técnicos do Banco Mundial selecionaram cinco países com problemas particulares de alimentação.

O critério de subnutrição é o calculado para cada país pela FAO e pela OMS: estima-se que as calorias diárias mínimas são em média de 2.110 na Índia, 2.258 no Paquistão, 2.200 no Bangladesh, 2.390 no Brasil e 2.475 em Marrocos. As diferenças são devidas a diferentes composições de idade da população, e de diferentes pesos médios.

Fica assim o Brasil com 45 milhões de subnutridos, 43% da população na época. A situação é mais catastrófica no Bangladesh, mas o Brasil de qualquer maneira aparece entre os primeiros colocados, e vemos que o total de subnutridos apenas para esses cinco países é da ordem de 450 milhões

TABELA 5

Situação alimentar de cinco países selecionados (1972-1974)

País	Milhões de pessoas com déficit energético	Porcentagem da população com déficit
Índia	276	47
Paquistão	58	—
Bangladesh	61	77
Brasil	45	43
Marrocos	9	—
Total	449	54%(média)

Fonte: Alan Berg, *Malnourished people*, p. 17.

de pessoas, em 1972-74, cifra que pode ter aumentado fortemente nesses dez últimos anos, com o próprio processo de urbanização.

O déficit médio em calorias é o seguinte: 357 calorias por dia na Índia, 228 no Paquistão, 444 no Bangladesh, 468 no Brasil e 650 em Marrocos. (p. 18)

Igualmente interessantes são as estimativas dos autores relativamente à evolução do problema. "É provável que, entre 1964 e 1974, a porcentagem de população subnutrida nos países em desenvolvimento tenha permanecido constante de maneira geral e que o número de pessoas impossibilitadas

⁵ Alan Berg — *Malnourished people* — The World Bank, Poverty and Basic Needs Series, Washington 1981, 1980. 1980.

de atingir as necessidades energéticas adequadas tenha aumentado significativamente". (p. 20)

O aumento do preço dos alimentos

Uma tendência geral acentuada pelo documento é o aumento relativo dos preços de alimentação, que faz com que o aumento absoluto da renda das camadas mais pobres acabe resultando apenas parcialmente em melhoria das condições alimentares. Assim, na Índia, "o consumo de cereais manteve-se estável durante 20 anos, com uma média da ordem de 450 gramas por dia. Como o abastecimento em alimento por habitante manteve-se constante, o aumento de 25% em média de renda per capita empurrou simplesmente para cima os preços dos cereais. Os pobres, que tiveram aumentos de renda inferiores aos 25%, passaram a comprar menos alimentos do que antes". (p. 22)

O resultado é que as projeções para o futuro são pouco animadoras: "Sem um crescimento rápido da renda, o número de subnutridos em 1995 terá aumentado de várias centenas de milhões nos cinco países examinados". (p. 22)

Outra fonte importante de informação sobre o problema é o *Sixth Report on the World Health Situation*⁶ (Sexto Relatório sobre a Situação da Saúde no Mundo), documento oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), correspondente a 1980 e publicado em dois volumes em 1982.

Em termos globais, a OMS apresenta os dados de subnutrição indicados na Tabela 6.

O critério aqui utilizado é o de número de calorias abaixo do metabolismo de base. (O metabolismo de base é o número de calorias necessário para uma pessoa em descanso não perder peso. Situa-se em torno de 1.600 calorias, e o mínimo necessário para a sobrevivência é calculado como

150% deste valor, ou seja, cerca de 2.400 calorias.) Constatamos que o número de pessoas abaixo do mínimo passou de 401 milhões para 455 milhões entre 1969/71 e 1972/74. As porcentagens também aumentaram, passando de 24 para 25% na média, o que significa uma evolução alimentar catastrófica para um quarto da população dos países capitalistas subdesenvolvidos.

Um dado que caracteriza bem a dupla polarização do sistema capitalista, — polarização Norte/Sul entre os 24 países ricos e os mais de 120 subdesenvolvidos, e entre ricos e pobres dos próprios países subdesenvolvidos — é o que concerne à esperança de vida.

Assim, em 1980, o tempo médio de vida do habitante do Terceiro Mundo é de 57 anos, 15 anos a menos do que o do habitante dos países do "Norte", que atinge 72 anos (ver também Claire Brisset, *Le Monde*, 15 maio 1982).

Um critério importante e assombroso utilizado pela OMS é o de "mortalidade prevista e evitável" (*known avoidable mortality*). Um estudo realizado recentemente no Chile, e citado pelo relatório da OMS, aponta que das mortes infantis pós-neo-

⁶OMS — *Sixth Report on the World Health Situation* — Organização Mundial da Saúde — Genova 1982, 2 vols.

Nota: Além destes documentos aqui analisados, recomenda-se a leitura de "O que é fome", de Ricardo Abramovay, publicado em 1983 pela Editora Brasiliense, da publicação recente de Peter Knight e R. Moran, "Brasil: Pobreza e Necessidades Básicas" editada pela Zahar, e do livro de Fernando Homem de Mello, "O problema alimentar no Brasil", Paz e Terra 1983, além dos numerosos estudos monográficos realizados por cientistas brasileiros com os meios disponíveis, que confirmam a gravidade do problema.

Esses estudos ultrapassam evidentemente o âmbito limitado do presente artigo.

TABELA 6

Região	Subnutrição no Terceiro Mundo (1969-1971 e 1972-1974)		Milhões de pessoas abaixo do Metabolismo de base	
	Porcentagem população abaixo do Metabolismo de base 1969-71	1972-74	1969-71	1972-74
África	25	28	70	83
Extremo Oriente	25	29	256	297
América Latina	16	15	44	46
Oriente Médio	18	16	31	29
Total TM	24	25	401	455

Fonte: OMS — "Sixth Report on the World Health Situation" — p. 18, vol. I.

Cerca de 100 milhões de crianças no mundo sofrem de subnutrição

natais, entre 75 e 80% são desse tipo. "Na média, o nível de mortalidade para as crianças de operários (*blue collar*) é mais de três vezes superior ao índice de classe média (*white collar children*), e a taxa sócio-econômica de mortalidade aumenta em razão de doenças infecciosas e parasitárias, alcançando um ponto máximo com a subnutrição, com a taxa de mortalidade de filhos de operários atingindo 5,6 vezes mais pessoas do que os de classe média. Seria difícil encontrar um exemplo mais claro das grandes desigualdades em matéria de saúde" (Vol. I., p. 50).

Juntam-se aqui duas idéias de grande importância. Primeiro, que estas mortes são "previsíveis e evitáveis". Isso, em termos técnicos, é homicídio por omissão, e é impressionante que nos tenhamos acostumado com essa situação e com essas categorias técnicas. Em segundo lugar, vemos como o problema da fome está solidamente ancorado na situação das classes sócio-econômicas. O drama da fome, constatamos isso cada vez mais, não é um problema agrícola, e sim um enorme escândalo político.

A combinação da situação alimentar e sanitária leva a uma mortalidade infantil calculada como segue pela OMS: "De cerca de 122 milhões de crianças que nascem cada ano, cerca de 10% morrerão

antes de chegar ao seu primeiro aniversário, e mais 4% antes do seu quinto aniversário. Mas as chances de sobrevivência são distribuídas de maneira muito desigual no mundo. Assim, enquanto o risco de morrer antes da adolescência é de cerca de 1 para 40 nos países desenvolvidos, é de 1 para 4 na África em geral, e atinge 1 para 2 em certos países". (p. 129, Vol I).

Isso significa que das 122 milhões de crianças, 14% não chegam aos cinco anos, o que representa cerca de 17 milhões de crianças que deverão morrer, ano por ano, por razões conjugadas de doenças e subnutrição.

Se isolarmos o problema da subnutrição, os dados são semelhantes aos do Banco Mundial e da FAO: "Subnutrição é a condição mais generalizada que afeta a saúde de crianças do mundo, particularmente as de países subdesenvolvidos. Cerca de 100 milhões de crianças de menos de cinco anos de idade sofrem de subnutrição protéico-energética sendo que mais de 10 milhões sofrem da forma grave, que normalmente é fatal se não for tratada". (p. 132, vol. I).

Se juntarmos todos esses dados, com a trágica categoria de "mortalidade previsível e evitável", estamos frente a um genocídio por omissão que não tem paralelo na história da humanidade. ●

The Times

A nova arca de Noé
(Deutsches Allgemeines Sonntagsblatt)

“Acho que vou ganhar
a corrida armamentista”
(Engelhardt/St. Louis Post)

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.

Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.

**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.